



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELIS SOUTO NOVAES

A ASCENSÃO DO DISCURSO XENÓFOBO NA FRANÇA: a
contribuição do partido Frente Nacional (1982-2017)

Salvador

2018

ELIS SOUTO NOVAES

**A ASCENSÃO DO DISCURSO XENÓFOBICO NA FRANÇA: a
contribuição do partido Frente Nacional (1982-2017)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Artes da Universidade Federal da Bahia como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio

Salvador

2018

Dedico este trabalho a Deus pelo seu amor e cuidado e por me sustentar em meio as dificuldades para a realização deste. Aos meus pais e irmãos por sempre me apoiarem nos caminhos que escolho traçar. E a meu marido e amigo Adriel, por me acompanhar nos últimos momentos desta jornada, sempre acreditando em mim e no meu potencial, mesmo quando parecia impossível.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente ao Autor da Vida por me sustentar durante a realização de cada etapa deste mestrado. Deus com toda certeza esteve presente em cada alegria e em cada dificuldade e incerteza, me dando sempre sabedoria e paciência para enfrentar os obstáculos.

Ao meu querido marido Adriel, pelo apoio incondicional e incentivo para que este trabalho se realizasse. Agradeço imensamente por ser sempre compreensível e por estar presente nos desafios que tenho me proposto a enfrentar. Sua companhia, amor, e fé dão mais sentido a minha vida e me ajudam a prosseguir avante. Admiro muito você!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio, agradeço pela paciência e pelo apoio para que a realização desta dissertação fosse possível. A você toda minha admiração e reconhecimento como profissional, parabéns pelo seu trabalho e a dedicação naquilo que faz. Sou muito grata por suas orientações.

A todos os professores, que o mestrado me apresentou e a todos que me ajudaram no caminho de ampliar o conhecimento sobre a área de Relações Internacionais, bastante nova para mim.

Aos meus colegas de mestrado, agradeço pela troca de conhecimento, pelo companheirismo e pelos vários momentos de descontração nas horas mais tensas desta árdua jornada como mestrandos. Em especial agradeço a Dayana, Juliana, Júlia e Tiago por se mostrarem bons amigos e aconselhadores nesta jornada, vocês foram com certeza a melhor turma que o mestrado poderia me proporcionar!

A toda minha família, pais e irmãos, meu sincero agradecimento pelo apoio incondicional e por acreditarem em mim, mesmo quando eu mesma não o faço. Espero trazer ainda mais conquistas e honrar a confiança que vocês depositam em mim.

À Universidade Federal da Bahia e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, agradeço a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa, sublinhando a importância do ensino e do financiamento público da pesquisa no Brasil, sem os quais seria muito difícil a concretização desta e de outras pesquisas.

A todos aqueles que, enfim, colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, eu gostaria de deixar o meu muito obrigada!

*“Tenho a impressão de ter sido uma criança
brincando à beira-mar, divertindo-me em
descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha
mais bonita que as outras, enquanto o imenso
oceano da verdade continua misterioso diante de
meus olhos.”*

Isaac Newton

NOVAES, E. S. *O partido Frente Nacional e a ascensão do discurso xenófobo na França (1982-2017)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal da Bahia, 2018. 155 f.

RESUMO

As migrações internacionais atingem os mais diversos países do mundo, seja pela facilidade de mobilidade promovida pelos novos meios de transporte ou pela facilidade de informação e conhecimento difundidos pelas novas tecnologias da comunicação. Na atualidade, a direção do fluxo migratório ocorre principalmente dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos, de modo que, por vezes ela é vista como um problema pela sociedade local ou que necessita de solução por parte dos governos dos estados receptores. Esta dissertação se apoiou num estudo de caso da França e sobre como a forte presença de imigrantes provocou um aumento da xenofobia no país. Procurou-se defender a hipótese de que o grupo de extrema-direita representado pelo partido Frente Nacional, tem colaborado nos últimos anos para reunir sob o mesmo teto, indivíduos conservadores e preconceituosos, além de aumentar o número de adeptos da xenofobia. A partir da concretização deste trabalho pôde-se perceber que o tema surpreende uma vez que o crescimento da extrema-direita pode ser também amplamente visualizado em outros países da União Europeia e até do mundo como no caso dos Estados Unidos. Existe, portanto, por trás deste trabalho a preocupação com o grande aumento e a propagação de atitudes xenófobas no mundo, cabendo o assunto ser melhor estudado na área acadêmica. Através de uma pesquisa bibliográfica extensa e profunda em livros, artigos, sites, documentos oficiais, etc. buscou-se compreender o fenômeno aqui proposto e discutido. Concluiu-se que o processo xenofóbico está por vezes atrelado a uma rejeição da globalização e de suas consequências como por exemplo o desemprego em massa e a homogeneização das identidades e culturas. Na França a xenofobia está muitas vezes relacionada a aspectos culturais dos novos imigrantes como a religião muçulmana e judaica, consideradas incapazes de assimilação dentro do molde ocidental.

Palavras-chave: França. Imigração. Frente Nacional. Xenofobia. Extrema-direita.

NOVAES, E. S. *The National Front party and the rise of a xenophobic discourse in France (1982-2017)*. Dissertation (Master's in International Relations). Universidade Federal da Bahia, 2018. 155 f.

ABSTRACT

International migrations can be easily seen in the most diverse countries in the world, either by the ease of mobility promoted by the new means of transport or by the ease of information and knowledge spread by the new communication technologies. Nowadays, the direction of migration flows is mainly from underdeveloped to developed countries, then sometimes it is constant viewed as a problem by local society or something that need to be solved by governments of the receiving states. This dissertation was based on the study of France and how the strong presence of immigrants provoked an increase of xenophobia in the country. It was tried to defend the hypothesis that the extreme right group represented by the National Front party, has collaborated in the last years to gather under the same roof, conservative and prejudiced individuals, in addition to increasing the number of xenophobic supporters. From the realization of this work we can see that the growth of the extreme right can also be widely seen in other European Union countries and even the world as in the case of the United States. There is behind this work the concern with the great increase and the propagation of xenophobic attitudes in the world, specially the need of handle this issue in academic area. Through extensive and thorough bibliographic research on books, articles, websites, official documents, etc. we sought to understand the phenomenon proposed and discussed here. It was concluded that the xenophobic process is sometimes tied to a rejection of globalization and its consequences such as mass unemployment and the homogenization of identities and cultures. In France, xenophobia is often related to cultural aspects of new immigrants such as the Muslim and Jewish religion, considered incapable of assimilation within the Western mold.

Keywords: France. Immigration. The National Front. Xenophobia. Far-right.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Ilustração 1: A divisão administrativa francesa.....	52
Ilustração 2: Os Impérios Coloniais no século XVIII.....	59
Ilustração 3: Domínios Coloniais no Continente Africano.....	63
Gráfico 1: Religião segundo a origem entre população de 18 a 50 anos.....	54
Gráfico 2: Evolução do número de imigrantes por país de origem na França.....	74
Gráfico 3: Votos do partido Frente Nacional no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 e 2017 expressos em %	128
Gráfico 4: Número de votos do partido Frente Nacional nas eleições presidenciais entre 1988-2017 expresso em milhões.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Imigrantes por país de nascimento na França em 2013.....	55
Tabela 2: Evolução do número de entrada de imigrantes após 2004 por continente de nascimento.....	79
Tabela 3: Casamentos entre franceses e estrangeiros.....	86
Tabela 4: Comparação de votos da Frente Nacional num período de 20 anos.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFD	Alternative for Germany
CEFR	Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas
CEVIPOF	Centre de Recherches Politiques de Science Po
DOM	Departamentos Ultramarinos
EUA	Estados Unidos da América
EUMC	Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	Frente Nacional
FPÖ	Partido da Liberdade da Áustria
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INED	Institut National d'Études Démographiques
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT	Organização Mundial de Turismo
ON	Nova Ordem
ONI	Office National d'Immigration
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores do Petróleo
ÖVP	Partido Popular Austríaco
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PVV	Partido para a Liberdade
SMIC	Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance
UE	União Europeia
UKIP	Partido pela Independência do Reino Unido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TEORIAS SOBRE IMIGRAÇÃO E A PROBLEMÁTICA DA XENOFOBIA	20
1.1 ARCABOUÇO TEÓRICO SOBRE IMIGRAÇÃO: CORRENTES E DEBATES ...	20
1.2 A QUESTÃO DA XENOFOBIA	30
1.3 A ISLAMOFOBIA COMO VERTENTE DA XENOFOBIA	39
2 BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NA FRANÇA	500
2.1 A FRANÇA COMO POLO DE ATRAÇÃO DE IMIGRANTES NA ATUALIDADE	500
2.2 A FRANÇA IMPERIAL E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO	56
2.3 O PÓS-SEGUNDA GUERRA E A POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AO IMIGRANTE NA FRANÇA	72
3 O CRESCIMENTO DO PARTIDO <i>FRENTE NACIONAL</i> E O FORTALECIMENTO DO DISCURSO XENÓFOBO NA FRANÇA (1982-2017)	93
3.1 O RECRUDESCIMENTO DA XENOFOBIA NO MUNDO	9393
3.2 A HISTÓRIA DO PARTIDO FRENTE NACIONAL	104
3.2.1 Sistema eleitoral francês	105
3.2.2 Análise histórica do partido Frente Nacional	106
3.3 A XENOFOBIA NA FRANÇA E O FORTALECIMENTO DA FRENTE NACIONAL EM 2017	122
3.3.1 As eleições presidenciais francesas em 2017	122
3.3.2 O crescimento da xenofobia na França e a ascensão da Frente Nacional	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado é fruto, primeiramente, do interesse da autora na área de História como também da experiência que esta teve ao ser estudante na *Université de La Rochelle*, na França, no primeiro semestre do ano de 2014. O tema envolvendo a xenofobia na França surgiu a partir da constatação de que o país tem uma tradição forte no que se refere à imigração e tem na atualidade se deparado com um categórico aumento do discurso xenófobo. Como comprovação deste fortalecimento o partido de extrema-direita Frente Nacional tem conseguido ampliar sua esfera de atuação. O tópico se torna ainda mais complexo uma vez que o cenário formado na França ocorre concomitantemente com a emblemática escalada de um nacionalismo chauvinista em diversas nações do mundo, como os Estados Unidos, a Áustria, a Holanda, dentre outros.

O processo de migração sempre esteve presente no cotidiano da vida humana, mesmo após a formação das nações o homem continuou a migrar em busca de uma melhor qualidade de vida ou ainda em fuga por perseguições ou desastres naturais. Contudo, o contato com o outro nem sempre foi amigável. O medo e a aversão ao estrangeiro levaram ao surgimento de um fenômeno denominado xenofobia (do grego *xénos*: "estranho"; e *phóbos*: "medo"). Hodiernamente, a xenofobia não se mostra como realidade distante na sociedade de vários países. Inúmeros têm enfrentado dificuldades de convivência com a presença estrangeira, de modo que discursos xenófobos tem se levantado com frequência no seio da população. Como exemplo pode-se citar a França, que também será o objeto de estudo desta dissertação.

A discussão sobre migrações e xenofobia se torna ainda mais complexa uma vez que as deslocamentos têm um forte impacto não apenas na vida daqueles que transitam, como também nas sociedades que recebem esses novos integrantes. As diferenças culturais, religiosas, políticas, éticas, de costumes, bem como as próprias condições econômicas distintas entre os que migram e os que recebem os migrantes, criam um ambiente de difícil convivência, representando, isso, um constante desafio à estabilidade de uma sociedade. A realização desta pesquisa se justifica por diferentes perspectivas. A primeira delas, pelo papel de contribuir para a compreensão da ascensão hodierna da xenofobia no mundo e, em especial, por meio do caso francês devido a sua tradição de acolhimento ao imigrante no passado. Em segundo lugar, surge a necessidade de o meio acadêmico se mostrar inserido frente ao novo cenário de recrudescimento das hostilidades, num mundo cada vez mais globalizado.

A globalização gerou um ambiente mais propício à circulação de pessoas entre os diferentes lugares, não somente por haver uma maior integração entre estes, mas também pela

facilidade com que os meios de transporte e comunicações permitem esses deslocamentos. Este quadro legitima uma crescente preocupação com os fenômenos migratórios e com a discussão sobre xenofobia. Uma série de estudos já foram desenvolvidos sobre o assunto, mas ainda assim o tema continua sendo complexo e merecedor de novas análises, sobretudo no cenário contemporâneo de percepção de um recrudescimento de movimentos xenófobos, por ocasião de novas ondas migratórias.

O volume de imigrantes tem aumentado nas últimas décadas. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (2016), em 2005, 191 milhões de pessoas migraram, dez anos depois, no ano de 2015 este número alcançou a marca de 244 milhões de imigrantes. A proporção de estrangeiros nos países ricos, por exemplo, revela uma quantidade expressiva de pessoas que vivem em nações estranhas aos seus locais de origem. Entre os anos de 2009 e 2010, cerca de 110 milhões de imigrantes viviam nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o equivalente a 9% de sua população total (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). O que mais importa e merece a atenção, no entanto, são os impactos dessa intensa movimentação de pessoas ao redor do mundo. São vários os aspectos modificados na vida das sociedades receptoras e emissoras, e inúmeros estudos têm buscado compreender o impacto das migrações nos campos da economia, política, demografia e sociologia.

A França se destaca neste contexto, por ser uma nação com um histórico emblemático para as discussões sobre o fenômeno migratório. A perda significativa de homens durante a Primeira Guerra Mundial, num momento em que sua taxa de natalidade estava em declínio e os demais países europeus não tinham como suprir as necessidades de mão-de-obra francesa, levou a um movimento de recrutamento de imigrantes das suas colônias (LIMOUSIN, 1988). Andrew e Forstner (1978) afirmam que as colônias pertencentes à França tinham sido bastante negligenciadas antes da Primeira Guerra Mundial, mas que no decurso do conflito se tornaram bastante úteis, pois forneceram soldados e alimentos. Ao final da guerra, as colônias passaram a ser vistas, também, como oportunas para o suprimento alimentar e de trabalhadores num momento importante de reabilitação da economia gálica. Os autores ainda apontam que durante a Primeira Guerra, a África francesa enviou cerca de 450.000 soldados para lutar e conseguiu 135.000 trabalhadores para as indústrias francesas. A imigração passa então a ser vista como uma solução rápida às carências da França e o governo inicia a administração da vinda desses imigrantes.

Após a Segunda Guerra Mundial, a França teve que lidar com diversos movimentos de insurreição por parte de algumas colônias, de modo que vários territórios se tornaram

independentes. O crescimento do movimento imigratório para a França, impulsionou uma tomada de medidas por parte do governo. No ano de 1964, suspendeu-se o direito de livre circulação dos argelinos, que eram grande parte da população imigrante. A partir de 1968, teve início uma política com duplo objetivo: aumentar a expulsão de argelinos e negociar com o governo da Argélia, agora já independente, um recuo da imigração advinda desse país. Neste mesmo ano, a questão migratória entrou na pauta de revoltas estudantis. Jovens estrangeiros ou descendentes destes se manifestavam pelas condições de vida degradantes e pelo modo como eram tratados. Os crimes de conotação racial, igualmente, começaram a aumentar no país. De modo que, a xenofobia e o ódio ao imigrante foram aos poucos ganhando espaço entre a população francesa (REIS, 1997).

É neste contexto histórico que, no ano de 1972, foi fundado o partido Frente Nacional, cuja proposta inicial era a de unificar a direita radical francesa. Contudo, ficou amplamente conhecido por suas ideias no tocante à questão migratória no país. Apesar de, no início, o partido não ter obtido um resultado eleitoral expressivo, posteriormente a situação modificou-se, e assim nas eleições cantonais de 1982, os candidatos da Frente Nacional ultrapassaram os 10% do total de votos, episódio repetido nas eleições municipais de 1983. O partido passou a ganhar mais destaque na imprensa e suas propostas puderam ser melhor disseminadas. Embora seu discurso não se restringia à questão migratória, foi devido a esse tema que a Frente Nacional conquistou maior visibilidade e a adesão de novos membros. Em seu discurso, o partido responsabiliza a intensa imigração para a França pelos problemas econômicos enfrentados pelo país, bem como de promover um atentado contra a cultura nacional. Por estes motivos, a imigração deveria ser amplamente combatida (BIHR, 1998).

As mais recentes eleições no país, ocorridas no ano de 2017, a despeito da vitória do candidato moderado, o centrista Emmanuel Macron, revelaram o crescimento expressivo do desempenho eleitoral do Partido Frente Nacional, cuja candidata Marine Le Pen, filha do consagrado líder da agremiação, obteve 33,9 % dos votos no segundo turno, após disputar o primeiro turno com mais 10 candidatos, conseguindo o segundo lugar com 21,3% dos votos válidos (LE MONDE, 2017). Marine Le Pen conseguiu um resultado bastante significativo mantendo o discurso xenófobo tradicional da Frente Nacional, o que é revelador.

A França apresenta-se hoje como o terceiro país europeu que mais recebe imigrantes, ficando apenas atrás da Alemanha e do Reino Unido, segundo o banco de dados da União Europeia (2017) e ocupa a oitava posição no mundo, atualmente liderado pelos Estados Unidos da América. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos francês (INSEE, 2015), entre 2006 e 2013, o número de estrangeiros que chegaram à França

aumentou 22%, passando de, aproximadamente, 193.000 em 2006, para cerca de 235.000 pessoas em 2013. Diante desse quadro, compreende-se que esta é a realidade de um país que possui uma longa tradição histórica em questões migratórias e que embora também o tenha feito em prol da defesa dos direitos humanos, vivencia o recrudescimento de movimentos de cunho nacionalista extremado de forte apelo xenófobo.

Este movimento ascendente na França, materializado no crescimento dos resultados eleitorais do partido Frente Nacional, merece uma análise mais apurada para identificar as razões e compreender se se trata de uma questão nacional, ou seja, se é relativa ao quadro doméstico francês ou se é fruto de um problema mais amplo que abrangeria também outras nações. Os Estados Unidos vivenciam uma situação que apresenta ainda que pouca uma similaridade após a vitória de Donald Trump nas últimas eleições presidenciais. Embora o tema migratório não seja necessariamente o aspecto central do seu discurso, o próprio mote de sua campanha, *America first* denota um forte cunho nacionalista reforçado pelas falas contra os imigrantes latino-americanos, destacadamente os mexicanos, e por sua recente tentativa de criar barreiras ao fluxo migratório para os EUA. Na Áustria, as eleições de 2016 resultaram num desempenho bastante expressivo do candidato do Partido da Liberdade da Áustria, nacionalista e conservador, Norbert Hofer, que terminou o pleito em segundo lugar, com 46,6% dos votos amparado num forte discurso xenófobo (EL PAÍS, 2016). O mesmo fenômeno se verificou na Holanda com risco de eleição do candidato da extrema-direita, Geert Wilders, que, igualmente, terminou o pleito em segundo lugar. A vitória do Brexit na Inglaterra amplificou o discurso nacionalista, fortalecendo o partido de extrema-direita Ukip. No Brasil, se observa a ascensão da pré-candidatura do deputado Jair Bolsonaro, do Partido Social-Liberal (PSL), outrossim, defensor de ideias xenófobas e que, em algumas pesquisas eleitorais, ocupa o primeiro lugar.

Assim, o ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa reside na compreensão do fenômeno francês e de verificar se ele se explica por uma dinâmica interna ao país ou se ele pode ser entendido como parte de um quadro mais amplo fruto do processo de globalização e de recrudescimento da ortodoxia neoliberal no mundo, cujos rebatimentos sociais e econômicos estão contribuindo para o fortalecimento de movimentos nacionalistas extremados em diversas nações, inclusive na França.

Nesse sentido, com o intuito de tornar mais clara à compreensão do problema que orienta o estudo, o mesmo foi sintetizado através da seguinte interrogação: como o surgimento e a expansão do partido francês Frente Nacional se associa ao recrudescimento de um processo xenófobo na França? A ascensão do Partido Frente Nacional é resultado do fortalecimento da xenofobia em território francês? O caso francês pode ser compreendido a partir de suas idiossincrasias ou também é parte de um fenômeno mais amplo e que atinge outras nações ao redor do mundo?

A partir dessas questões, esta dissertação se propõe a analisar o fenômeno do crescimento do discurso xenófobo na França entre 1982 e 2017, buscando relacioná-lo ao recrudescimento do Partido Frente Nacional e discutindo se este é um processo endógeno ou se possui relação com a ascensão de partidos de extrema-direita em outras nações no mesmo período. O ano de 1982 se justifica como baliza cronológica inicial por que se refere ao ano de consolidação do partido Frente Nacional no quadro eleitoral francês, conforme já mencionado. O ano de 2017, por sua vez, serve como baliza cronológica final por se constituir num marco histórico para o partido, em função do resultado eleitoral expressivo, em que a sua candidata, Marine Le Pen, alcançou, aproximadamente, 34% dos votos. A análise referente ao ano de 2017 se restringirá às eleições francesas, não sendo, portanto, objeto deste trabalho adentrar no cenário pós-eleitoral e do início da gestão do candidato vitorioso, Emanuel Macron. A justificativa da realização deste estudo está pautada na identificação de uma carência de estudos acadêmicos na área, e sobretudo do estudo do objeto no Brasil.

Diante do exposto, o estudo visa compreender este fenômeno contemporâneo da história francesa e para isto buscará descrever o surgimento e atuação do partido conhecido como Frente Nacional; bem como analisar de modo panorâmico a história da imigração no país e a variação no comportamento em relação aos imigrantes no decurso do tempo, sem maiores aprofundamentos, apenas com o intuito de situar o leitor na evolução do processo imigratório francês; ainda analisar a ascensão de movimentos e discursos xenófobos no cenário mundial hodierno; e por último verificar possíveis impactos econômicos, políticos e sociais da imigração na França. Este último aspecto se justifica devido ao entendimento de que ao longo dos últimos anos, os estrangeiros foram responsabilizados, de alguma maneira, pela população francesa pelo desemprego, a crise que o Estado de Bem-Estar Social enfrenta no país, o crescimento da insegurança e da violência nas grandes cidades, bem como de colocar em risco a cultura e história francesa (REIS, 1999).

O presente trabalho opta por se concentrar numa análise primordial da xenofobia em geral, embora reconheça outros problemas relacionados ao tema, como, por exemplo, a islamofobia – que ainda assim será ligeiramente tratada. A opção por uma abordagem geral da xenofobia ocorreu amparada nos seguintes motivos: i) parte importante dos imigrantes é oriunda das antigas colônias francesas na África, onde nem sempre o islamismo é a religião predominante; ii) os judeus, igualmente, sofrem ampla discriminação no país – apesar de não se tratar de uma xenofobia para com grupos imigrantes – o que pode ser verificado pelo número crescente de emigrações judaicas em 2014, sendo o triplo do contingente verificado em 2012, segundo o relatório sobre direitos humanos divulgados pelo Conselho da Europa (2015); iii) a

crise do emprego existente no país suscita uma revolta contra a presença do imigrante em geral e não apenas direcionada ao imigrante muçulmano (LE MONDE, 2017).

O trabalho apresenta as principais teorias que se debruçaram sobre o fenômeno migratório com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão acerca das questões centrais debatidas pelos teóricos deste tema. Dentre as teorias destacadas, a dissertação se pautará pelo valioso contributo da Teoria do Sistema-Mundo aplicada às migrações negociações internacionais por entender ser esta a mais abrangente para envolver todos os aspectos a serem analisados dentro do panorama de imigração francesa. Sob o olhar da xenofobia optou-se por utilizar a Teoria da Integração do preconceito, apresentada por Yakushko (2009), que explica as origens do sentimento de ameaça do nativo para com o estrangeiro, a partir da chegada deste ao país.

Em relação ao aspecto metodológico, optou-se por uma ampla revisão de literatura para a análise das questões teórico-conceituais e histórico-institucionais, explicitada nos capítulos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, majoritariamente de origem estrangeira, visto que a literatura necessária se mostra ainda escassa no Brasil. As fontes foram primordialmente usadas em língua francesa e inglesa, além de algumas poucas em língua espanhola e portuguesa.

A fim de sustentar a pesquisa pretendida para este trabalho, ajuntou-se uma ampla base bibliográfica e documental. As indagações que norteiam o estudo do tema puderam ser clarificadas graças a pesquisas de fontes secundárias, que incluem dissertações, teses, livros, *papers*, artigos e periódicos produzidos pela comunidade acadêmica. Além destas, utilizou-se também, fontes primárias, como dados oficiais do governo da França. Posto que tópicos abordados nesta dissertação se encontram também em intenso debate hoje em dia, com frequência foi necessário recorrer a revistas de publicações semanais, a jornais e/ou a publicações atualizadas de agências de notícias, tomando o devido cuidado para utilizar sempre fontes confiáveis, de modo que não se comprometesse a qualidade do trabalho. Do ponto de vista do campo temático, esta pesquisa insere-se no campo das Relações Internacionais, com o auxílio de outras áreas de conhecimento como a História, Geografia e Política.

Por fim, além desta introdução, esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos e nas Considerações Finais. O Capítulo 1, denominado **Teorias sobre imigração e a problemática da xenofobia**, é dedicado ao estudo das teorias das migrações internacionais, ou seja, busca realizar uma síntese das suas principais teorias, bem como uma análise do arcabouço teórico que irá nortear o trabalho. Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo apresentar qual corrente teórica o trabalho se baseará e a questão da xenofobia e islamofobia. O Capítulo

2, intitulado **Breve histórico da imigração na França**, concentra-se nos antecedentes históricos da França, estudando o seu período imperial e o sucessivo aumento do processo migratório. Outro ponto de relevância que será abordado neste capítulo é a política de acolhimento do imigrante no período pós-Segunda Guerra. Esse capítulo tem como objetivo realizar uma breve síntese da História da Imigração na França. O Capítulo 3, denominado **Crescimento do partido Frente Nacional e o fortalecimento do discurso xenófobo na França (1982-2017)**, estuda a história do partido Frente Nacional como intuito de compreender como o programa desse partido buscou ao longo do tempo demonizar o papel do imigrante na sociedade francesa. Pretende-se também destacar a ascensão e o fortalecimento de uma direita xenófoba em diversos países além da França, problematizando acerca de um fenômeno que extrapola as fronteiras nacionais e adquire feições internacionais. Por fim, no último tópico deste capítulo, a dissertação se dedica a analisar o processo eleitoral bem como o resultado expressivo do Partido Frente Nacional nas eleições francesas de 2017 e sua relação direta com o crescimento da xenofobia em território francês. As Considerações Finais visam a sintetizar as reflexões e análises feitas no decorrer da dissertação.

1 TEORIAS SOBRE IMIGRAÇÃO E A PROBLEMÁTICA DA XENOFOBIA

A teoria é um instrumento, uma ferramenta, utilizada nos diversos campos de estudo para produzir o conhecimento e compreender os fenômenos sociais. Ela tem papel importante para explicar com quais olhos o autor entende determinado assunto e como o trabalho foi desenvolvido em cima daquele marco teórico. Assim sendo, o presente capítulo tem como intuito trazer a discussão teórica desta dissertação. Para isso recorreu-se a teorias que explicam o fenômeno de migração internacional entre os países do mundo, como também a teorias que explicam o desenvolvimento e crescimento de atitudes xenófobas para com o indivíduo estrangeiro.

1.1 ARCABOUÇO TEÓRICO SOBRE IMIGRAÇÃO: CORRENTES E DEBATES

É inegável a dimensão global das migrações internacionais. Não há país ou região do planeta que esteja “imune” ao fenômeno migratório; assim, não existe povo sem influência de diversos fluxos de migrantes ao longo de sua formação.

Embora sempre presente na história humana, as migrações assumiram dimensão ainda maior na era contemporânea, em razão de estímulos como o avanço tecnológico nos setores de transportes e comunicações, a acelerada internacionalização da economia e o agravamento das disparidades sociais e econômicas entre regiões e países. A complexidade do tema migratório é também evidente, prestando-se a interpretações de diversas ordens, por exemplo, políticas, sociológicas, econômicas e de direitos humanos.

Do ponto de vista conceitual, a migração internacional está intrinsecamente vinculada à ideia de Estados Nacionais, concretizando-se por meio da travessia das fronteiras políticas de tais Estados (CASTLES, 2008). De modo que as migrações internacionais só existem porque, no passado, foram delimitadas fronteiras que os distinguem e os separam.

Do latim *migratio*, migração significa o ato de se deslocar de um lugar para outro. Em suma, na migração internacional, o indivíduo atravessa Estados Nacionais diferentes; ela diz respeito à fixação em um outro país, por isso, não são contabilizados, por exemplo, turistas que transitam rapidamente entre os países.

Assim como qualquer movimento migratório, a migração internacional subdivide-se em dois processos básicos, o de *emigração*, que constitui a saída de pessoas de um determinado país, e o de *imigração*, que, ao contrário, tem a ver com as pessoas que entram em um país. Como apresenta Carlos Fouquet (1974, p. 11), “a história da humanidade é a história das migrações e de suas consequências”. Assim, desde tempos imemoriais, o homem sente a

necessidade de se deslocar, seja em busca de meios de subsistência, ou para fugir de ameaças físicas e/ou ambientais. Segundo afirma Dezan (2007, p. 18):

A história da humanidade registra, desde o seu aparecimento na face da Terra até hoje, repetidos movimentos de migração e de fixação de populações em várias regiões do globo. Os seres humanos sempre se movimentaram, por instinto, com o desejo de conhecer e explorar o desconhecido ou impulsionados por problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, guerras, ou através da combinação de dois ou mais desses fatores. No decorrer dos séculos aconteceram muitos movimentos migratórios de proporções diferentes, sendo alguns de grandes dimensões, os quais influíram significativamente na evolução histórica do gênero humano. (DEZAN, 2007, p. 18).

Desastres naturais, fome, guerras, perseguições religiosas e/ou políticas, bem como o simples fato de buscar uma vida melhor em outro país, fizeram do homem um ser errante, à procura de segurança, proteção e bem-estar. Assim, de acordo com Damiani (2001, p. 62):

Os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a Antiguidade até os nossos dias. O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações. Considera-se desde migrações intercontinentais, detendo-se especialmente, pelo seu volume, na emigração europeia, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, até as migrações a curta e média distâncias, mais frequentes. (DAMIANI, 2001, p. 62).

A migração é tema complexo, presente na atualidade e, por isso, exige estudo. Para Pequito (2009, p. 31):

a migração é um tema complexo, e os fluxos migratórios não são totalmente padronizados ou estanques. Cada país é conjuntamente lugar de origem e destino de fluxos migratórios. Assim, o estudo do fenômeno da migração deve encarar a sua dinâmica como um processo, de forma a avaliar o seu impacto no desenvolvimento global, bem como na proteção do indivíduo. (PEQUITO, 2009, p. 31).

Com o intuito de melhor entender o processo migratório internacional, algumas teorias foram desenvolvidas por estudiosos do tema. Cabe salientar que, para Castles (2008), apesar dos avanços na tecnologia e nas pesquisas, ainda não se conseguiu formular uma teoria única a qual consiga explicar todo e qualquer processo migratório.

Dessa forma, antes de apresentá-las, é possível frisar que não existe uma teoria capaz de explicar todo o processo de migração internacional. Primordialmente, em razão da sua complexidade, sua natureza multifacetada, suas origens diversificadas e por apresentar causas e motivos abrangentes. O que há é “apenas um conjunto fragmentado de teorias que se desenvolveram em grande parte isoladas umas das outras” (MASSEY et al., 1993, p. 432).

Além disso, as teorias e os enfoques podem ser influenciados por conteúdos ideológicos de diferentes áreas como a Economia, a Política e a Cultura, o que torna a análise do fenômeno migratório ainda mais árdua.

O primeiro autor a formalizar uma teoria para explicar e caracterizar os movimentos migratórios foi Ravenstein, no ano de 1885, a partir da obra *The Laws of Migration*¹. Ele buscou explicar as tendências de migração de um determinado lugar para outro por meio de um sistema que ficou conhecido como *push-pull*², o qual descreve as principais causas da expulsão do país de origem e da atração do local de acolhimento ou de chegada. O trabalho de Ravenstein possibilitou a criação de uma base de estudo para o fenômeno migratório, por muito tempo negligenciado. Pequito (2009, p. 32) explicita resumidamente as ideias predominantes na teoria de Ravenstein:

Estas concepções são enquadradas nas teorias *push-pull* ('empurra-puxa'). Os factores que empurram para a emigração seriam o crescimento demográfico, fracas condições de vida, ausência de oportunidades económicas e repressão política. Os factores que atraem a imigração seriam a procura de mão de obra, disponibilidade de terra, boas oportunidades económicas e liberdade política. Esta visão, encontrada na teoria económica neoclássica, é individualista e ahistórica, enfatizando a decisão individual de imigrar. O seu conceito central é o capital humano no sentido de investimento individual no desenvolvimento pessoal, ou uma decisão de maximização da utilidade individual. (PEQUITO, 2009, p. 32).

De acordo com tal teoria, as migrações são estimuladas por um conjunto de fatores de repulsão existentes no país de origem; por exemplo, altas taxas de desemprego, baixos salários, crises econômicas, guerras, dentre outros. Variáveis dessa natureza, comparadas pelos indivíduos migrantes com as vantagens do país de destino – a título de exemplo, altos salários, elevada qualidade de vida, acesso à educação e saúde –, motivariam as pessoas a decidir pela mobilidade geográfica.

Muito embora Ravenstein (1885) tenha sido o pioneiro nos estudos sobre a migração internacional, com o tempo, novas teorias e explicações foram desenvolvidas, de modo a melhor interpretar o fenômeno. Segundo Neide Patarra (2006), as teorias da migração internacional podem ser classificadas em dois grupos: a) aquelas que explicam o surgimento do movimento internacional contemporâneo, e; b) aquelas que explanam a continuação dos fluxos migratórios ao longo dos anos.

¹ RAVENSTEIN, E. G. (1885) As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980. p. 25-88. 722p.

² Repulsão-atração.

O trabalho de Ravenstein (1885) pode ser encaixado no primeiro grupo, uma vez que o autor buscou somente explicar os motivos que fizeram com que os indivíduos optassem pela imigração. As teorias explicitadas no trabalho em voga seguem tal padrão de análise ou, em outras palavras, algumas procuram entender o motivo de o indivíduo migrar, ao passo que as demais se preocupam em compreender a razão pela qual é continuado o fluxo migratório a partir de um determinado período de tempo.

A mais antiga e famosa teoria é a neoclássica, a principal herdeira dos modelos de atração e repulsão. Para Massey et al. (1993), esta surgiu a fim de explicar como ocorria a migração laboral no processo de desenvolvimento econômico nos países ricos. Assim, para a teoria, a migração internacional era fruto das diferenças geográficas na demanda e oferta de trabalho ao redor do mundo. Entretanto, ela não exclui o modelo de atração e repulsão proposto por Ravenstein: evidencia que o *push-pull* está centrado essencialmente nas diferenças salariais entre os diferentes países.

Essa teoria possui duas formas de abordagem: a versão macroeconômica e a microeconômica. Para a primeira, a migração internacional é altamente influenciada pela diferença na oferta e demanda de trabalho, bem como na disponibilidade de capital em forma de salário. A mobilidade da população é elucidada por diferenças geográficas no suprimento e demanda por trabalho.

Dessarte, as diferenças salariais fazem com que trabalhadores migrem para outros lugares que ofereçam remunerações mais atrativas. De modo previsível, se os diferenciais de renda são baixos entre os países, o processo de migração é praticamente inexistente (MASSEY et al., 1993).

Dessa maneira, seria alcançado um equilíbrio entre os dois países, visto que o mais rico teria agora os empregadores dos quais necessita, ao passo que o país mais pobre diminuiria seu excesso de mão de obra por meio da emigração.

Na abordagem microeconômica, a migração internacional é considerada a partir da relação custo-benefício para os migrantes. Nessa perspectiva, os indivíduos são analisados como seres racionais e optam pela migração pois, ao calcularem os custos e benefícios, acreditam na possibilidade de obter, na sociedade de destino, um retorno líquido positivo, normalmente financeiro (MASSEY et al., 1993). O deslocamento é, por conseguinte, o resultado do cálculo feito pelos fatores racionais, que pretendem maximizar suas necessidades.

Dentre os principais representantes da teoria neoclássica, em suas versões macro e microeconômica, podem-se destacar os trabalhos de Hicks (1932), Lewis (1954), Sjaadstad (1962) e Harris e Todaro (1970). Para tais autores, independentemente da análise macro ou

micro, a decisão de migrar está baseada na escolha individual, especialmente, após análise e ponderação pessoais acerca dos custos e benefícios esperados no país de origem e de destino. Conforme ressalta Becker (1997, p. 323),

Tal concepção levava a um modelo reduutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da decisão pessoal e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas. (BECKER, 1997, p. 323).

O modelo de atração-repulsão e a teoria neoclássica foram muito importantes na fase inicial dos estudos sobre as migrações internacionais, contudo, mais tarde, seus postulados foram bastante questionados por não explicarem certas circunstâncias do processo migratório.

Um exemplo de incerteza sobre a validade dos modelos teóricos diz respeito à ausência de explicação sobre as razões que levam um determinado grupo de indivíduos a emigrar para um determinado país em detrimento de outro (CASTLES; MILLER, 2009). Em razão disso, outras teorias foram sendo concebidas, com o intuito de melhor explicar os fenômenos migratórios.

No início do século XX, devido à crescente mobilidade populacional para os Estados Unidos, os sociólogos norte-americanos compreenderam a necessidade de dedicar mais tempo ao estudo da migração internacional. O maior interesse na área proporcionou, então, um avanço real nesse campo de estudo, proporcionando o surgimento de novas abordagens teóricas.

De acordo com Kurekova (2011), na Europa não foi diferente. A partir da década de 1960, emergiu uma forma de migração pós-industrial, que necessitava da tomada de medidas por parte dos governos e, conseqüentemente, de mais estudos. Enquanto, anteriormente, a tendência era de emigração da Europa para suas antigas colônias, o quadro foi invertido, e a oferta global de emigração passou da Europa para o mundo em desenvolvimento.

Dessa maneira, os pesquisadores europeus empenharam-se em estudar a migração internacional, seus fatores e suas conseqüências. Foram estudados os fluxos migratórios da industrialização para as economias maduras, o papel dos custos de transporte reduzidos e da comunicação mais barata e mais rápida, a ação dos governos no recebimento dos imigrantes e uma maior circularidade de movimentos, a partir da ampliação da interdependência comercial (KUREKOVA, 2011).

De modo semelhante, em questionamento a muitas hipóteses e argumentos da teoria neoclássica, outra despontou, conhecida como *nova economia da migração*, a qual ofereceu um novo nível de análise e uma perspectiva diferente sobre quais fatores são determinantes para a

migração, além de mudar o foco da pesquisa de migração da independência individual para a interdependência mútua (STARK, 1991).

Seu principal postulado é o de que a migração não ocorre apenas por decisão particular, mas por um acerto que envolve um conjunto maior de pessoas com grau de relacionamento próximo, por exemplo, as famílias. Com isso, as pessoas agem coletivamente, no sentido de maximizar a renda e minimizar os riscos.

Portanto, uma parte da família pode permanecer no local de origem, enquanto a outra parte migra buscando o incremento da renda familiar (MASSEY, 1993). Em vista disso, vários fatores podem influenciar na decisão de migrar. No entanto, vale ressaltar que nessa teoria ainda prevalece a ideia do modelo *push-pull*, ou seja, fatores de atração e repulsão dos países para os quais se migra. Os principais representantes da teoria da nova economia da migração são Stark (1991; 2003), Taylor (1999) e Faist (2000).

As teorias *neoclássica* e *nova economia da migração* são baseadas na perspectiva de microanálise, já que ambas veem os indivíduos como principais detentores de escolha no momento do processo migratório.

Outra teoria da migração internacional é a denominada *teoria do mercado dual de trabalho* ou *teoria da segmentação do mercado de trabalho*. Ela centraliza sua argumentação na migração internacional como resultante das demandas intrínsecas de trabalho das sociedades industriais modernas, deslocando sua abordagem para uma análise macroeconômica.

O maior defensor e representante da teoria em questão foi Piore (1979), que pressuponha ser a migração internacional fruto de uma demanda permanente de trabalho imigrante por parte dos países desenvolvidos. De acordo com Piore (1979), a imigração é resultado de fatores de atração nos países receptores, ou seja, uma veemente necessidade dos países ricos de mão de obra estrangeira (MASSEY, 1993).

Ele chega a três explicações possíveis para a demanda de trabalhadores estrangeiros nas sociedades industriais modernas: primeiro, uma escassez geral de mão de obra nesses países; segundo, a necessidade de preencher cargos inferiores dentro da hierarquia do trabalho; e, por último, a escassez de mão de obra no segmento secundário de um mercado de trabalho duplo (JENNISSEN, 2007).

Patarra (2006), a fim de melhor entender a teoria dual do mercado de trabalho, pondera que, nos países desenvolvidos, o mercado de trabalho bifurca-se em dois: o primário, em que se mostram disponíveis os empregos com altos salários e boas condições de trabalho; e o secundário, instável, sem exigência de grandes habilidades, com baixas remunerações e condições de trabalho precárias.

Os nativos tendem, muitas vezes, a rejeitar os empregos no setor secundário, de maneira que este passa a ser abastecido pela imigração (PATARRA, 2006). Nesse sentido, Jennissen (2007) apresenta a divisão nos dois segmentos. O segmento primário é caracterizado pelo uso intensivo de capital, ao passo que o segmento secundário é caracterizado pela utilização intensiva da mão de obra no processo produtivo.

Consequentemente, os trabalhadores dentro do segmento primário são, geralmente, mais bem qualificados, já que são treinados para trabalhar com bens de capital avançados, têm mais status social, maior renda e melhores condições de emprego do que aqueles não qualificados do segmento secundário (JENNISSEN, 2007).

A teoria do Sistema-Mundo, baseada no trabalho de Immanuel Wallerstein (1974), foi também aplicada no contexto das migrações internacionais por Petras, em 1981. De acordo com essa visão teórica, o processo migratório tem ligação com a estrutura do mercado mundial que se desenvolveu e expandiu desde o século 16, de modo que a penetração das relações econômicas capitalistas em sociedades periféricas e não capitalistas cria uma população propensa a migrar para o exterior.

Assim, a migração é uma consequência natural das rupturas e deslocamentos que ocorrem no processo de desenvolvimento capitalista. A partir do instante em que o capitalismo se expandiu fora dos países de núcleo, partes cada vez maiores do globo foram incorporadas à economia de mercado mundial. À medida que a terra, as matérias-primas e o trabalho nas regiões periféricas estão sob a influência e o controle dos mercados, os fluxos migratórios são inevitavelmente gerados. A economia mundial passa, então, a ser gerida a partir de um número diminuto de centros urbanos que comportam todo o setor bancário, as finanças, a administração, os serviços profissionais e a produção de alta tecnologia. Tais centros foram denominados de cidade globais (MASSEY, 1993).

Dessa maneira, a unidade de análise é o Sistema-Mundo, que se traduz como o sistema capitalista em toda sua abrangência. Os países desempenham papéis distintos dentro do sistema internacional de acordo com suas especificidades internas, refletidas nas assimetrias destacadas pela divisão internacional do trabalho. Processos diferentes de acumulação de capital, estrutura e organização do poder político e aspectos inerentes ao desenvolvimento econômico nacional conduzem à configuração de um Sistema-Mundo de aparência tripartite, dividida em centro, semiperiferia e periferia. Estas gravitando em torno daquela, estabelecendo uma forte relação de dependência. A interpretação das migrações internacionais no contexto dessa teoria, portanto, passa pelo entendimento de que os fluxos migratórios estão anexos às dinâmicas estruturais do sistema na sua totalidade (NOLASCO, 2016).

O modo como o sistema capitalista penetra nas sociedades periféricas por meio de uma grande participação das sociedades ricas altera o equilíbrio das relações de produção, o que origina mão de obra além das necessidades produtivas das periferias. Esse contingente de reserva existente nos países periféricos é, então, remanejado para atender as necessidades laborais dos países do centro.

Logo, as migrações internacionais resultam, simultaneamente, da necessidade de força de trabalho advinda do processo de acumulação capitalista e da busca dos trabalhadores das nações periféricas por melhores condições salariais e laborais (NOLASCO, 2016).

Outra teoria que objetiva entender o processo migratório foi a *teoria das redes sociais*, também conhecida como *teoria de redes migratórias*. Esta centra a sua análise não na causa da migração, como as demais, mas sim na perseverança dos fluxos migratórios e sua continuidade ao longo do tempo. Assim, as redes de migrantes são conjuntos de relações interpessoais entre migrantes, ex-migrantes e não-imigrantes nas áreas de origem e destino, seja a partir de laços de parentesco, amizade ou origem comunitária compartilhada.

A formação das redes aumenta a probabilidade de movimento internacional, já que reduzem os custos de mobilidade, os riscos, além de aumentarem os retornos líquidos esperados para a migração. As redes migratórias seriam, assim, uma forma de capital social que as pessoas utilizam como meio de obter acesso de modo mais fácil ao emprego no exterior (MASSEY, 2015).

Dentro de tal perspectiva teórica, os fluxos migratórios são caracterizados por certa estabilidade e apresentam tendência de intensificação. Não precisa existir uma proximidade geográfica entre os países que enviam os migrantes e os que os recebem, a escolha está geralmente atrelada a ligações diversas entre os dois países, por exemplo, um passado colonial comum, aspectos culturais, políticos, econômicos, entre outros (NOLASCO, 2016).

A partir dos anos 1990, outra abordagem teórica foi introduzida nos estudos sobre a migração: a *teoria transnacional*. De acordo com Góis (2006 apud Castro 2011, p. 152),

o transnacionalismo emergiu da constatação que os imigrantes mantêm os contatos entre o estrangeiro e o seu país de origem e fazem de ambos um território único de ação social. A partir de uma análise transnacional, os imigrantes já não estão desenraizados, ao contrário movem-se livremente de um lado para o outro através de fronteiras internacionais e/ou entre culturas e sistemas sociais diferentes. Estes migrantes influenciam a mudança (em ambas) as comunidades ou locais de pertença não só através das suas remessas econômicas, mas igualmente através de remessas sociais. (GÓIS, 2006 apud CASTRO, 2011, p. 152).

Com efeito, a teoria transnacional diz respeito ao imigrante que, além de integrar as novas práticas e culturas do lugar para o qual se mudou, mantém as do seu lugar de origem, de tal sorte que se relaciona com ambos os espaços e provoca modificações nos dois ambientes. Nessa teoria, o imigrante recebe nova nomenclatura, a de *transmigrante*: indivíduo que mantém atividades e práticas transnacionais com dois ou mais países.

Outro aspecto dessa abordagem teórica é a criação do termo *comunidades transnacionais*, que constitui grupos fundamentados em dois ou mais países, os quais se envolvem em atividades transfronteiriças significativas, recorrentes e duradouras, de natureza econômica, política, social ou cultural (CASTLES, 2008). Desse modo, a interação entre os dois grupos mostra-se constante e é facilitada pelo avanço dos meios de comunicação e transporte.

Em vez de explicar as causas da migração, o campo teórico transnacional descreve uma nova realidade no modo de migrar e se integrar em sociedades hospedeiras, propondo um surgimento de redes densas por meio de fronteiras políticas criadas por migrantes em busca do progresso econômico e social (KUREKOVA, 2011).

O que se pode concluir a partir da breve análise sobre as migrações internacionais é que as fortes assimetrias regionais fazem com que as pessoas busquem sair da sua sociedade de origem para outras longínquas. O assunto torna-se ainda mais complexo porque esses deslocamentos têm um forte impacto não só na vida daqueles que se deslocam, como também nas sociedades que recebem os imigrantes. As diferenças culturais (religiosas, políticas, éticas, de costumes, bem como as próprias condições econômicas distintas entre os que migram e os que recebem os migrantes) criam um ambiente de difícil convivência, representando um constante desafio para a estabilidade social.

O arcabouço teórico sobre migrações internacionais, como é possível constatar, é vasto e complexo, ensejando um conjunto de perspectivas de abordagem que se dividem, comumente, em dois eixos norteadores: o primeiro, centrado nas teorias que focam nas razões que levam o indivíduo a migrar; e o segundo, que se dedica a estudar os elementos que permitem a perpetuação do fenômeno migratório.

Optar por uma abordagem teórica em um período específico, portanto, dependerá da análise do objeto de estudo dentro do tempo e espaço levando em consideração o período em que se viveu e o contexto econômico, social e cultural no qual se estava engajado. Contudo, a apresentação vista até este ponto é relevante e serve como instrumento para compreender a persistência da migração hodiernamente, bem como evidencia que, por vezes, ela é negligenciada como fonte de estudo.

Falar de migrações internacionais e de perspectivas teóricas não parece fácil. Na verdade, como parece acontecer em outras áreas de saber e de investigação, os modelos ou quadros conceptuais que são propostos nesta área das migrações são diversos e parecem depender de um certo enquadramento espacial e temporal, contexto social, económico e cultural, e, eventualmente, de outros condicionalismos inerentes à sua produção. (BARROSO, 2012, p. 58).

O enfoque deste trabalho está pautado na situação da França e, por meio das informações apresentadas neste tópico, pode-se concluir que várias dessas teorias servem para explicar a grande emergência de imigrantes neste país. Conforme mencionado, as teorias não são excludentes, apenas foram atualizadas e adequadas à realidade de determinados locais.

No entanto, entende-se que a teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein (1974), aplicada ao contexto das migrações internacionais, para os fins deste trabalho, é a mais adequada por abranger a dinâmica dos movimentos migratórios inserida nas relações entre países centrais e periféricos do sistema internacional. A França, na condição de nação central dentro do Sistema-Mundo, recebe tradicionalmente imigrantes advindos das mais diversas partes, especialmente de suas ex-colônias, com grande destaque para a Argélia. Com isso, configura-se um fluxo constituído, majoritariamente, nas relações de subordinação/dependência de países periféricos, para uma nação central. Contudo, vale ressaltar que tal fluxo migratório será mais bem abordado no capítulo II desta dissertação.

A condição de subdesenvolvimento que assolou os países mais pobres, segundo os teóricos do Sistema-Mundo foi resultado da expansão do sistema capitalista que, em seu processo de amplificação e atuação sobre o sistema internacional, inseriu antigas áreas externas em sua dinâmica, na condição de nações periféricas. O fortalecimento dessa condição aconteceu, dentre outros fatores, em razão do advento do imperialismo, modo pelo qual a França intensificou sua acumulação de capitais e estabeleceu relações sólidas de dominação frente a algumas regiões do mundo.

Os fluxos migratórios para a França, portanto, foram constituídos a partir desse movimento expansionista francês. A antiga relação com uma metrópole possibilitou um imaginário de facilidade de mobilização para os países centrais. Então, o excedente de mão de obra nos países periféricos, convivendo com baixos salários e difíceis condições trabalhistas, propiciou a migração da periferia para o centro. Como será posteriormente trabalhado, a França passou por tensos períodos de escassez de mão de obra, de modo que a atração de trabalhadores de países em piores condições econômicas foi a solução mais rápida e viável encontrada para solucionar os problemas do país.

A forte presença imigrante no mundo atual ocasiona, por vezes, um sentimento de estranheza e aversão por parte da população originária, o que foi denominado de *xenofobia* e será, portanto, abordado no tópico que segue.

1.2 A QUESTÃO DA XENOFOBIA

Na Grécia Antiga, o termo estrangeiro (derivado do latim *extraneus*, que é de fora, desconhecido, não-familiar) conotava um intruso, estranho que adentrava a pólis e, por isso, não tinha os direitos adquiridos por um cidadão comum grego. Em momento posterior, estes passaram, então, a ser chamados de bárbaros, palavra derivada de uma onomatopeia grega *bar-bar*, que, para os gregos, se assemelhava ao som emitido pela língua persa. Com o passar do tempo, o termo foi cunhado para se referir a todos os povos que não partilhavam os valores e códigos culturais gregos.

A dificuldade traduzia-se na aceitação de um indivíduo que não pertencesse àquele espaço territorial, considerando que as questões territoriais e nacionais não estavam ainda bem delimitadas ou claras naquele período. O fato é que o estrangeiro era excluído de direitos políticos e da cidadania (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016), como se pode ver a seguir:

Nem em Roma nem em Atenas o estrangeiro podia ser proprietário. Não podia se casar; pelo menos, seu casamento não era reconhecido, e seus filhos eram considerados bastardos. Não podia fazer um contrato com um cidadão; a lei pelo menos, não reconhecia nenhum valor nesses contratos. A princípio ele não tinha o direito de comerciar. [...] a distinção entre cidadão e estrangeiro era mais forte do que o laço natural entre pai e filho. (COULANGES, 2017, p. 213).

Como supracitado, pode-se inferir que não apenas na Grécia, mas também em Roma, o papel do estrangeiro na sociedade era limitado, e grandes privilégios eram inexistentes. Em outras palavras, desde tempos remotos, o estrangeiro figura como um ser intruso no corpo social.

Na Idade Média, segundo Classen (2002), em uma noção de identidade ou pertencimento bem definidos, o ser humano pautava-se na análise do outro a fim de entender-se. Em alguns momentos, o estrangeiro causava estranhamento por ser diferente, era considerado herege, ou um verdadeiro monstro medieval, enquanto que, em outras situações, era aceito como parte da criação divina.

Desse modo, a era medieval foi um período de contradições para o estrangeiro que convivia, paradoxalmente, com a xenofobia e com a fascinação pelo desconhecido. Vale ressaltar que a percepção trazida pelo autor faz referência a um olhar europeu, sobretudo de

seus Estados ocidentais, como a França, Inglaterra, etc., que tiveram grande participação no processo de expansão e colonização de novos territórios.

É importante salientar que a admiração e o medo estavam presentes. O medo vinha do reflexo da luta pela própria sobrevivência, já que o período foi de grandes pestes, ameaças e invasões. E a admiração era resultado de conhecimentos advindos do mundo exterior como das artes e da literatura (CLASSEN, 2002).

Considerando que, no mundo moderno, geralmente fazemos mais uma distinção entre o 'estrangeiro' como advindos de um espaço físico estranho ou uma pessoa de outra cultura e / ou religião, e o 'outro' como algo ainda mais distante do nosso entendimento, como um outro concebido e construído (diabo, monstro, fantasma, etc.), ou alguém de uma deformidade física ou orientação sexual diferente, o mundo medieval muitas vezes não fazia tal distinção. (CONNELL, 2004, p. 1 tradução nossa).

Na Idade Moderna, com o advento do Iluminismo, o paradigma de compreensão do mundo foi modificado, em virtude dos avanços nos estudos científicos. O misticismo e a forte influência religiosa predominantes na Idade Média cederam lugar a uma percepção mais materialista sob a égide do cientificismo que ganhou relevância à medida que a era moderna se consolidava. O racionalismo – a emergência de uma nova leitura do mundo, a partir do mecanicismo de René Descartes (1596-1650) – promoveu uma transformação importante que influenciou filósofos e demais estudiosos. Dessa maneira, a vida intelectual europeia, a partir do século XVIII, foi marcada pela eclosão da secularização, refletindo em todas as áreas, inclusive nas artes, música e literatura (SPIELVOGEL, 2011).

Para Spielvogel (2011), a amplificação significativa no volume e circulação dos escritos elaborados pelos mais diversos pensadores, sobretudo no decorrer dos séculos XVII e XVIII, permitiu que se ampliassem os conhecimentos a respeito de outras civilizações nas principais nações europeias. Esse novo contexto proporcionou uma série de estudos comparativos entre as civilizações da Europa e as oriundas de outras partes do mundo, dando origem ao relativismo cultural.

Diversos especialistas, como Johann Blumenbach (1819) e John Crawfurd (1820), começaram a classificar as pessoas em grupos raciais. Por um lado, grupos de pesquisadores defendiam a tese da poligênese, ou seja, a crença na existência de diversas espécies humanas separadas entre si. Em contrapartida, outros grupos argumentavam a favor da tese da monogênese, a qual se amparava na crença de uma única espécie humana caracterizada por diferenciações raciais. Ambos, no entanto, eram especialmente antipáticos a uma classe

específica: os africanos. Eles eram constantemente posicionados como inferiores em uma espécie de hierarquia da humanidade (SPIELVOGEL, 2011).

Em outras palavras, enquanto o mundo começava a diminuir suas fronteiras e promovia o encontro entre povos distintos, o discurso sobre o outro era ainda bastante controverso e, não raro, evidenciava aversões, como no caso dos africanos, considerados como pertencentes a raças inferiores, que deveriam ser subjugadas.

No conjunto dos grupos humanos dos quais os europeus tinham aversão, incluem-se os judeus. Em maioria, os semitas habitavam na Europa oriental e tinham sua movimentação restrita, pois eram proibidos de ter terras ou desempenhar determinadas profissões, além de serem forçados a pagar altas taxas tributárias e serem alvo constante de ódio e de ataques das populações locais (SPIELVOGEL, 2011).

Essa introdução panorâmica sobre a percepção europeia do estrangeiro ao longo dos séculos revela – de maneira resumida e generalizada – que o estranhamento e a aversão ao outro remetem a um passado longínquo, e sua permanência histórica requer a análise de uma gama complexa de fatores que fogem ao escopo deste trabalho. No entanto, é possível afirmar que a xenofobia é um tema muito antigo, e que a percepção de uma determinada sociedade sobre o estrangeiro muda ao longo do tempo, entrelaçando fatores estruturais, permanentes e conjunturais, que se modificam nos devidos contextos históricos. Logo, o salto analítico para o estudo deste fenômeno na contemporaneidade observa, em princípio, a permanência histórica, mas agrega as mudanças conjunturais típicas de uma época distinta dos tempos pretéritos, que possui suas especificidades, embora sem se descolar completamente da influência de suas origens.

O mundo está naturalmente diferente dos séculos e eras passados. Os Estados nacionais consolidaram-se há bastante tempo, diversas guerras aconteceram, territórios foram delimitados, e a tecnologia experimentou avanços fantásticos, propiciando, dentre outras coisas, a possibilidade fabulosa de circulação de pessoas por todas as nações e continentes diariamente, integrando os seres humanos como jamais poderia ter sido imaginado.

Em questão de horas, pode-se cruzar de um extremo a outro do planeta Terra. Não se descurando das possibilidades dos encontros virtuais proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação, que permitem a realização de transações comerciais, financeiras, bem como de encontros pessoais entre indivíduos residentes em lugares remotos. Diante de um cenário com essas características – que não encontra paralelo na história – o estudo e a compreensão dos fenômenos migratórios, assim como da xenofobia, ganha novos contornos, o

que amplia as perspectivas de análise do fenômeno, multiplicando, como visto, as teorias sobre imigração.

Guerras, crises econômicas, perseguições religiosas ou étnicas, desastres ambientais e pobreza, normalmente, são os principais motivos que levam os indivíduos a deixar seus países de origem e procurar um novo lar em outra nação, na qual as condições de vida sejam mais favoráveis.

Entretanto, o que a globalização permitiu, também, foi a mistura e o entrelaçamento entre nações, o encontro entre povos com culturas distintas e costumes diferentes. Para muitos, infelizmente, a globalização não somente promove o encontro entre novas culturas, mas também extingue e escraviza, seja por meio de um processo de aculturação ou de inferiorização (GRAÇA FILHO, 2013). Assim, com base no contexto mencionado, esta parte da dissertação levanta a questão de discussão principal: a xenofobia.

O termo *xenofobia* vem do grego *xénos*, que significa *estranho*, e *phóbos*, que significa medo. Segundo o dicionário *on-line* Merriam-Webster³, xenofobia é, portanto, “o medo e ódio por estranhos ou estrangeiros ou qualquer coisa que é estranho ou estrangeiro” (tradução nossa). Já de acordo com a psicóloga e estudiosa do tema, Oksana Yakushko (2009, p. 43) “a xenofobia é uma forma de preconceito atitudinal, afetivo e comportamental para com os imigrantes e aqueles que se percebem como estrangeiros” (tradução nossa).⁴

Crowther (1995 apud YAKUSHKO, 2009) enfatiza que a xenofobia se concentra em indivíduos que vêm de “outros países” e por quem indivíduos nativos têm uma aversão grande ou medo intenso. Dessa forma, conclui-se que a xenofobia é representada por um medo ou repulsão extrema em relação aos estrangeiros, ou pessoas estranhas advindas de uma outra região que não aquela em que o ser julgador se encontra. Isso se dá, principalmente, pelas diferenças do nativo em relação a: raça, costumes, religião e/ou cultura.

A xenofobia pode manifestar-se de várias formas e tem, portanto, diversas causas. Por vezes, ela se reflete por meio do medo da perda de identidade ou cultura nacionais, do receio pela competição por empregos, da ideia de que os imigrantes se constituem um fardo ao Estado Nacional, ou, simplesmente, do desejo de eliminar a sua presença para assegurar uma suposta pureza nacional.

O alvo da xenofobia pode ser estrangeiros, mas também pessoas que tenham culturas, crenças, religiões diferentes daquelas comuns do nacional. A xenofobia vítima, ainda,

³ <https://www.merriam-webster.com/dictionary/xenophobia>

⁴ Texto original: “*Xenophobia is a form of attitudinal, affective, and behavioral prejudice toward immigrants and those perceived as foreign.*”

indivíduos de outras raças, ou que tenham características físicas distintas. Nela, o medo do desconhecido gera no sujeito xenófobo uma aversão ou ódio contra aquele que não é igual e que, certamente, não se “encaixa” nos parâmetros dos nativos (YAKUSHKO, 2009).

Como o indivíduo xenófobo habitualmente supervaloriza o seu modo de ser e viver, a xenofobia está intimamente atrelada às noções de nacionalismo (chauvinismo) e etnocentrismo, ambas caracterizadas pela crença na superioridade de um Estado-nação sobre outros. A xenofobia é, também, frequentemente associada à instabilidade em tempos econômicos e políticos. Por intermédio de análises realizadas pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2013), pode-se concluir que as manifestações de xenofobia, muitas vezes, aumentam em períodos de dificuldades econômicas, campanhas eleitorais e em tempos de volubilidade política. Isto é, em situações de pobreza crescente e de diminuição de oportunidades nas áreas de emprego, habitação, bem-estar social, educação e saúde, os estrangeiros podem facilmente tornarem-se alvos de atitude hostil e agressões físicas.

Durante as campanhas eleitorais, grupos vulneráveis são costumeiramente usados como bodes expiatórios para justificar, muitas vezes, problemas domésticos que já existiam. De maneira que são apresentados aos potenciais eleitores como ameaças à segurança, culpabilizados pela marginalidade nas cidades, além de serem acusados de “roubar” empregos e de aproveitar de maneira injusta o sistema de previdência social (ONU, 2013).

É importante destacar que algumas teorias foram desenvolvidas a fim de tentar explicar o processo de formação da xenofobia. Elas tentam delinear como os sentimentos de ameaça contribuem para a criação de visões negativas para com aqueles que parecem desafiar o bem-estar social e econômico de nacionais. As teorias a serem aqui detalhadas foram extraídas da classificação apresentada pela psicóloga e professora Yakushko (2009), referência nessa área de estudo⁵. A opção por essa classificação se deu pelo reconhecimento do seu trabalho no meio acadêmico internacional dentro do campo de estudos migratórios e xenofóbicos, ademais pela clareza e concisão.

A primeira teoria de que a autora trata é denominada *Teoria Realista do Conflito Grupal*. Segundo essa análise teórica, a concorrência pelo acesso a recursos, muitas vezes limitados, resulta no conflito entre os diferentes grupos. Desse modo, os nativos acreditam que o imigrante

⁵ Dra. Oksana Yakushko é professora da *Pacífica Graduate Institute*. Os trabalhos da Dra. Yakushko concentram-se em questões de imigração, xenofobia, tráfico de pessoas, diversidade e gênero. Dra. Yakushko publicou mais de 50 artigos revisados por pares, capítulos de livros e resenhas de livros. Ela recebeu vários prêmios por seu trabalho acadêmico e ativismo, incluindo as Citações Presidenciais da APA (2008), (2011) e o Prêmio Oliva Espin de Justiça Social (2008). Além de seu trabalho acadêmico, ela tem sido ativa na Associação Americana de Psicologia e em iniciativas locais.

não dispõe dos mesmos direitos que eles dentro da competição pelos recursos limitados de seu país, e, por isso, os estrangeiros são vistos com preconceito (YAKUSHKO, 2009).

Já a *Teoria da Integração do Preconceito* sugere que existem quatro tipos de ameaças que levam ao desenvolvimento da xenofobia: a ameaça realista; a ameaça simbólica; a ansiedade intergrupar; os estereótipos negativos. A ameaça realista diz respeito às questões de natureza política e econômica que os imigrantes trazem a partir do momento que chegam ao seu novo destino. Nesse caso, eles são percebidos como um poder desafiador.

A ameaça simbólica decorre da diferença de valores, crenças, moral e atitude entre os residentes de um país e o grupo de pessoas externas. Essas ameaças estão diretamente relacionadas com os conflitos entre diferentes visões de mundo, em que os habitantes de um país se sentem desafiados pelos recém-chegados, que trazem valores e crenças próprios (YAKUSHKO, 2009).

Os outros dois tipos de ameaça, conforme já mencionado, são a ansiedade intergrupar e os estereótipos negativos. Stephan e Stephan (2000, apud YAKUSHKO, 2009) sugerem que os indivíduos de um determinado grupo experimentam sentimentos de ameaça quando interagem com membros externos; essa percepção de ameaça resulta, portanto, em um quadro de ansiedade. Por fim, a última ameaça acredita que esse sentimento aumenta no grupo nacional, uma vez que os imigrantes já foram por ele estereotipados como agressivos, ininteligentes e preguiçosos (YAKUSHKO, 2009).

As teorias sobre hierarquias sociais e justificção da ordem sistêmica também ajudam a explicar como os indivíduos desenvolvem e mantêm atitudes xenófobas. Pratto (et al., 1994 apud YAKUSHKO, 2009) sugeriu que os indivíduos os quais se percebem como privilegiados pelo pertencimento a uma sociedade detêm o entendimento de que devem exercer um papel de dominância social; ou seja, acreditam que as estruturas são inerentemente hierárquicas, logo, devem ser mantidas dessa maneira, diferenciando os nativos dos estrangeiros (YAKUSHKO, 2009).

Após diligente e cuidadosa análise, reconheceu-se que a *Teoria da Integração do Preconceito* é a que melhor contempla os objetivos deste trabalho. Em razão de que ela consegue, de modo mais amplo, explicar os fatores que têm levado a população nativa a rejeitar e culpabilizar os imigrantes pelas dificuldades enfrentadas na França. Conforme já mencionado, essa teoria apresenta quatro tipos de ameaças: ameaça realista, ameaça simbólica, ansiedade intergrupar e estereótipos negativos.

A ameaça realista refere-se diretamente ao argumento utilizado pela Frente Nacional e por muitos trabalhadores franceses, como opção de rejeitar a presença imigrante, imputando-os

a responsabilidade pela redução nas ofertas de emprego aos nacionais franceses. A ameaça simbólica, por sua vez, encaixa-se perfeitamente no preconceito dirigido a grupos específicos, como os muçulmanos ou judeus, que, por possuírem crenças e culturas por vezes muito distintas da população francesa, são tidos como incompatíveis com os ideais da nação. Esse é um dos argumentos defendidos pelo partido de extrema-direita Frente Nacional, pois, para seus líderes, a presença de imigrantes fere a identidade nacional, construída com tanto orgulho.

As outras duas ameaças estão relacionadas ao sentimento de medo que se tem do outro, antes que qualquer contato seja estabelecido. No caso da França, os imigrantes são, por vezes, estereotipados como agressivos, violentos e, geralmente, como terroristas, principalmente se possuem origem árabe ou professam a religião muçulmana. O medo exacerbado e a generalização de que todo imigrante é muçulmano e todo muçulmano é terrorista impedem a aproximação e a convivência de modo pacífico entre os nacionais e os imigrantes no país.

Ainda que não pertencentes a um mesmo campo teórico, a teoria do Sistema-Mundo da migração internacional e a teoria da Integração do Preconceito foram escolhidas para explicar os fenômenos abordados por este trabalho, respectivamente, a imigração e a xenofobia. À primeira vista, ambas parecem não ter nenhuma ligação específica entre si, uma vez que pertencem a esferas distintas, contudo, acredita-se que, graças a detalhes minuciosos, elas podem ser inter-relacionadas na realização desta dissertação.

A teoria do Sistema-Mundo (no campo teórico da migração internacional) parte da premissa de inclusão de todos os espaços nesta, além de considerar que um dos traços distintivos desse sistema é a existência de um mercado de trabalho global no qual ocorre a mercantilização do trabalho humano a uma escala que transcende as fronteiras nacionais e, por isso, a “migração internacional é uma consequência natural da formação e desenvolvimento mundial do mercado capitalista” (MASSEY et al., 2006, p. 42).

De outro modo, o contingente excessivo de mão de obra produzida pela estrutura do sistema provoca o processo migratório de população da periferia para o centro. Esse fluxo gera nos cidadãos do centro um preconceito latente, principalmente contra indivíduos oriundos de países com baixa renda ou periféricos, ou de países que tiveram um passado histórico de relação entre metrópole e colônia.

Desse modo, as quatro ameaças percebidas pela Integração do Preconceito são resultado de um Sistema-Mundo desigual e xenofóbico, em que o centro permanece rico e a periferia continua a ser pobre, praticamente inexistindo mobilidade entre as partes.

A fim de continuar a abordagem do trabalho, é imprescindível diferenciar os significados de xenofobia e racismo para uma melhor compreensão sobre o foco de análise

proposto. Os dois conceitos são próximos, pois ambos constituem formas de preconceito, entretanto, não são intercambiáveis. Para Widfeldt (2015), o modo mais fácil de diferenciar racismo e xenofobia é assumindo que o racismo é ideológico enquanto a xenofobia é psicológica, o que significa dizer que o racismo é baseado na crença em diferenças sistemáticas entre grupos de populações ou culturas, e que estas diferenças podem ter consequências políticas, como a segregação ou a repatriação. A xenofobia, por outro lado, seria um estado irracional da mente em que certos grupos são vistos como ameaça por qualquer que seja a justificativa apresentada.

Para Yakushko (2009), o racismo tem sido tipicamente associado ao preconceito contra indivíduos em relação aos marcadores fenotípicos visíveis diferenciadores de grupos, como a cor da pele. Ao passo que a xenofobia recai, especificamente, sobre indivíduos que são estrangeiros em uma comunidade particular; muitas vezes, independentemente das suas características ou diferenças visíveis em relação aos indivíduos nativos.

Para o autor, o racismo é centrado na superioridade de uma raça em detrimento de outras em todas as regiões e fronteiras etnoculturais, enquanto que a xenofobia contra imigrantes é tipicamente ligada ao etnocentrismo, que é uma crença na superioridade de um Estado-nação sobre outros (YAKUSHKO, 2009). O trabalho não busca desmerecer os encontros e conflitos que o racismo propõe, a diferenciação apenas foi realizada a fim de deixar claro o objeto de estudo deste trabalho.

O processo xenofóbico traz consequências não somente para suas vítimas, mas também tem impacto sobre a população do país receptor. As manifestações da xenofobia impedem a integração política com os novos estrangeiros, propagam o medo, afetando negativamente as vítimas e suas comunidades. Até as pessoas que mantêm uma relação amigável com os estrangeiros se sentem vulneráveis e assustadas ao frequentar lugares públicos, limitando as oportunidades educacionais e de trabalho.

A xenofobia compromete também a saúde das vítimas, forçando-as a viver em lugares muitas vezes insalubres, além de corroborar para a formação do que se chama de gueto. As sociedades nas quais a diversidade é constantemente apresentada como uma ameaça, e não como fonte de enriquecimento, não encorajam as pessoas a realizar seu potencial total, o que afeta o desenvolvimento da economia. Além disso, as manifestações de xenofobia representam desafios para a segurança e a ordem pública de um Estado-nação (ONU, 2013).

A partir de tal debate, outras questões importantes mostram-se essenciais: Qual é a diferença entre um estrangeiro e um imigrante? Qual é o alvo do processo xenofóbico em um dado país? Segundo Sayad (1998, p. 243),

um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum, para se tornar um imigrante. Se ‘estrangeiro’ é a definição jurídica de um estatuto, ‘imigrante’ é antes de tudo uma condição social.

Dessa maneira, ser estrangeiro e ser imigrante não são similares, o que tampouco impede um estrangeiro de ser, também, imigrante e vice-versa. De acordo com Tribalat (1992), imigrante seria aquele que vive em um determinado país, mas que não nasceu ali, tornando o local de nascença o elemento definidor. Por outro lado, estrangeiro seria aquele que não possui a nacionalidade do país no qual reside, uma vez que não atende aos requisitos estipulados pelo país para a respectiva condição de nacional; ele pode, inclusive, ter nascido naquele país, mas não ter a sua nacionalidade (SAMPAIO, 2010).

Na França, por exemplo, os estrangeiros podem adquirir a nacionalidade francesa e ter sua inserção na sociedade, perdendo, pelo menos no plano jurídico, a característica de estrangeiros; isto é, pela lei, tornam-se franceses, ainda que a população em geral não os reconheça como tais. Já os imigrantes teriam duas formas principais de adquirir a nacionalidade francesa, segundo o Código de Nacionalidade do país: a primeira seria por casamento com nacionais, de acordo com o artigo 37 (a naturalização não é automática, necessita de um procedimento denominado “Declaração de Nacionalidade Francesa”); e a segunda forma seria por meio de decretos governamentais, a partir dos quais o governo garantiria a naturalização automática dos estrangeiros presentes no território (SAMPAIO, 2010).

Por conseguinte, é imprescindível ressaltar que, apesar de nem sempre os termos *imigrante* e *estrangeiro* serem intercambiáveis, ambos podem ser alvo de atitudes xenofóbicas. Para exemplificar, um indivíduo filho de estrangeiros que nasceu na França continua a ser estrangeiro, mas não é um imigrante, e pode ser alvo de ataques xenofóbicos por conta de suas características físicas ou simplesmente por manter as tradições dos seus ancestrais. Já um argelino que deixa seu país e migra para a França será, no novo país, um estrangeiro e um imigrante, podendo sofrer atos xenofóbicos por sua cor, raça, ou por toda sua bagagem cultural trazida ao novo país.

Estudos recentes realizados em diversos países documentaram que ainda se mostra crescente a intolerância, a xenofobia e a oposição à imigração em todo mundo. A crise humanitária vivida na Europa tem levado a um grande contingente de migrações, fazendo com que muitos líderes mundiais e chefes de Estados adotem políticas e discursos xenofobos, às

vezes, incitados pela população (CARTA CAPITAL, 2014). A propagação de um discurso nacionalista chauvinista pode ser observada em diversos países, como na Europa e nos Estados Unidos do atual presidente Donald Trump, cujos discursos e atos xenófobos são noticiados com frequência na mídia.

Muitas vezes sustentadas por pretextos de combate ao terrorismo, da defesa da identidade nacional e do combate à imigração ilegal, têm sido colocadas em pauta agendas racistas e xenófobas em diferentes países. Segundo uma pesquisa realizada pelo instituto americano *Pew Research Center* (2016), em 10 países europeus (França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Holanda, Polônia, Espanha, Grã-Bretanha e Suécia), mais da metade da população de oito destes países considera que a presença de imigrantes em seus territórios aumenta a possibilidade de ataques terroristas. A outra preocupação percebida na pesquisa foi de cunho econômico, em que mais da metade da população de cinco dos dez países consideraram que o acolhimento dos refugiados se torna uma ameaça aos seus empregos e benefícios sociais.

A xenofobia propaga a ideia de que imigrantes ou estrangeiros representam um tipo de ameaça à identidade ou aos direitos individuais dos habitantes do país. Por isso, difunde-se o pensamento de que os estrangeiros, ao trazerem sua cultura, estariam corrompendo a identidade nacional e, ao reivindicar para si direitos individuais, estariam retirando-os daquilo que deveria ser exclusividade dos nacionais. Ademais, as informações transmitidas a partir dos meios de comunicação e/ou por discursos políticos de certos partidos corroboram para um aumento dessa visão xenofóbica na população local.

Outra vertente da xenofobia está pautada na aversão à cultura islâmica. Por apresentar diferentes concepções de mundo daquela da civilização ocidental, os muçulmanos são frequentemente alvo de ódio e preconceito, inclusive na França, objeto de estudo do trabalho em voga. Assim, o próximo subtópico analisará a islamofobia como outra faceta da xenofobia.

1.3 A ISLAMOFOBIA COMO VERTENTE DA XENOFOBIA

O surgimento do islamismo remonta ao século VI na Arábia, em uma região de intensa atividade comercial, na qual os árabes mantinham bastante contato com regiões vizinhas. Sua figura principal foi Maomé, um comerciante por profissão que começou a dedicar tempo a assuntos espirituais e a ser conhecido por suas práticas religiosas.

Segundo relatos, Maomé esteve em peregrinação nas montanhas ao redor da cidade de Meca no 610 d.C. Para os profetas islâmicos, foi a partir desse momento que o anjo Gabriel

revelou uma mensagem de Deus ao profeta, delineando qual seria a sua vontade. As revelações duraram aproximadamente duas décadas, com os mais diversos temas. Após esse episódio, Maomé iniciou o processo de propagação de uma nova religião conhecida como *islamismo* (KUMAR, 2012).

Segundo a narrativa, a religião muçulmana possui as mesmas raízes reivindicadas por outras grandes religiões como o judaísmo e o cristianismo, todas elas atreladas ao grande patriarca Abraão. Vale frisar, inclusive, que algumas crenças e valores básicos são similares aos das religiões citadas, por exemplo, o fato de todas serem monoteístas (SONN, 2010).

A palavra *Islã* significa ato de se submeter, ou de ser submisso. Logo, muçulmano é alguém que se submete à vontade de Deus ou Alá. O Alcorão, livro sagrado do islamismo, é, então, uma compilação da palavra de Deus, revelada a Maomé, o seu profeta, que ensina como deve ocorrer essa submissão essencial para a religião islâmica.

De acordo com os seguidores muçulmanos, Maomé reteve, de forma milagrosa, os ensinamentos advindos das suas revelações e pôde transmiti-los aos seus fiéis, ainda que fosse iletrado. Os religiosos islâmicos afirmam que o Alcorão é uma cópia do livro original que está no céu, o próprio termo *qur'na* (Alcorão em árabe) significa "recitação", refletindo a crença de que o Alcorão foi recitado a Maomé por Alá, e não vindo do próprio profeta. Apesar de o Alcorão ter sido escrito no século VII, os muçulmanos acreditam que ele é atemporal, assim como Deus, a sua palavra é eterna. Por conseguinte, ele não foi criado, mas revelado palavra por palavra na língua árabe em um momento particular, por intermédio de Deus, para um mensageiro final: Maomé (SONN, 2010).

O Alcorão é composto por 114 capítulos, chamados de suras. Os versos dos capítulos são chamados de *ayat*, e cada capítulo tem entre 7 a 287 versos. O Alcorão foi escrito e canonizado apenas após a morte de Maomé. Durante sua vida, os seguidores do profeta registravam seus pronunciamentos, alguns até memorizavam suas pregações para transmiti-las posteriormente. Depois de sua morte, os companheiros do profeta decidiram estabelecer uma versão escrita do Alcorão, de modo que este pudesse ser preservado e repassado com precisão para as gerações futuras (SONN, 2010).

O Alcorão tem cinco pilares fundamentais em que se baseia a religião islâmica: o primeiro é o comprometimento com Deus e com os escritos de Maomé; o segundo diz respeito à obrigação que todo muçulmano tem de orar cinco vezes ao dia; o terceiro pilar é o princípio de caridade e ajuda ao próximo; o quarto pilar ressalta a importância do jejum.

Todos os muçulmanos (com exceção de crianças muito pequenas, idosos, grávidas ou doentes) devem jejuar do nascer ao pôr do sol durante todo o mês nono do calendário islâmico,

também conhecido por Ramadã; o quinto e último pilar é a obrigação de que todo muçulmano tem de fazer pelo menos uma peregrinação a Meca durante sua vida. Essas são as práticas básicas requeridas para ser um islã professo, muito embora sejam estes regulamentos específicos; a maioria dos versículos do Alcorão lidam com temas abrangentes e com orientação moral (SONN, 2010).

Enquanto vivo, Maomé propagou o islamismo à maioria das tribos da península arábica, o que fez do profeta o líder mais poderoso da região no período. Após intensa resistência, os moradores de Meca também reconheceram a autoridade do profeta. Até a morte de Maomé, em 632 d.C., o islamismo já tinha se espalhado por toda Arábia e regiões próximas, revelando a rapidez com que seus ideais foram transmitidos (KUMAR, 2012).

Com a morte de Maomé, iniciou-se um período de conflito no processo de designação de um sucessor. Alguns seguidores acreditavam que Maomé havia escolhido seu primo e genro, Ali, como herdeiro político, e que a liderança da comunidade islâmica deveria permanecer dentro da família do profeta.

O grupo a favor de Ali recebeu o nome de xiita. Contudo, a maioria partia da opinião de que Maomé não havia especificado um sucessor para assumir seu papel e acreditava que os muçulmanos deveriam manter uma comunidade única, moral e politicamente unificada. Este último grupo ficou conhecido como sunita (SONN, 2010).

Foram estabelecidos quatro califas⁶ depois do falecimento do profeta, os quais representaram uma era de intenso expansionismo da nova religião: o de Abu Bakr (632-634 d.C.), o de Omar (634-644 d.C.), o de Othmân (644-656 d.C.), e o de Ali (656-661 d.C.). Contudo, além dos sucessos, um conflito de grandes proporções vai marcar a história do islamismo nesse período, que foi a divisão entre os partidários de Ali e os coraixitas. A vitória de *Mo'awiya* sobre Ali levou a criação do grupo dos xiitas (em oposição aos sunitas) e ao estabelecimento da dinastia dos Omíadas em Damasco. Os xiitas eram adeptos de Ali, parente de Maomé e acreditavam que, por tal motivo, este deveria ser o chefe. Para eles, então, os três primeiros sucessores foram, na verdade, usurpadores do poder que cabia a Ali. O outro grupo que se levantou foi o composto por sunitas que seguiram os califas da capital da Síria e acreditavam que os quatro primeiros califas haviam sido guiados por Alá.

Seja sunita ou xiita, tradicionalista ou reformista, todos os muçulmanos consideram esse período inicial o tempo durante o qual os ideais islâmicos foram estabelecidos. É oportuno salientar que, embora os xiitas não aceitem Abu Bakr, Omã e Othmân como líderes legítimos

⁶ Palavra em árabe que significa representante do profeta.

da comunidade e rejeitem alguns dos seus julgamentos específicos, todos os muçulmanos acreditam que a comunidade assumiu um importante passo no desenvolvimento e estabelecimento do islamismo (SONN, 2010).

Em 661 d.C., Ali foi assassinado, deixando o califado para a família Umayyad em Damasco. O final violento de três dos quatro califas reflete a turbulência que afetou a comunidade muçulmana após a morte do Profeta Maomé. Apesar de terem o Alcorão para os guiarem quanto às questões morais, vários aspectos em relação ao direito ainda se mostravam obscuros para a comunidade islâmica. Desse modo, caberia aos seres humanos descobrir por meio de uma avaliação dos escritos do Alcorão e à luz da orientação moral existente, quais ações e instituições eram as mais propícias à justiça em determinadas circunstâncias (SONN, 2010).

Após a morte de Ali em 661 d.C. e com o estabelecimento do assento do governo islâmico em Damasco a expansão continuou. Depois de substituir o domínio romano no Egito, as forças muçulmanas pressionaram o norte da África.

Os seguidores do Alcorão acreditavam que deveriam expandir o islamismo através da Guerra Santa. Firmes nesta crença, eles expandiram sua religião ao Iêmen, Pérsia, Síria, Omã, Egito e Palestina. Em 711, dominaram grande parte da península Ibérica, espalhando sua cultura pela região da Espanha e Portugal. Em 732, foram vencidos pelos francos, que barraram a expansão deste povo pelo norte da Europa. Aos poucos, novas dinastias foram surgindo e o império foi perdendo grande parte de seu poder e força. Durante o período de conquistas, ampliaram seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos. (COGGIOLA, 2007, p. 7).

A chegada à Europa com a conquista da Espanha marcou o início de um grande esplendor para o Império Islâmico, que existia há apenas oitenta anos e que já dominava uma extensa região territorial. Em razão da sua dimensão, tornava-se quase impossível ter um único poder central que governasse todo o império. Por isso, no califado Abássida (750-1258 d.C.), cada região tinha também uma dinastia local que era encarregada de administrá-la, mas que reconhecia, mais ou menos formalmente, o governo de Bagdá. Durante cerca de cinco séculos, o Islã foi dominante em um vasto império que abrangia desde a Espanha até a Índia, possuidores de uma cultura e de uma língua comum, a árabe (COGGIOLA, 2007).

O sucesso da expansão islâmica foi neutralizado por alguns desafios, três em especial: a peste bubônica, uma doença horrível e mortal que varreu a Europa em meados do século XIV; outro fator que inibiu a expansão muçulmana foi a organização das cruzadas pelos cristãos europeus que acreditavam estar lutando em uma guerra santa em prol do cristianismo; por último, pode-se destacar as invasões mongóis em 1258 d.C., que fizeram recuar o avanço do

Império Islâmico. Todas essas dificuldades vão marcar tradicionalmente o fim da unidade política do islamismo, ou seja, a presença de um califa como personalidade poderosa reinando no conjunto do mundo muçulmano desapareceu com as intempéries (SONN, 2010).

Aos poucos, o islamismo deixou de ser apenas percebido como uma religião e passou a englobar diversos aspectos da vida social, em setores como a política e a cultura. As marcas do grande império islâmico podem ser vistas nas heranças deixadas na arquitetura, literatura, artes e, inclusive, no vocabulário das línguas das regiões em que passavam.

Aproximadamente, 1 bilhão e meio de pessoas são muçulmanas no mundo: 85% são da linha dos sunitas e 15% dos xiitas. É de sobremodo importante ressaltar que dentro dessas duas denominações existem várias outras ramificações. Países que têm o islamismo como religião majoritária estão espalhados no mundo indo desde a Ásia, Oriente Médio até o Norte da África. O islã possui características diferentes em cada região e país, uma vez que os indivíduos carregam também para dentro da religião traços da sua cultura e de seus costumes. Destarte, o islã tem sofrido variações no decorrer do tempo, adaptando-se às transformações históricas (KUMAR, 2012). O islamismo é a religião que mais cresce no mundo, e a maior população muçulmana encontra-se na Ásia, sendo a Indonésia o país com a maior representatividade.

Na realidade, entre as preocupações fundamentais dos muçulmanos está o saber lidar com o desrespeito do mundo ocidental. Alguns estão convencidos de que os cristãos realmente desprezam o Islã e estão determinados a destruí-lo. Os muçulmanos foram negativamente estereotipados desde os primeiros encontros com cristãos europeus. Entretanto, com o surgimento do terrorismo, o problema dos estereótipos tornou-se especialmente agudo.

Por isso, os muçulmanos que vivem no Ocidente sentem particularmente a responsabilidade de tomar a iniciativa de se manifestarem contra o radicalismo e a favor dos valores islâmicos de paz, tolerância e compromisso com justiça. Vários estudantes muçulmanos produziram obras em inglês e em outras línguas europeias durante décadas para audiências acadêmicas, a fim de romper com o preconceito e esclarecer que apesar de grupos terroristas se proclamarem islâmicos, o islamismo não pode ser generalizado quanto a essas ações (SONN, 2010).

Como foi tratado na seção anterior, a xenofobia tem ganhado força no mundo atual globalizado. Para os fins deste trabalho, mostrou-se imprescindível discorrer sobre esta outra vertente da xenofobia – a islamofobia – bastante atual e muito problemática no mundo, sobretudo para o país alvo central da dissertação (a França).

Segundo Ramberg (2004), a islamofobia pode ser definida como o medo ou visão preconceituosa em relação ao islamismo, muçulmanos e assuntos pertinentes a eles. Para

Marinucci (2016), o termo *islamofobia* não tem unanimidade no seu significado, mas se refere, basicamente, a um medo irracional e a uma visão extremamente preconceituosa em relação ao mundo islâmico, o que afasta o contato com a alteridade e eleva a crença que o considera como inferior e incompatível com o mundo ocidental, além de transgressor dos direitos humanos.

A origem do termo no seu sentido atual é, muitas vezes, apontada à Inglaterra. Contudo, apesar de o dicionário Oxford indicar que o primeiro escrito em inglês em que o nome apareceu foi em um jornal americano, no ano de 1991, outras fontes da literatura indicam que o termo já havia sido utilizado antes na França, por Etienne Dinet e Slima Ben Ibrahim quando estes escreveram “*accès de délire islamophobe*” em 1925. De fato, a origem do termo é bastante controversa, já que, além destes, outros autores reclamaram a originalidade do vocábulo (ALLEN, 2010).

Apesar das confusões em relação ao aparecimento do termo islamofobia, ele foi, de fato, cunhado no final da década de 1980, com a intenção de descrever e nomear uma realidade: a discriminação contra o islamismo e os muçulmanos. A Comissão Britânica de Muçulmanos e Islamofobia (1997) foi a primeira fonte a fazer uma definição clara da palavra, indicada como uma manifestação de ódio, desgosto e hostilidade em relação aos muçulmanos sem razões fundadas, e que é traduzida, em termos práticos, com a exclusão dos muçulmanos da vida econômica, social e pública de uma nação, enquanto são vítimas de discriminação e perseguição. A cunhagem do termo ajudou também no despertar de organizações muçulmanas que lutassem contra atitudes preconceituosas e levantassem suas vozes em relação ao problema (MIJARES; RAMÍREZ, 2008; JACKSON, 2017).

O Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia (EUMC), órgão vinculado à Comissão Europeia, em Viena (Áustria), iniciou suas atividades em 1998, com o escopo de investigar e informar a situação no que diz respeito ao racismo e à xenofobia nos diferentes países da União Europeia.

Além disso, o EUMC incluiu uma seção específica destinada a registrar e avaliar crimes e ataques racistas e xenófobos (MIJARES; RAMÍREZ, 2008). Allen (2010) afirma em seu trabalho que, com o acontecimento de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, muitas organizações que traziam a discussão do tema foram prejudicadas, pois os muçulmanos passaram a ser amplamente taxados de terroristas e fundamentalistas pela mídia e pela sociedade de diversos países. Para mais, a não definição geral do termo por parte das Nações Unidas deixou este muito amplo e aberto a diversas interpretações e contestações (ALLEN, 2010).

Outra dificuldade entre os estudiosos diz respeito à aceitação do termo *islamofobia* como a melhor forma de se referir ao fenômeno de rejeição e desprezo a tudo que esteja ligado à cultura islâmica. Segundo Lorente (2012), há pelo menos três grandes correntes críticas que contestam a validade do uso do vocábulo. São as três principais: a razão racial, étnica e religiosa.

A crítica racial coloca que o termo *islamofobia* surgiu das elites intelectuais e, posteriormente, foi difundido como o medo ao Islã. A crítica religiosa está pautada no fato de que alguns fiéis islâmicos se utilizam da apropriação do uso da palavra a fim de tentar impedir qualquer crítica externa, isto é, ocorre uma espécie de vitimização constante, para evitar questionamentos à religião islâmica. E, por último, a crítica étnica está relacionada com a formação de um grupo étnico, ou seja, por somente apresentar características fenotípicas e culturais árabes islâmicas, uma pessoa pode sofrer preconceito, ainda que futuramente fique identificado que ela não faz parte da comunidade muçulmana em si (LORENTE, 2012).

Os especialistas afirmam que a islamofobia carrega consigo um aspecto histórico. Dessa maneira, estaria inegavelmente arraigada na herança histórica de uma relação conflituosa que foi desenvolvida há muitos séculos envolvendo a política, a religião e a guerra. Após a morte de Maomé e o período de expansão do islamismo, os muçulmanos conseguiram chegar à Europa e, desde então, o encontro com os europeus tem sido difícil. Por vezes, foram classificados como uma ameaça à Europa e, principalmente, à Igreja Católica Romana, ao seu bem-estar e crescimento (ALLEN, 2010).

O Islã era visto como uma ideologia e religião que iria atrapalhar a estabilidade europeia. Além de ser uma religião prosélita, que tinha a habilidade de desafiar a ascendência da Igreja Romana e do cristianismo. As Cruzadas concretizaram-se, então, com o objetivo de barrar o avanço islâmico e libertar a cidade santa de Jerusalém, além de reassegurar o papel da Igreja Católica na Europa e no Mediterrâneo.

Apesar de os participantes das Cruzadas terem passado um longo tempo no Oriente Médio, eles trouxeram pouco conhecimento ou entendimento do islamismo e dos muçulmanos. Em vez disso, muitas histórias folclóricas e mitos foram espalhados, reforçando os conceitos e julgamentos errôneos que havia daquele povo. Os muçulmanos passaram logo a ser sinônimo de uma identidade negativa, que se perpetuou durante muito tempo pela Europa e, inclusive, além-mar, uma vez que a influência dos cristãos europeus se deu também nas suas colônias, por exemplo, nos Estados Unidos (GOTTCHALK; GREENBERG, 2008).

Dito isso, a próxima crítica não é, em especial, sobre a islamofobia, mas sobre um ponto que se mostra relevante para compreender como a islamofobia foi se desenvolvendo no mundo

ocidental: o orientalismo. Estudar o orientalismo revela como se deu a construção da imagem do Oriente a partir do ponto de vista dos ocidentais.

O livro do Edward Said *Orientalismo* (1996) é o pioneiro da abordagem de como o Ocidente criou um imaginário do Oriente e o acatou como verdadeiro, inclusive no que diz respeito ao islamismo. De acordo com Said (1996, p. 1509), “o orientalismo vê o islamismo como uma ‘seita’, sem valor algum, algo parecido com o que aconteceu com a colonização da América Latina. O Oriente é estudado a partir de um olhar preconceituoso, e o que faz o Oriente hoje são os pensamentos europeizados”.

O Orientalismo surgiu no contexto da colonização europeia e alcançou seu ápice nos séculos XIX e XX. Foi no contexto do orientalismo que um inteiro campo de estudo sobre o oriente foi desenvolvido. Vários estudiosos interessaram-se pelo tema, de maneira que foram ampliadas as pesquisas nessa área de estudo. Aumentou a busca por aprender línguas orientais, traduzir seus textos e construir conhecimento sobre o até então desconhecido Oriente (KUMAR, 2012).

A França foi pioneira no pensamento orientalista. Em 1795, foi estabelecida em Paris a Escola de Línguas Orientais. O audacioso Napoleão Bonaparte levou consigo estudiosos orientalistas para o Egito, pois acreditava que as investigações executadas por estes poderiam ser úteis aos propósitos da colonização. Napoleão, de modo perspicaz, fez uso até do vocábulo árabe do Alcorão para atrair atenção dos novos colonizados. A justificativa da colonização era basicamente que a França estava fazendo nada mais que uma missão civilizatória ao Egito para que este voltasse a grandeza que um dia obteve na Idade Antiga.

O grande líder francês tinha em mente expor aos nativos egípcios quão grande poderiam se tornar sob a tutela francesa (KUMAR, 2012). O pensamento napoleônico refletia nada mais do que o recém-nascido orientalismo: uma visão ocidental do que seriam os orientais, como se os últimos tivessem a necessidade de aprender e serem ajudados pelos primeiros.

Os pesquisadores orientalistas do século XIX não se consideravam agentes trabalhadores para os Impérios; acreditavam estar produzindo conhecimento desinteressado, muito embora alguns aconselhassem governos e tivessem papel importante na colonização dos países. O fato é que, conscientes ou não, eles produziram conteúdos que colaboraram para o imperialismo da época.

Para Kumar (2012), o Orientalismo possui quatro características básicas: a primeira é baseada em uma visão civil da história, na qual uma civilização nasce, prospera e, então, chega ao seu declínio; a segunda, por ter surgido da filologia – o estudo histórico e comparativo das línguas –, assume que tudo que alguém precisa saber sobre a civilização pode ser encontrado

em textos e na própria língua; a terceira vê o islamismo e seus textos clássicos como uma chave para entender a muçulmanos contemporâneos e suas sociedades, desse modo, se a mulheres muçulmanas eram oprimidas, isso era resultado dos ensinamentos contidos no Alcorão; a quarta e última característica é que o orientalismo acredita nas teorias de raça e na noção de distinção entre elas, assim os muçulmanos seriam uma raça inferior, enquanto que os europeus caucasianos se encontrariam no topo da hierarquia das raças (KUMAR, 2012).

Partindo dessa lógica de superioridade civilizacional e racial, o Ocidente deveria guiar nações e povos considerados menores, caberia então a eles o “peso” de levar a civilização aos bárbaros orientais.

Ao longo do tempo, o Ocidente representou a si como um modelo de civilidade desenvolvido nos mais variados aspectos. Ao passo que o Oriente era a clara imagem da desordem, com uma religião violenta e cruel, com tradições sem valor e cultura pouco avançada. Esses foram alguns dos argumentos que o Ocidente usou para justificar sua dominação e o combate sobre os povos orientais no período de expansão imperial.

O colonialismo constituiu-se como uma maneira de impor suas formas de controle e governança, com o intuito de reformar o islamismo e secularizá-lo. O período do colonialismo considerou os muçulmanos como retrógrados e com tradições atrasadas, não-civilizados, imensamente inferiores, impossíveis de ser subordinados e de produzir os valores “verdadeiros” advindos da Europa.

Em suma, o orientalismo propagou a visão de que o Ocidente é dinâmico, complexo, que não pode ser resumido a sua religião principal, enquanto que o Oriente ou o mundo do islamismo é visto como bárbaro, não-civilizado e despótico (ALLEN, 2010; KUMAR, 2012).

Para Sardar (1995), a islamofobia contemporânea é uma mera re-emergência de um fenômeno histórico antimuçulmano e anti-islã, uma continuação das Cruzadas ao presente e que, sem dúvida, perpetuará no futuro. Para ele, o sentimento antimuçulmano reside profundamente na memória da Europa e de seus parceiros (ALLEN, 2010). A islamofobia atual seria uma revisão de todo o processo de orientalismo surgido séculos atrás, mas que deixam marcas ainda hoje nas sociedades, principalmente europeias.

Conforme visto acima, a visão de um mundo árabe perigoso, irracional, bárbaro vem disseminada pelos ocidentais desde muito tempo e permanece na atualidade sobretudo pautada na visão de que todo muçulmano é terrorista. Essa tipificação dos professos muçulmanos ganhou força por meio de acontecimentos como o aparecimento de grupos rebeldes, talibãs que dizem professar a religião islâmica e impõem o medo nas sociedades a partir de seus ataques terroristas.

Um marco histórico para o endurecimento das relações com os muçulmanos no mundo ocidental foi o ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Após tal feito, vários países, como Espanha, Inglaterra, Bélgica, França, etc. já sofreram com a hostilidade do terrorismo e continuam a enfrentar uma luta pela segurança nacional.

Embora cristãos e muçulmanos tenham sempre estereotipado e retratado como inimigos, vários estudiosos argumentaram que o 11 de setembro influenciou os estereótipos dos muçulmanos que vemos hoje. Em um ambiente pós-11 de setembro, os muçulmanos são o grupo minoritário que enfrentou a maioria das discriminações, confrontações e demandas da sociedade americana. Na maioria das vezes, quando os muçulmanos estão na mídia, é quase que exclusivamente em conexões negativas. As poucas vezes que a mídia escreve positivamente sobre os muçulmanos, é geralmente sobre jovens muçulmanas que abandonaram o papel da vítima ou jovens muçulmanos críticos para com sua própria religião e cultura. Em muitas histórias de capa ou artigos escritos sobre islamismo ou muçulmano, as palavras conhecidas como ‘Osama Bin Laden’, ‘11 de setembro’, ‘terroristas suicidas’, ‘jihad’, ‘velagem’, ‘homicídios de honra’, ‘casamento forçado’ e ‘Sharia’ são esmagadoramente encontrados no contexto. Desde o 11 de setembro, duas histórias principais dominaram a mídia americana. O primeiro foco da mídia tem sido o terrorismo e o fundamentalismo islâmico, onde a controvérsia dos desenhos animados Mohammed é um exemplo. Veiling é um exemplo do segundo foco da mídia sobre a forma como a cultura e as tradições islâmicas são opressivas e discriminatórias. Como resultado dessas duas histórias dominantes, uma imagem de pessoas com fundo e aparência muçulmana foi pintada e impressa nas mentes dos americanos. Os muçulmanos só são vistos como criminosos potenciais, opressores, oprimidos, alienígenas e não como ‘nós’. (SCHONEMANN, 2013, p. 15).

A intolerância para com os árabes seguidores do islamismo baseia-se principalmente na imagem estereotipada do árabe muçulmano terrorista, totalmente contra os valores ocidentais e fundamentalista em suas crenças religiosas e políticas. No entanto, cabe ressaltar que os grupos terroristas não representam a realidade da religião islâmica, mas sim grupos radicais que, muitas vezes, deturpam os ensinamentos do Islamismo.

Dentre os principais grupos terroristas, atualmente, podem-se destacar: a Al-Qaeda, grupo fundado pelo famoso Osama Bin Laden no fim dos anos 70, com o objetivo de criar uma grande nação islâmica – hodiernamente, atua, principalmente, no Oriente Médio, África e Ásia, sendo que sua maior façanha foi o ataque de 11 de setembro de 2001 nos EUA; outro grupo seria o Estado Islâmico, facção jihadista o qual nasceu de uma divisão da Al-Qaeda e que afirma ter como objetivo estabelecer um califado e restaurar a ordem de Alá na Terra, defendendo a comunidade muçulmana contra os infiéis. Este atua, geralmente, na Síria e Iraque; o Talibã é um grupo político-religioso que opera no Paquistão e Afeganistão, tendo como finalidade impor a sharia (a lei islâmica) nesses territórios; por último, há o Hamas, um movimento de resistência islâmica na Palestina que controla a faixa de Gaza (VEJA, 2015). Apesar de estes serem os mais

conhecidos grupos terroristas formados por adeptos fundamentalistas do islamismo, vale salientar que existem outras associações.

A crise migratória mundial iniciada mais precisamente no ano de 2015 e os recentes ataques provenientes de grupos terroristas de origem islâmica no continente europeu apenas fecham as portas para os migrantes e refugiados muçulmanos. Por isso, acredita-se que o debate ainda que rápido sobre a islamofobia é extremamente importante para os fins deste trabalho e para que se rompam os preconceitos ocidentais construídos e anexados ao longo da história. Além disso, como se verá *a posteriori*, os nacionais franceses têm um preconceito singular para com este grupo.

O racismo e a xenofobia dividem a população francesa e dificultam a integração dos imigrantes e estrangeiros no país. Este capítulo trouxe conhecimentos teóricos sobre conceitos imprescindíveis para a realização deste trabalho: xenofobia e islamofobia. O capítulo que segue buscará abranger o período de imigração para a França, bem como suas diversas vagas e as políticas de atração e, mais tarde, de repulsão.

2 BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NA FRANÇA

A história é o centro do entendimento da presença imigrante na França, devido ao fato de elucidar a ocorrência de fenômenos atuais por intermédio de acontecimentos passados. Um dos maiores historiadores franceses, Fernand Braudel, foi um defensor do uso da história como instrumento de estudo das ciências sociais. Para ele, o passado histórico de um país não deveria ser ignorado.

Dentro das Relações Internacionais, a situação não é diferente, o conhecimento do passado de cada Nação é primordial para compreender as razões que o colocaram na posição na qual hoje se encontra. Em razão disso, pretende-se realizar, neste capítulo, breve abordagem histórica para compreender como se desenrolou a presença imigrante na França e, conseqüentemente, o despertar de uma sociedade xenofóbica.

Com o intuito de abarcar todo o período histórico relevante para se compreender a história da imigração francesa, buscou-se dividir de forma didática este capítulo. No primeiro momento, será descrita a França na atualidade, considerando que o país é polo de atração de imigrantes. Na segunda parte, tratar-se-á do período imperial francês e do fluxo migratório invertido (do processo de emigração para a imigração, atraindo cada vez mais, principalmente, provenientes de ex-colônias). Por último, o enfoque voltar-se-á ao período subsequente à Segunda Guerra Mundial, quando a política de imigração francesa foi drasticamente modificada, e medidas restritivas passaram a ser adotadas com mais força.

2.1 A FRANÇA COMO POLO DE ATRAÇÃO DE IMIGRANTES NA ATUALIDADE

A França é o resultado, por assim dizer, do encontro de vários povos que, no decurso do tempo, contribuíram para a formação de sua nação. Na parte sudoeste do país, perto da fronteira com a Espanha, encontram-se ainda povos de origem basca, um povo antigo com língua própria e sem relações com os demais povos antigos formadores do país gálico. Ao norte, perto da Inglaterra, os celtas criaram uma cultura distinta da dos famosos gauleses. Na região da Normandia, a origem é atribuída aos vikings, enquanto na fronteira com a Bélgica, a população é de origem flamenca.

Nos limítrofes com a Alemanha, a descendência é majoritariamente teutônica. O país tem entre os seus antepassados, os romanos, os quais estenderam seu domínio imperial pela região no auge de suas conquistas. Com a decadência de Roma, os francos bárbaros quebraram o ciclo de hegemonia romana na região e deram origem ao nome da Nação Francesa atual. Vale salientar que, embora todas essas regiões estejam sob os limites de uma Nação única, as

heranças deixadas pelos povos que ali habitaram são visíveis na cultura, na língua e na arquitetura do país, refletindo um legado bastante diversificado e multicultural (HAINE, 2000).

Hoje, a França é o maior país do oeste europeu com, aproximadamente, 550.000 km², abarcando uma população de cerca de 67 milhões de habitantes. Faz fronteira com a Bélgica e Luxemburgo ao norte, com a Espanha ao leste, ao oeste com a Alemanha e Suíça e, mais ao sul, com a Itália. Levando em conta o seu formato, que lembra um hexágono, a França é carinhosamente apelidada por sua população pelo equivalente do termo em francês, *l'hexagone*. Por apresentar uma posição bastante central, tornou-se um espaço de trânsito volumoso de estrangeiros, sendo um dos motivos do aumento do fluxo de imigrantes ao longo de sua história (EDMISTON; DUMENIL, 2015).

A França constituiu um vasto império colonial, o que contribuiu para a disseminação da língua francesa, atualmente falada por mais de 140 milhões de pessoas em todo mundo. Segundo dados publicados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI (2017), a França é a 6ª maior economia do mundo e a terceira da União Europeia, atrás da Alemanha e do Reino Unido. Possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,463 trilhões de dólares em 2016. Tem 31 das 500 maiores empresas do mundo, segundo ranking de 2015, atrás, novamente, da Alemanha e do Reino Unido (INSEE, 2017).

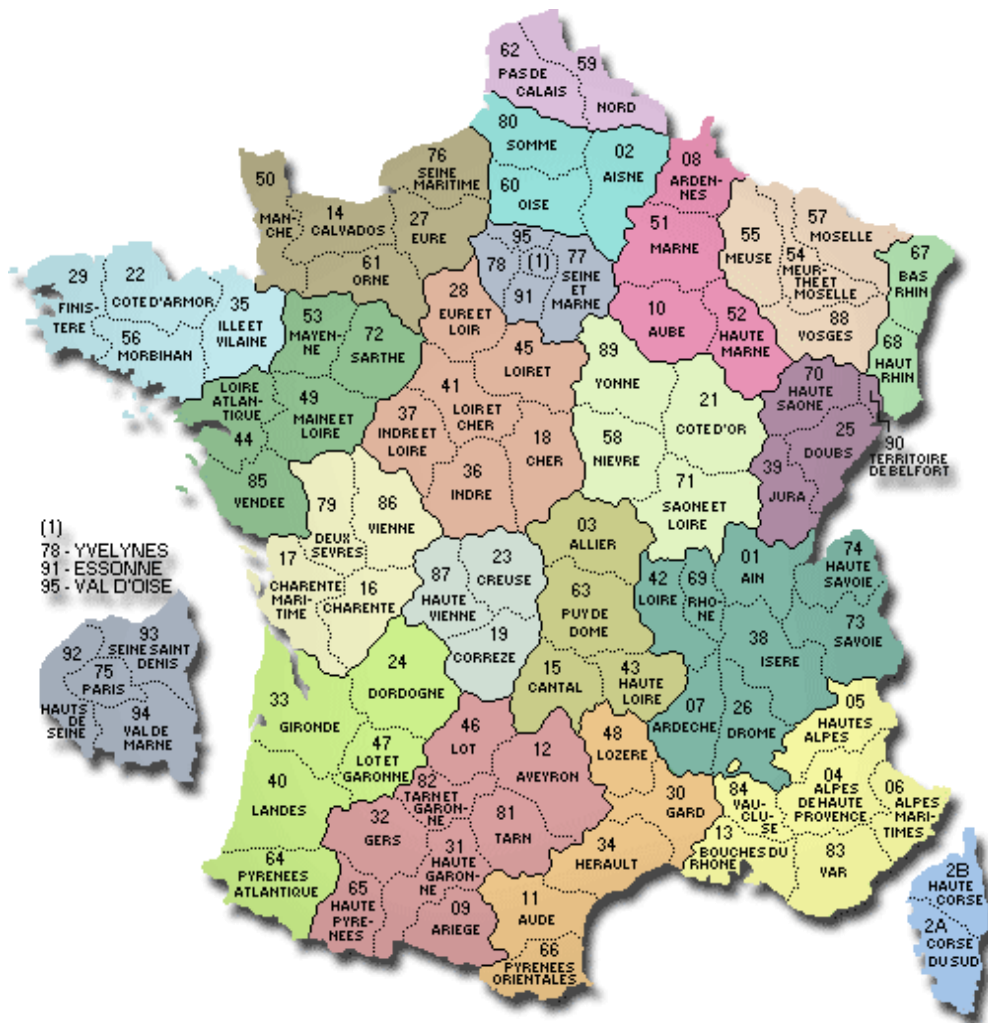
O IDH francês é de 0,888, um dos mais altos do mundo, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) realizado no ano de 2015. A explanação desses dados sobre a situação econômica e social atual da França serve apenas para atestar a posição de uma nação rica e poderosa, causa para que mais imigrantes escolham o país como destino para moradia. Ademais, a França atrai milhões de turistas todos os anos. De acordo a Organização Mundial de Turismo – OMT (2015), a França atraiu, em 2014, cerca de 83,4 milhões de pessoas: é o país mais visitado do mundo.

No que se diz respeito à política, a França deixou grande influência mundial. Muitos conceitos políticos modernos, como esquerda, direita, ideologia, revolução foram desenvolvidos neste país durante seu mais importante momento histórico: a Revolução Francesa de 1789 (HAINE, 2000). A divisão administrativa francesa data desse marco histórico, sofrendo algumas alterações com o decorrer do tempo. Na atualidade, seus limites são divididos em três níveis de coletividade territorial *départements*, *communes* e *régions*. É dividida politicamente em 18 regiões, incluindo tanto as metropolitanas (13) quanto aquelas além-mar (5). Tais regiões são, então, subdivididas em departamentos, num total de 101 numerados alfabeticamente para meios de identificação (ASSEMBLE NATIONALE, 2017).

Apesar de não constituir mais um império colonial, a França ainda possui sob seu domínio uma variedade de pequenas áreas, sendo a maioria de ilhas. Dos 101 departamentos, cinco são regiões e departamentos, simultaneamente: Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Mayotte e a Ilha de Reunião. Esses departamentos ou regiões compartilham privilégios e status dos departamentos metropolitanos, participando normalmente da política francesa e enviando seus representantes para a Assembleia Nacional Francesa. A França detém ainda dois territórios além-mar que já tentaram a independência, mas ainda continuam sob o domínio francês e que não adquiririam o status de departamento, são eles: a Nova Caledônia e a Polinésia Francesa, conhecida também como Tahiti, ambos localizados na Oceania (HAINE, 2000).

A Ilustração 1 indica a divisão territorial e política francesa em departamentos:

Ilustração 1: A divisão administrativa francesa



Fonte: www.cartesfrance.fr (2016).

A França continua a ser um importante destino para imigrantes, entre 2004 a 2012; a cada ano, o país recebeu em média 200 mil deles, levando em consideração apenas os imigrantes que entraram legalmente no país. Em 2014, o Instituto Nacional de Estudos Econômicos (INED) francês estimou que o número total de imigrantes no país era de cerca de 7,6 milhões, entre esses 3,6 milhões eram de nacionalidade estrangeira e 2,3 milhões tinham adquirido a nacionalidade francesa.

A imigração em larga escala ao país levou à formação de uma sociedade bastante pluricultural. Ainda segundo o instituto, a composição da população imigrante também está mudando, imigrantes nascidos na Espanha ou na Itália, que vieram há muito tempo, e agora idosos, são proporcionalmente menos numerosos, enquanto os nascidos no Magrebe, mais recentes, mais jovens, formam uma parte importante dos imigrantes de hoje. A parcela de pessoas da África subsaariana ou da Ásia também aumentou nos últimos anos (INED, 2017).

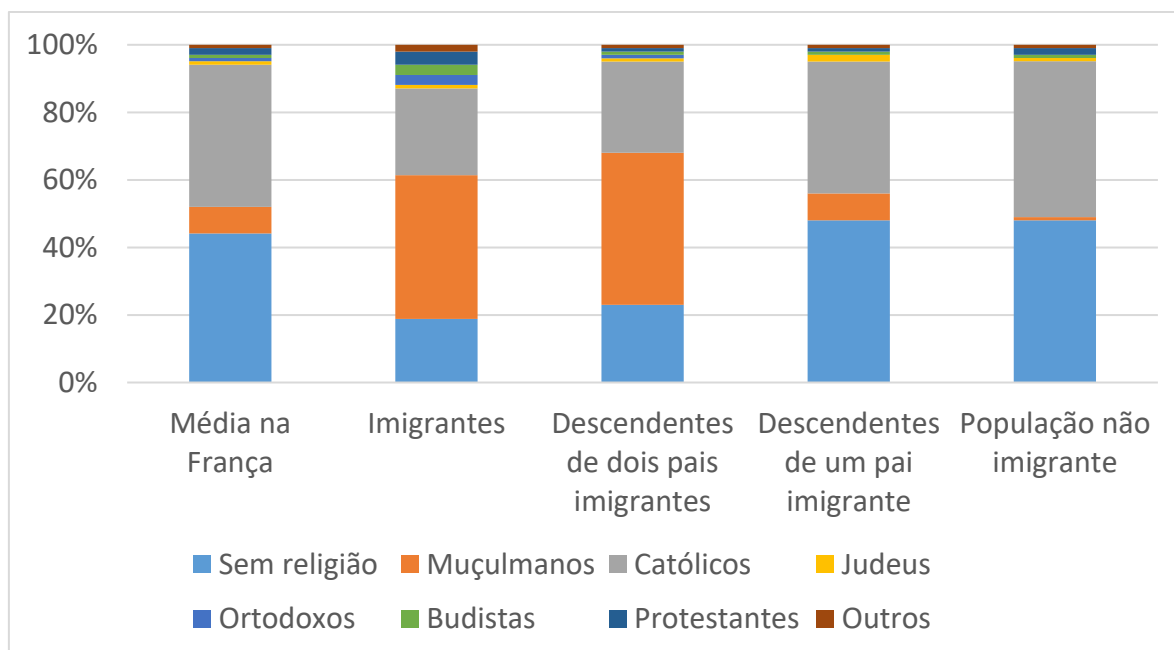
Segundo o governo francês (2018), algumas questões mostram-se como fatores de atratividade, seja para o investimento estrangeiro no país, para ser o destino de viajantes e estudantes, ou também como moradia para imigrantes. Dentre os fatores de atração estão, por exemplo, o fato de a França ser a quinta maior economia e o segundo maior mercado da Europa. Contudo, conforme dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2017), a atratividade do país ainda é baixa em matéria de profissionais altamente qualificados, atraindo uma imigração mais familiar.

No tocante à religião, a França é um país secular desde 1905 quando houve separação entre o Estado e a Igreja, bem como o conceito de laicidade passou a vigorar de modo bastante rígido. De acordo com uma pesquisa realizada em 2012, pelo *WIN/Gallup International*, um terço dos franceses chegou a declarar que não eram religiosos e quase outro terço afirmou que é ateu. A lei francesa de 1872 impede que o censo populacional oficial seja feito baseado em critérios religiosos, o que dificulta saber com precisão os dados sobre religião no país. Assim, com base em números extraoficiais, a religião católica ainda é considerada a maior no país, mas o que surpreendeu foi o crescimento da religião islâmica, que tem hoje entre 5 e 6 milhões (8-10%) de fiéis.

Para Haine (2000), o fato de o islamismo se constituir na contemporaneidade como a segunda religião mais importante no país revela o caráter multicultural que o país vem assumindo com a chegada dos novos imigrantes. O número crescente de adeptos do islamismo provoca um choque de cultura no país, já que, por vezes, a religião islâmica é vista como fundamentalista e contrária aos princípios franceses de separação entre questões de cunho

religioso e político. O gráfico 1 revela a quantidade de muçulmanos presentes no país conforme a sua origem:

Gráfico 1: Religião segundo a origem entre população de 18 a 50 anos



Fonte: INSEE/ INED (2008) (tradução nossa).

Nota: Adaptado pela autora.

Mediante a análise das informações trazidas no gráfico 1, pode-se empreender que a religião islâmica é a mais professada entre a população imigrante, bem como entre aqueles que possuem ambos os pais com ascendência imigrante. A avaliação destes dados permite também entender a razão pela qual, muitas vezes, os imigrantes na França são subitamente classificados como seguidores do Islamismo. De fato, os dados apontam uma ampla adesão da religião islâmica no país.

A tabela 1 revela a procedência da maior parte dos imigrantes franceses no ano de 2013:

Tabela 1: Imigrantes por país de nascimento na França em 2013

IMIGRANTES POR PAÍS DE NASCIMENTO EM 2013	
PAÍS DE NASCIMENTO	QUANTIDADE
Portugal	606.447
Itália	288.418
Espanha	245.104
Outros países da União Europeia (27)	707.394
Outros países da Europa	274.261
Argélia	759.757
Marrocos	709.001
Tunísia	258.597
Outros países da África	796.591
Turquia	248.616
Outros países	825.576
Total	5.719.761

Fonte: INSEE (2013)

Nota: Tabela adaptada pela autora (tradução nossa).

Interpretada a tabela, percebe-se que parte considerável dos imigrantes franceses são de origem europeia, especialmente, em razão do incentivo do governo francês a uma migração de países vizinhos, nos primeiros anos de atração de mão de obra. Contudo, é possível notar que a maior parte dos imigrantes presentes na França no presente são provenientes de países da África como Argélia e Marrocos, ou seja, países que tiveram um passado colonial de relação com a França.

Apesar da formação de um ideário de nação homogênea e única, o processo de formação da civilização francesa é multicultural, seja no período de origem ou desenvolvimento. Com base em tal visão, o próximo tópico do capítulo foi construído. É oportuno entender a França dentro do processo colonizador, a partir do momento em que grande parte da população deixava o país com o intuito de desbravar as terras descobertas até o momento em que este quadro se inverteu, e os colonizados passaram a ir à metrópole em busca de uma melhor qualidade de vida. Além disso, a inversão do fluxo migratório esteve atrelada a uma França mais moderna marcada pelos efeitos da Revolução Industrial, que atraía mais e mais trabalhadores para a nova indústria que se formava.

2.2 A FRANÇA IMPERIAL E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO

É preciso entender a dominação francesa ao longo do tempo e como isso corroborou para o processo migratório no país. Conhecer, por exemplo, a colonização francesa na África (o mais bem-sucedido processo colonial francês) configura-se relevante para explicar parte do processo migratório para a França; soma-se a isso o fato de que uma parcela importante dos imigrantes presentes naquele país provém das antigas colônias.

Vale salientar que o Império colonial francês esteve em evidência em dois momentos. O primeiro teve lugar nas Américas, entre os séculos XVI e XVIII, que não perdurou e logo foi substituído pela supremacia inglesa. O segundo ocorreu no século XIX, tendo como palco principal a África e a Ásia. O fluxo considerável de imigrantes das ex-colônias para Metrópole aconteceu primordialmente no último período.

No primeiro ciclo expansionista, a França tardou na conquista de territórios e, conseqüentemente, atrasou a participação da colonização de novos povos. Acredita-se que a conjuntura interna confusa contribuiu para a delonga na busca por novas terras. Ao passo que seus vizinhos, Portugal e Espanha, conseguiram determinar de maneira mais rápida uma centralização administrativa e política, e iniciar o processo de conquista. Estes países contavam também com uma posição geográfica favorável voltada para o mar (GÉRIN, 1931).

Outro motivo trazido por Leroy (1891) para o atraso no processo expansionista é que, por vezes, a população francesa não demonstrava interesse em se deslocar para terras tão longínquas com as suas famílias, sobretudo sem a certeza de que poderiam regressar um dia para a terra natal. Para o autor, apenas nas Antilhas a mudança foi mais espontânea pela certeza de enriquecimento com o contrabando e pela facilidade da cultura da cana de açúcar e do café se utilizando da mão de obra escrava.

Por conseguinte, foi somente no século XVII, ainda no Antigo Regime, que esse interesse desabrochou de modo mais forte. Para Boucher (2005), o imaginário francês foi aguçado com os escritos de grandes aventureiros como Colombo, Vespucci e Magellan sobre o Novo Mundo. Além disso, naquele período, as teses mercantilistas influenciavam fortemente os governos, defendendo, entre outros argumentos, a conquista de colônias para o fortalecimento dos Estados Nacionais, uma vez que permitiam o fornecimento da matéria-prima e ainda formavam um mercado consumidor para a Metrópole.

Na França, diversos pensadores também contribuíram para esta percepção, dentre eles, Jean Bodin, Antoine de Montchrestien e Jean-Baptiste Colbert. Havia, então, uma ideia de complementaridade entre a colônia e a metrópole, de modo que a Europa era o continente industrial e as colônias o local de produção de matérias-primas. O objetivo passou a ser criar

uma dependência dos territórios colonizados em relação à metrópole e aumentar seus lucros com a venda para a Colônia.

Tais fatores corroboraram para o início das expedições em busca da conquista de novos espaços, com o consentimento e apoio da monarquia francesa. O pensamento do subsecretário do Estado colonial (1887-1892), Eugene Etienne, demonstra como, mais tarde, a visão que se tinha da colônia permaneceu: “a colonização tem como objetivo assegurar o futuro de nosso país nos novos continentes, por reservar uma saída para nossos produtos e encontrar matérias-primas para nossas indústrias” (THIMONIER, 2006).

As metrópoles entenderam também o processo de expansão colonial como uma oportunidade de levar “civilização” para as colônias; esta era uma missão cabível unicamente a elas. O trabalho de civilizar os nativos estava considerado em termos pragmáticos: no crescimento econômico, no progresso social e no desenvolvimento de ferramentas burocráticas coloniais, de modo que as colônias foram retratadas como parte do processo para se alcançar a Metrópole.

Embora não seja alvo do trabalho proposto, merece destaque a visão dos autores Bancel, Blanchard e Thomas (2017). Eles fazem uma crítica pautada no fato de que a França era uma república na maior parte do seu período colonial, o paradoxo estaria no fato de uma república manter sob seu domínio colônias, que se utilizavam por vezes da mão-de-obra escravagista. Entretanto, a justificativa utilizada estava justamente na suposta necessidade de levar ao cidadão colonizado os ideais republicanos franceses (BANCEL; BLANCHARD; THOMAS, 2017).

As viagens de Jacques Cartier ao Canadá entre 1534-1542 marcam o início da expansão colonial francesa nas Américas. Posteriormente, a França conseguiu anexar outros territórios como a Martinica em (1635), o Senegal em (1659), a Guiana (1677), São Domingo (1697) e a Louisiana (1682) (BANCEL; BLANCHARD; VERGÈS, 2007).

O Brasil foi alvo da espreitada francesa, com a descoberta da região em 1500. Com a demora portuguesa de iniciar um processo colonizador nas novas terras, muitos franceses vieram ao país a fim de contrabandear madeira e outras matérias-primas. No seu livro, Boucher (2005, p. 16-17) descreve a relação bastante íntima e pacífica com que os franceses conseguiram lidar com os ameríndios tupinambás no Brasil: “na verdade, as relações entre os franceses e em particular os tupinambás se tornaram tão íntimas que outros europeus presentes no Brasil na

mesma época, incluindo o famoso escritor viajante Hans Staden, se diziam franceses para evitar que acabassem virando comida num caldeirão”⁷ (tradução nossa).

O maior investimento francês no Brasil ocorreu, em primeiro lugar, com a invasão do Rio de Janeiro, no ano de 1555, e com a fundação da França Antártica. Posteriormente, as investidas ocorreram no Maranhão, com o surgimento da França Equinocial em 1614. No entanto, ao perceber o intuito francês, rapidamente os portugueses organizaram suas forças armadas e expulsaram os invasores (FERNANDES, 2011).

No entanto, o Brasil não foi o único lugar nas Américas vulnerável às invasões francesas; outras conquistas ocorreram principalmente em direção ao Centro-Norte do continente. Ainda na América do Sul, destaca-se o controle sobre a Guiana Francesa, que teve sua posse legitimada pelo Tratado de Breda e que, em 1946, deixou de ser uma colônia para se tornar um departamento ultramarino francês (MAM-LAM-FOUCK, 1996).

Na América Central, a França dominou uma parte do que é conhecido atualmente por Antilhas francesas: são elas a Martinica, Guadalupe, São Bartolomeu e São Martinho, algumas destas ilhas até hoje se encontram sob o domínio francês como: a Martinica e Guadalupe colonizadas em 1635 e elevadas mais tarde a condição de departamentos ultramarinos. O Haiti também passou pelo domínio francês após a decadência do controle espanhol e assinatura do Tratado de Ryswick (ALCAZAR, 2015).

Na América do Norte, o domínio francês se deu principalmente na região hoje correspondente ao Canadá. Apesar do controle deste território ter sido passado para a Inglaterra posteriormente, a presença francesa deixou marcas como se pode ver na formação do Quebec e na manutenção de falantes da língua francesa no país, tendo como exemplo Montreal, uma das cidades com mais falantes do francês no mundo atualmente. Foram, ao todo, cinco as colônias francesas na América do Norte: o Canadá, a Acádia, a Nova Escócia, a Baía de Hudson e a Louisiana, denominada de Nova França.

Com o insucesso na Guerra dos Setes anos contra a Grã-Bretanha, a França perdeu seus domínios territoriais na América do Norte. Segundo Alcazar (2015), pouco tempo depois a França tem que lidar com mais uma perda, o Haiti após um processo revolucionário em 1804 conquistou a independência.

A Ilustração 2 mostra como se encontrava dividido o mundo colonial entre as principais potências europeias da época no século XVIII:

⁷ Texto original : « *En vérité, les relations entre les Français et les Tupinamba, en particulier devinrent si intimes que d'autres Européens présents au Brésil à la même époque, dont le fameux voyageur-écrivain Hans Staden, se dirent Français pour éviter de finir dans une marmite* ».

Ilustração 2: Os Impérios Coloniais no século XVIII



Fonte: <https://sites.google.com/site/lehist09/home/idade-moderna/seculo-xviii> (2016).

Após as grandes perdas para a Inglaterra e os notáveis eventos ligados à Revolução Francesa que ocorriam na Metrópole, a França desviou sua atenção da colonização. Contudo, no século XIX, já na Terceira República e se beneficiando dos efeitos da Revolução Industrial, a França iniciou um novo processo colonizador. O império foi estendido, desta vez, a: África, Ásia e Nova Caledônia. A conquista da Argélia, em 1830, realmente começou um processo de colonização que perdurou por todo o século XIX. Do ponto de vista de Betts (2005), quase toda nação europeia se engajou neste momento na atividade colonial, convergidos fundamentalmente para uma área que ainda se mostrava “aberta” à intensiva penetração: a África.

Inicialmente, a opinião pública francesa não se mostrava de acordo com a dominação colonial no século XIX. Até que o primeiro-ministro republicano Jules Ferry popularizou, em 1881, argumentos de modo a justificar a colonização dos novos territórios. Ele baseou seus fundamentos em questões econômicas, estratégicas e até patriotas, advogando que as possessões além-mar seriam o mercado necessário para os produtos franceses e o lugar ideal para investimentos de capital (BETTS, 2005).

Algumas mudanças importantes ocorreram, de modo que, aos poucos, o número de pessoas contrárias à colonização foi diminuindo. Em Paris, o Congresso Internacional Colonial

de 1889 e o Congresso Nacional Colonial de 1889-90 deram um impulso ao novo movimento colonial. Assim como a fundação da Escola Colonial e o retorno do imperialista Eugène Etienne à posição de subsecretário de Estado, ambos em 1889. Em 1890, o estabelecimento do Comitê da África Francesa clarificou o tema a população francesa e promoveu mais adeptos a colonização. A discussão do tópico em vários congressos e ainda a publicação de romances exóticos como os de Loti, Bertrand e Farrère, despertaram o interesse na sociedade francesa em manter as novas colônias (BETTS, 2005).

Por consequência, a França, detentora de uma pequena parcela de territórios sob seus auspícios, expande consideravelmente seus domínios territoriais no final do século XIX. Logo quando conquistou o Haiti, os franceses se dedicaram ao cultivo da cana de açúcar no sistema de *plantation*, com grandes latifúndios e mão de obra escrava. Para facilitar o acesso aos trabalhadores africanos, alguns *comptoirs*⁸ foram instalados na Costa africana em geral.

No entanto, até aquele momento, o interesse na região era apenas pela mão de obra escrava. Já no século XIX, o interesse pela região se modifica o que marca o início de busca pela dominação do continente africano. Assim, Bainville (1924, p. 184) descreve no seu livro: “nós havíamos perdido nossas colônias pelo mar; e foi também pelo mar que nós começamos a reparar esta perda”⁹ (tradução nossa). Pela expansão marítima, a França volta a reerguer um novo império colonial, mudando apenas de direção, antes nas Américas agora na África.

Vale a pena ressaltar que a França não foi a única a buscar expandir seus domínios nessa época; o novo imperialismo representou a partilha do mundo entre algumas grandes potências e não somente, mas principalmente, sob a forma de colonização. Em 1900, 90% da África, 99% da Polinésia, 56% da Ásia e 27% da América pertenciam às principais potências europeias e aos Estados Unidos. O volume e o valor do comércio na Europa alcançaram níveis jamais vistos, como resultado de um processo de desenvolvimento e avanço da tecnologia, o que apenas ratificava a necessidade de colônias que fornecessem matéria-prima e, sobretudo, mais compradores para os produtos manufaturados europeus (BLANNING, 2003).

A nova ordem colonial que se instala na França ao final do século XIX é fundamental para a compreensão da história francesa contemporânea, especialmente, para a identificação das correntes migratórias que se seguiram. Os historiadores perceberam que a situação imperial não poderia ser entendida se os diferentes locais envolvidos no processo fossem estudados

⁸ Seria o equivalente em português de feitorias, pequenos entrepostos comerciais que os europeus estabeleciam em outro país como meio de domínio e facilitação da comercialização de produtos ou escravos.

⁹ Texto original : « *Nous avions perdu nos colonies sur la mer; c'était aussi sur la mer que nous commençons à réparer cette perte.* »

isoladamente. Stoler e Cooper (1997, p. 15) deixam claro que “a metrópole e a colônia, o colonizador e o colonizado precisam ser introduzidos em um único campo analítico” (VANTHEMSCHE, 2012).

Na França, um pequeno número de estudos sobre o impacto imperial na metrópole havia sido publicado antes da década de 1970. Nessa década, Charles-Robert Ageron analisou o impacto da atividade colonial na política francesa e na opinião pública. Já outros historiadores, como Jean Bouvier, Jacques Thobie e René Girault destacaram algumas das fontes econômicas domésticas da atividade imperial, mas concentraram-se principalmente nos investimentos franceses e no comércio da periferia (VANTHEMSCHE, 2012).

A partir da década de 1990, a história colonial francesa passou por reavivamento e reorientação e foi largamente influenciada por discussões sobre a relação delicada e problemática da sociedade francesa com seu passado colonial. No entanto, muitos aspectos do passado colonial da França permaneceram controversos: a escravidão, o uso da violência e tortura e até o assassinato em massa nas colônias (VANTHEMSCHE, 2012).

Uma lei francesa, aprovada em abril de 2005, exigia que as escolas ensinassem os ‘efeitos positivos’ do colonialismo. Isso levou a muitos protestos e a lei foi logo abolida. O papel do passado imperial na história francesa e sua influência duradoura na sociedade francesa contemporânea continua sendo um tema altamente politizado. Em 2009 e 2010, as autoridades francesas lançaram um debate público sobre o significado da identidade nacional francesa. A herança colonial foi, inevitavelmente, parte do debate em que várias questões cruciais que haviam sido discutidas no fórum público por muitos anos estavam desconfortavelmente ligadas à história colonial francesa. Como poderiam os valores centrais da França de *liberté, égalité, fraternité* se reconciliar com os crimes e a opressão nas colônias? Qual era e é o lugar dos migrantes coloniais e pós-coloniais na sociedade contemporânea francesa? O racismo de hoje se relaciona com o passado colonial? Qual é o significado de ser ‘francês’ em um país onde muitas influências, incluindo algumas das ex-colônias, estão em jogo? Por que as questões imperiais - pelo menos alguns de seus aspectos mais perturbadores - foram apagadas da memória pública? O que poderia (e deveria) ser feito para (re) ativar esses aspectos esquecidos? (VANTHEMSCHE, 2012, p. 7) (tradução nossa).

Os acadêmicos estrangeiros inspirados por estudos pós-coloniais foram os primeiros a empreender uma nova abordagem do passado colonial francês. No início dos anos 1990, Herman Lebovics se dedicou a explorar as raízes coloniais dos traços culturais franceses e da mentalidade no país. Outros autores se dedicaram a estudar temas semelhantes, principalmente realçando o modo como o império corroborou na arte francesa, na visão de mundo, nos papéis de gênero e certas atitudes sociais. Outros historiadores, ainda que não pertencentes a temática de estudos pós-coloniais, como Martin Thomas, Martin Evans e Robert Aldrich, também exploraram vários aspectos sobre como o império promoveu repercussões na metrópole (VANTHEMSCHE, 2012).

Os parágrafos acima revelam a importância que os historiadores vão dar aos períodos coloniais para entender não apenas o que estes provocaram na Colônia, mas sobretudo na Metrópole. Este trabalho parte do pressuposto de que o fato de ter sido uma metrópole trouxe consequências consideráveis para a França e, em especial, possibilitou mudanças demográficas no país, singularmente com o aumento da chegada de imigrantes de antigas colônias.

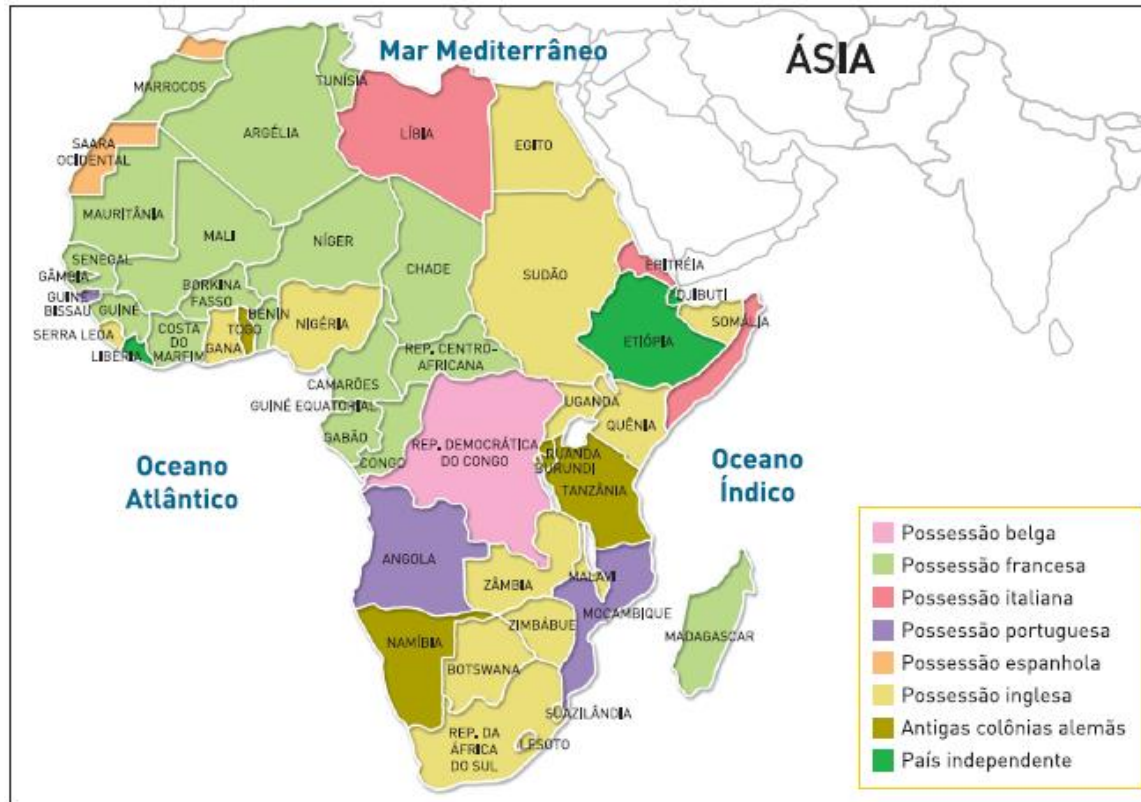
O trabalho de Jacques Thobie (1982) aparece como pioneiro no estudo do imperialismo francês sendo, portanto, considerado uma obra de grande valor. Seu livro, *A França imperial 1880-1914*, aborda a história econômica do país e sua política de expansão colonial. Mais tarde, seu trabalho foi continuado em conjunto com outros dois historiadores, Jean Bouvier e René Girault, por meio da obra *O imperialismo à francesa 1914-1960*, publicada em 1986.

Na primeira parte deste exemplar, Bouvier apresenta e confronta os vários significados e concepções do imperialismo. Na segunda parte, René Girault, permite que o conhecimento histórico tenha precedência sobre a reflexão teórica e visa a explicar o imperialismo francês em seu período de maturidade: o período entre guerras. Pois foi neste último ciclo imperial que a França expandiu seus domínios territoriais particularmente no continente africano e asiático.

Enquanto isso, a política colonial foi ativamente perseguida com ganhos adicionais no continente africano e no sudeste da Ásia. O império colonial francês era então 16 vezes maior que a própria França e segundo em tamanho atrás apenas do império britânico. Além de sua lógica comercial e estratégica, o governo colonial francês foi uma maneira de levar a 'civilização' aos 'povos atrasados' que estavam sob seu domínio. Como tal, o colonialismo era visto como um dever desempenhado pelos países industriais ocidentais para o bem do resto do mundo. Os franceses também estavam presentes na China, na província de Yunnan em particular, contígua a suas possessões na Indochina, e concessões comerciais em Cantão e Xangai. Em 1900, os franceses participaram de uma expedição militar internacional que foi enviada a Tianjing e Pequim para ajudar a esmagar os rebeldes Boxers. (MEYER, 2008, p. 27) (tradução nossa).

O Império francês na África se dividia em duas unidades: África Ocidental francesa e África Equatorial Francesa, que representavam nada menos que 11 países. Se as outras colônias francesas não foram tão bem-sucedidas, foi na África que a França se tornou um dos maiores impérios coloniais da época, ficando atrás do império colonial inglês. Mais de 20 territórios foram controlados pelos franceses e permaneceram assim durante muito tempo. Muitas destas colônias só conseguiram a independência no pós-Segunda Guerra Mundial, devido sobretudo, a uma grande pressão internacional pela liberdade destas. A Ilustração 3 demonstra os territórios que se encontravam sob o domínio francês no continente africano no século XIX:

Ilustração 3: Domínios Coloniais no Continente Africano



Fonte: Adaptado de *L'Atlas Jeune Afrique du continent africain*. Paris : Les Editions du Jaguar, 1993.

De sua base em Argel em 1830, os franceses expandiram-se ao longo da costa do Mediterrâneo. A Argélia foi formalmente incorporada em 1870, posteriormente, a Tunísia, em 1881, e o Marrocos, em 1912. A África do Norte francesa foi a ponta da lança das incursões na África Subsaariana, levando à formação da África Ocidental Francesa (1895) e da África Equatorial Francesa (1910) (KUMAR, 2006).

Após a Primeira Guerra Mundial, na atual região do Oriente Médio, a França dominou a Síria e Líbano por meio do Tratado de Sykes-Picot de 1918, que repartiu os territórios alemães entre as nações vitoriosas. A França controlou a área Síria até 1943. Também impressionantes foram as conquistas francesas no extremo sudeste da Ásia. Entre o século XIX e XX, a França conquistou a Indochina, uma região que hoje seria equivalente ao Vietnã, Camboja e Laos juntos (HYMAN, 1988; KUMAR, 2006).

Apesar de iniciar tarde suas atividades coloniais, a França conseguiu formar um vasto império colonial como pôde ser examinado. Mais intensamente, ao fim da Primeira Guerra, a França dedica-se a uma exploração maior das suas colônias, principalmente na África e na Ásia:

A evolução do capitalismo francês obriga a distinguir seu papel antes e depois 1914. Antes da Primeira Guerra Mundial, a expansão colonial não pode se explicar unicamente pelas suas motivações econômicas: é principalmente após a primeira guerra mundial até meados de 1940, que o imperialismo se refletiu como exploração das colônias francesas. As conquistas coloniais foram feitas para assegurar a posse de matérias-primas, para possibilitar sua extração e eventualmente também a ‘exportação’ duma parte da população. O imperialismo francês, no fim do século XIX, reserva para si uma parte de leão na Ásia e em África. (VIEUGUET, 1977, p. 55).

No meio do século XX, muitos movimentos independentistas forçaram a França à chamada *descolonização*. No entanto, alguns territórios permanecem como posse da França; são os chamados Departamentos e Territórios Ultramarinos (DOM-TOM), os quais foram elevados a condição de departamento em períodos posteriores. Mais adiante, após a Segunda Guerra Mundial, a França terá que enfrentar diversos movimentos de insurreição por parte de suas colônias, como na Argélia e na Indochina. De modo que perdeu o controle sobre o Marrocos e a Tunísia, em 1956. Assim, em 1960, a França reconheceu a independência da maioria das suas colônias africanas.

Notícias atuais como a de Jens Borchers para a Redação do Deutsche Welle (2017), apenas demonstram a influência que a França continua a exercer em suas ex-colônias e vice-versa:

As ex-colônias africanas ainda são importantes para a ‘grande nação’ europeia – os presidenciáveis franceses sabem disso. Em plena campanha, a candidata de extrema-direita, Marine Le Pen, visitou o Chade; e o seu opositor centrista, Emmanuel Macron, esteve na Argélia. Mesmo após a descolonização francesa, que aconteceu nos anos 70 e 80, França nunca perdeu de vista seus próprios interesses em África. Os grandes consórcios franceses mantêm forte presença nas ex-colônias africanas. A construtora Bolloré; a gigante do petróleo Total S.A; e o grupo das telecomunicações Orange são alguns exemplos. Ainda hoje, os franceses mantêm uniões monetárias com 15 países africanos, cujas reservas estão localizadas no Banco da França. (DEUTSCHE WELLE, 2017).

Após este sucinto relato do imperialismo francês, convém lembrar que a França, durante muito tempo, se caracterizou como um Estado de emigração, justamente porque muitos franceses saíam a fim de se instalarem nos novos territórios anexados. Na América, isto vai se dar na fase inicial de colonização entre o século XVI e XVIII. Durante o século XIX, após enfrentar disputas por possessões coloniais, primordialmente com sua rival Inglaterra, a França conseguiu expandir seu Império Colonial à África, Ásia e Oceania. Contudo, a emigração de colonos dispostos a partir para estas novas terras não seguia o mesmo ritmo. O fluxo emigratório se limitou bastante a preenchimento de cargos nas colônias a mando da corte francesa, o que dificultava ainda mais a situação de povoamento das colônias.

O perfil migratório começa a mudar quando a metrópole incorpora um rápido crescimento econômico e industrial que exigia crescentemente maiores contingentes de trabalhadores. Desta maneira, ao invés de repulsar população, a França inicia uma forte atração de empregadores estrangeiros para abastecer o setor industrial que se ampliava (NOIRIEL, 2002).

Antes de recrutar estrangeiros, a tentativa se deu em atrair, por exemplo, nacionais para as novas indústrias, o que nem sempre se mostrou suficiente. O historiador Gérard Noiriel (2002) enumera três fatores que podem auxiliar na compreensão da mudança do perfil migratório francês. Em primeiro lugar, estaria o fato de que no começo da Terceira República, os camponeses constituíam a maior parte da população economicamente ativa, quando comparado aos artesãos e pequenos burgueses que formavam a população urbana.

Um segundo fator seria o sufrágio universal masculino. Dessa maneira, os pequenos proprietários rurais formaram o grupo de eleitores mais importante do país, possibilitando o retardo de reformas que retirariam camponeses de suas terras e os artesãos de seus estabelecimentos. O êxodo rural só se fortalecerá na França a partir de 1950, com o incremento da atividade do setor terciário. E, por último, seria a redução da taxa de natalidade. O hexágono que, em 1789, era o país europeu mais populoso, passou para o quarto lugar cem anos mais tarde, o que significava escassez de mão de obra ativa para o país (NOIRIEL, 2002).

Assim, ao adentrar o processo de Revolução Industrial no século XIX, uma nova necessidade surge para a França: trabalhadores. As várias invenções do período, como os novos meios de transporte, as novas máquinas, foram também incorporadas no processo industrial francês, ainda que estes não fossem os criadores das novas engenhosidades, a industrialização francesa viu-se grandemente beneficiada com as novas tecnologias.

Faltavam, porém, pessoas para manusear as novas máquinas e munir as indústrias, de modo que o governo toma como solução imediata o incentivo ao êxodo rural. De 1821 a 1871, 3,5 milhões de indivíduos deixaram o campo na França. As cidades cresciam com os novos integrantes, porém a população masculina não era ainda o suficiente para responder a ampla demanda de mão de obra. Assim, a solução mais rápida encontrada foi a incorporação de mulheres e crianças ao trabalho industrial. Em 1866, 4,6 milhões de mulheres trabalhavam na França, e em 1906 esse número chegou a 7,7 milhões (HARGREAVES, 1995).

Apesar dos esforços do governo, a urgência em mão de obra era uma realidade, de modo que a tentativa de resolução da conjuntura vai ser baseada no incentivo à imigração. De acordo com Schor (1996), na segunda metade do século XIX, a imigração em direção à França ganha um novo rumo, antes numa escala modesta, passa agora a ter um número cada vez maior.

A demanda por população ativa aumentou ademais quando a taxa de natalidade francesa reduziu muito no início do século XIX. A França tinha 36,9 milhões de habitantes em 1876 e em 1911, 39,6 milhões, ou seja, após 35 anos a população francesa tinha crescido apenas 2,7 milhões, ritmo de crescimento populacional insatisfatório para atender as necessidades do país (INSEE, 2017). Entre 1890 a 1913, a taxa de natalidade chegou mesmo a ser inferior à taxa de mortalidade, o que indicava um grave déficit demográfico no país.

Também entre 1896 e 1913, a produção agrícola cresceu no país em aproximadamente 40%, e a industrial em 36%, assim com a economia em plena ascensão a mão de obra se mostrava imprescindível. Medidas como a elevação das jornadas de trabalho, o aumento da idade para se aposentar, foram tentativas feitas pelo governo de modo a conter a crise empregatícia, mas que ainda se mostraram insatisfatórias para ocupar os 1,6 milhão de novos empregos industriais que surgiram no país entre 1901 e 1911 (SCHOR, 1996). O professor da Universidade de Pau, Laurent Dornel (2017, p. 1) expressa essa temática no seu dossiê para o site do museu da história da imigração francesa:

Já no verão de 1914, a falta nacional de mão de obra foi imposta às autoridades francesas como um dos problemas mais agudos. A feminização do mercado de trabalho e o número relativamente pequeno de prisioneiros de guerra revelam-se insuficientes, de modo que o uso de trabalhadores estrangeiros, coloniais e chineses parece ser uma solução necessária. Se o fluxo de trabalhadores livres não é desprezível, na realidade a grande maioria de estrangeiros e coloniais é recrutada pelo Estado francês. Oficialmente, mais de 225.000 colonos e chineses (mais de 7% da força de trabalho militarizada e 16% da força de trabalho civil em fábricas de armas durante a duração do conflito) e pelo menos tantos estrangeiros trabalharam no solo metropolitano durante a guerra. (DORNEL, 2017, p. 1) (tradução nossa).

Com mais ênfase, a partir de 1880, o apelo por mão de obra estrangeira se intensifica, como tentativa de aliviar os problemas sociais e políticos do país. Inicialmente, os imigrantes foram contratados para ocupar postos inferiores, que por vezes os franceses se recusavam a fazer, isso ocorria porquê de fato, as condições de trabalho eram, muitas vezes, insalubres e, não raro, ocorriam acidentes de trabalho.

A primeira leva de imigrantes foi proveniente de países europeus. Vizinhos que não estavam bem economicamente viam na oportunidade de migração a conquista de uma melhor qualidade de vida. Supõe-se que apenas entre 4.000 a 5.000 magrebinos habitassem na França no ano de 1912, enquanto que 89% dos imigrantes eram provenientes de países europeus limítrofes. Em 1800, a França tinha 100.000 imigrantes ao total, com o maior incentivo à mão de obra estrangeira esse número chegou a marca de 1 milhão em 1886. Desse modo, a presença de estrangeiros passou a ser vista como a solução para os problemas do país, de maneira que, a

partir de 1880, inicia-se uma tentativa de organização do processo recrutador de imigrantes (SCHOR, 1996).

Os imigrantes raramente migravam com o objetivo de se instalar definitivamente no país, o intuito principal era melhorar a condição financeira e acumular finanças para ajudar sua família no país natal. Os ataques xenófobos logo demonstraram que o processo de integração na sociedade francesa não seria fácil. Milhares começaram então a se aglomerar em grandes quarteirões étnicos.

Dentro de seus pequenos espaços conservavam suas línguas, seus costumes alimentares, vestimentas, festividades, etc., o que aumentava a desconfiança e preconceito por parte dos franceses. Enquanto por um lado as perseguições ao estrangeiro se amplificavam durante todo o século XIX, por outro, se consolidava o sentimento nacionalista exacerbado no país, exercido fundamentalmente por alguns partidos políticos (SCHOR, 1996). Ainda que o partido Frente Nacional, alvo de estudo deste trabalho, não tivesse surgido neste período, o trabalho de Schor (1996) já indica a relevância do papel de partidos políticos como meio de incitação à xenofobia na França.

Devido às muitas especificidades de cultura, religião e costumes alimentares, a mistura entre os imigrantes e nacionais não era vista com bons olhos, criando ambientes de frequência distintos para as populações. De acordo com Dornel (2017), o objetivo principal era minimizar o contato dos “exóticos” com a população francesa. Estas separações geravam atritos entre as diferentes raças, principalmente a partir de 1917.

Gérard Noiriel (2002) elucida em seu trabalho que a necessidade por mão de obra foi preenchida pela vinda de estrangeiros por intermédio de três ciclos migratórios principais. Para este autor, o primeiro ciclo ocorreu na época do império colonial (fins do século XIX) com a chegada de um contingente de 500 mil pessoas oriundas, precipuamente, de países europeus mais próximos como Bélgica e Itália. O segundo ciclo se iniciaria na década de 1920, com imigrantes vindos primordialmente do Leste Europeu, regulados pelo governo através de organismos especializados como a *Société Générale d'Immigration*¹⁰. O terceiro e último ciclo trazido pelo autor, começaria a partir da Segunda Guerra Mundial, porém com características distintas daqueles dois primeiros ciclos, uma vez que a França passaria a recrutar fortemente trabalhadores provenientes de suas antigas colônias, em especial os norte-africanos (NOIRIEL, 2002).

¹⁰ Sociedade Geral de Imigração.

Com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, um cenário surge para o país. Schor (1996) narra que, em virtude da perda de mais de 1,7 milhões de homens nos campos de guerra, a mão de obra estrangeira se fazia mais necessária do que nunca para prover as indústrias extrativas ou a agricultura do país. Além da grande perda humana no conflito, a taxa de natalidade do país continuava baixar. Agora, os países europeus também devastados com a guerra, já não tinham mais como suprir as carências francesas, de forma que houve urgência em recrutar imigrantes de outras regiões, sobretudo das colônias e ex-colônias francesas (LIMOUSIN, 1988).

Como destaca Andrew e Forstner (1978), as colônias francesas foram de certo modo negligenciadas antes da Primeira Guerra Mundial, contudo, durante ela, estas lhe foi bastante útil pois forneceu soldados para as batalhas, bem como trabalhadores, além de suprir o país com alimentos e matérias-primas. Segundo os autores durante a Primeira Guerra, a África francesa enviou cerca de 450.000 soldados para lutar na guerra e conseguiu 135.000 trabalhadores para as indústrias francesas. A imigração passa então a ser vista como uma solução rápida e prática o que leva o governo a iniciar a administração desta.

Os países da África do Norte sob domínio francês e a Argélia foram os que mais contribuíram no envio de soldados. Na Argélia, um decreto de 7 de setembro de 1917 instituiu o serviço militar obrigatório, sem substituições e nem dispensa. Segundo dados trazidos por Schor (1996, p. 37):

De fato, a Argélia forneceu 172.000 homens se dividindo de maneira mais ou menos igual entre engajados e convocados; a Tunísia, onde o recrutamento foi instaurado, enviou 60.000 homens e o Marrocos 37.000 voluntários. Na África Ocidental foram recrutados 134.000 soldados, na Indochina 43.000 e em Madagascar 34.000. (SCHOR, 1996, p. 37) (tradução nossa).

Com o término da guerra, os problemas de mão de obra da França não cessaram. Em 1870 a França tinha uma população de 38,5 milhões, cerca de 50 anos depois na década de 1920, esta população só havia crescido em 500 mil habitantes, ademais a taxa de natalidade não conseguiria repor a população ativa. A fim de manter a indústria crescente e recompor as devastações da guerra, novos trabalhadores seriam necessários. Assim, após a Grande Guerra, a França enfrentou uma crise demográfica e uma grave escassez de mão de obra que ameaçava o crescimento de sua economia. De fato, na década de 1920, o país logrou um boom econômico e industrial sem precedentes, que exigia mais e mais trabalhadores, especialmente os de trabalho braçal (ZANOON, 2013).

O início do século XX favoreceu um aumento massivo e rápido de imigrante num ritmo bastante superior ao de antes de 1914. Os estrangeiros representaram aproximadamente 50% do crescimento populacional entre 1921-1931, com uma média de entrada de 123.000 imigrantes por ano. A maioria vinha da Bélgica, Itália, Polônia, Espanha, Portugal, mas também da Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Rússia, etc., além de um pequeno número de trabalhadores norte-africanos (cerca de 1000). Contudo, a crise econômica que atingiu o mundo e a França no início da década de 1930 freou o avanço da imigração. Entre 1931 e 1936, meio milhão de estrangeiros foram convidados a sair ou enviados à força de volta para seus países de origem. Aqueles que conseguiram permanecer na França tiveram que enfrentar o antissemitismo, o racismo e preconceito (ZANOUN, 2013).

A convivência entre os franceses e a nova população estrangeira foi marcada por incidentes e desavenças neste período. Segundo Schor (1996) no século XIX, os belgas, os ingleses, os alemães foram duramente criticados, insultados e molestados em solo francês. Os operários nacionais culpavam os imigrantes pela concorrência trabalhista e por aceitarem salários mais baixos e não fazerem parte dos sindicatos trabalhistas. Os nacionalistas defendiam o argumento de que era cada vez mais perigoso deixar existir comunidades juridicamente não francesas, com seus próprios costumes e tradições nas grandes cidades. De acordo com Noiriél (2002), a Terceira República Francesa (1870-1940) foi o período no qual a população estrangeira foi alvo da mais alta discriminação na França. O medo da concorrência imigrante nos postos de trabalho, se espalhava, as próprias leis republicanas criavam diferenciações entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros, na qual os últimos eram excluídos da vida política, sem direito a nenhuma atividade e nem a votação (NOIRIEL, 2002; SCHOR, 1996).

Entre 1919 a 1930, a França vai enfrentar alguns períodos pontuais de crise econômica, que começam a diminuir as ofertas de emprego. Rapidamente, o imigrante começa a ser culpabilizado e visto como concorrência no mercado de trabalho que cada vez mais se afunilava. Este descontentamento gerou frequentemente violências verbais ou físicas. Parte da imprensa e dos partidos políticos nacionais também começaram a condenar o imigrante. A manifestação de um deputado da extrema direita num resumo de um jornal extraído do livro de Schor (1996) mostra como a extrema direita já se levantava a favor do controle da imigração, e penalizavam o imigrante pelos problemas que o país enfrentava:

Não nos enganemos, senhores, são certos estrangeiros, que vêm à França para fomentar as greves e a guerra civil. O operário francês, salvo algumas exceções, não dão nunca sinal de desordem; eles seguem frequentemente, os líderes estrangeiros, sem comandar apenas obedecendo. Não é possível, senhores, que este submundo internacional façam as regras em nossa casa. Nossa paciência tem limites; o contágio

é muito sério; e não pode se tornar perigoso. Nós já vimos se produzir muitos casos escandalosos de estrangeiros que caíram nas nossas leis penais e gozam ao mesmo tempo da hospitalidade francesa, para ser neste ponto irônico, céticos e as vezes angustiantes (...) (SCHOR, 1996, p.73) (tradução nossa).

A grande depressão mundial dos anos 30 atingiu duramente a França, arrefecendo a produção da indústria francesa. O desemprego aumentou no país chegando à marca de 2 milhões no ano de 1935, aproximadamente 16% da população ativa. E, mais uma vez, os imigrantes eram os culpados pela situação, como se pode perceber na fala do senador francês Prosper Josse (1938, p. 40), que afirmou categoricamente: “se não tivéssemos recebido tantos estrangeiros, nós não teríamos desempregados. Os estrangeiros nos arrancam o pão da boca” (tradução nossa) (SCHOR, 1996).

Os judeus – ainda que não representassem uma grande parcela da população francesa, 150.000 em 1919 e 300.000 em 1939 – estavam constantemente envolvidos no processo de rejeição e xenofobia década de 30. Eles eram considerados um povo ambicioso, inescrupuloso, arrogante e materialista. Os antissemitas se indignavam ainda mais, pois os judeus exerciam grande poder na França, controlando as alavancas da política e economia do país (SCHOR, 1996).

A grande pressão popular contra os imigrantes levou o governo francês a tomar uma série de medidas. O objetivo inicial passou a ser reduzir a presença imigrante no país através da repatriação. De 1931 a 1933, o governo francês chegou a pagar passagens ferroviárias até a fronteira de modo que os imigrantes retornassem a seus países de origem. Outro meio encontrado foi a expulsão de estrangeiros militantes políticos, que incitavam greves ou que eram apoiadores do partido comunista, justificativa considerada plausível para a ejeção (SCHOR, 1996).

E foi logo após esse contexto de crise econômica e social que o mundo experienciou um novo conflito mundial ainda mais cruel que o primeiro, e que afetará mais uma vez rudemente a França. A Segunda Guerra Mundial de 1939 foi ainda mais atroz e hedionda para a França, devido as diversas destruições e perdas humanas. Segundo Schor (1996), a guerra terminou para a França com uma diminuição de 1,7 milhão de habitantes, incluindo soldados mortos, prisioneiros franceses em outros países e mortes de causas naturais.

Nesse período, os estrangeiros foram duramente perseguidos principalmente pelo governo do general Pétain em Vichy no ano de 1940. Pétain dizia ter como objetivo trazer a “pureza” e unidade da França e nisso os estrangeiros não estavam inclusos. Muitos deles foram

expostos a trabalhos pesados ou a campos de concentração, alguns judeus inclusive foram deportados a campos de concentração na Alemanha (SCHOR, 1996).

O regime colaboracionista de Vichy permanece como um tabu na sociedade francesa, pois não apenas a extrema-direita, mas também grande parte da direita e até mesmo alguns setores da esquerda, muitos dos quais continuam na vida pública francesa, tiveram ligações com o governo e colaboraram com o invasor. O marechal pretendia fazer uma verdadeira Revolução cultural no país, refundar a França, converter os franceses a uma ordem 'nacional, autoritária e hierárquica', baseada, como fazia questão de dizer, não em ideias estrangeiras, mas na tradição contrarrevolucionária francesa. (REIS, 1997, p. 97).

Com o término da Segunda Grande Guerra, a imigração vai ser vista novamente como o remédio para o déficit demográfico e a carência de mão de obra francesa. O general De Gaulle, chefe do governo provisório, declarou, em 3 de março de 1945, que elaboraria um plano para introduzir nos anos subsequentes, bons elementos de imigração na coletividade francesa.

Durante a Segunda Guerra Mundial e a ocupação da França pela Alemanha, as autoridades (francesas e alemãs) atacaram os estrangeiros; principalmente judeus estrangeiros, mas também republicanos espanhóis e outros elementos 'indesejáveis'. Os estrangeiros não estavam livres para trabalhar, tinham que se registrar em escritórios municipais e não podiam circular livremente, nem deixar o país sem permissão. Nos casos mais extremos, eles foram internados, enviados para campos de trabalho ou deportados para campos de concentração. Depois da guerra, enquanto a imigração diminuía constantemente desde o início da década de 1930 e a França estava em grande necessidade de trabalhadores estrangeiros para ajudar a reconstruir o país, o governo francês mudou suas políticas de imigração. (ZANOUN, 2013, p. 61).

Destarte, após a Segunda Guerra Mundial, novas políticas de atração ao imigrante foram promovidas, contudo, este assunto será mais bem abordado no subtópico que se segue.

Através do conteúdo aqui exposto, pôde-se analisar que durante a fase de colonização, os países europeus como a França eram grandes repulsores de população para o resto do mundo. A imigração ainda não se constituía um fenômeno de grande importância ou problematização, até porque com o intuito de aumentar suas posses ao redor do mundo, os colonos deixavam sua terra natal a procura de riquezas.

O quadro se inverteu na França quando esta passou por um período de modernização com a Revolução Industrial, atraindo imigrantes de diversas partes da Europa e do mundo, principalmente de suas colônias. Desde então, a presença imigrante no país se tornou vasta, chegando a ocupar o primeiro lugar no ranking de países com maior quantidade de imigrantes no mundo. Contudo, o que se mostrou comum durante as ondas migratórias foram a rejeição e aversão para com os estrangeiros na história da imigração francesa. O próximo subtópico se

encarregará de analisar a presença dos imigrantes no país no pós-Segunda Guerra e como uma nova política migratória foi imposta para atender às necessidades do país.

2.3 O PÓS-SEGUNDA GUERRA E A POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AO IMIGRANTE NA FRANÇA

Após a Segunda Guerra Mundial, a taxa de natalidade na França se intensifica, o que traria bons resultados a longo prazo, mas não solucionaria os problemas econômicos imediatos do país. Em vista disso, o apelo à força de trabalho imigrante teve de ser mais uma vez utilizado. Se, antes de 1945, eram os próprios empresários e donos de indústrias os responsáveis por recrutar mão de obra imigrante, depois de 1945, o governo francês tomou para si esta responsabilidade de modo a organizar esta atividade (ZANOON, 2013).

De acordo com Reis (1997), iniciaram-se, neste momento, diálogos sobre qual seria a melhor maneira de aplicar uma política de imigração francesa. Por um lado, os economistas conjecturavam a questão da atração de imigrantes como meio de recuperar a economia do país. Em contrapartida, os demógrafos mostravam-se céticos acerca de uma imigração desenfreada, pois acreditavam que esta deveria ser melhor pensada de modo a atrair famílias mais “compatíveis” aos valores ocidentais da França.

Todavia, após um conflito tão cruel, marcado pelo racismo e xenofobia, como foi a Segunda Guerra, medidas exclusivas não se apresentavam para a população como uma alternativa benéfica, de modo que a proposição dos economistas prevaleceu. A fim de organizar esse novo fluxo migratório, o governo criou em 1945, o *Code de la nationalité* e l'*Office National d'Immigration*¹¹ (ONI), órgãos responsáveis pelo recrutamento e recepção desses novos trabalhadores estrangeiros (REIS, 1997).

A criação do ONI logo após a Segunda Guerra Mundial tinha como objetivo primordial facilitar a entrada de imigrantes de origem europeia. Contudo, o fluxo migratório de outras regiões, por exemplo, da Argélia aumentou no período, posto que não foram tomadas medidas administrativas que os inibissem. Em 1962, os italianos eram os mais numerosos na França, representando cerca de 32% da população imigrante. Entre a década de 1960 até meados da década de 1970, o leque de origens de imigrantes começou a variar bastante, com a chegada de indivíduos de Portugal, do Marrocos, da África Subsaariana e do Sudeste Asiático (INSEE, 2012).

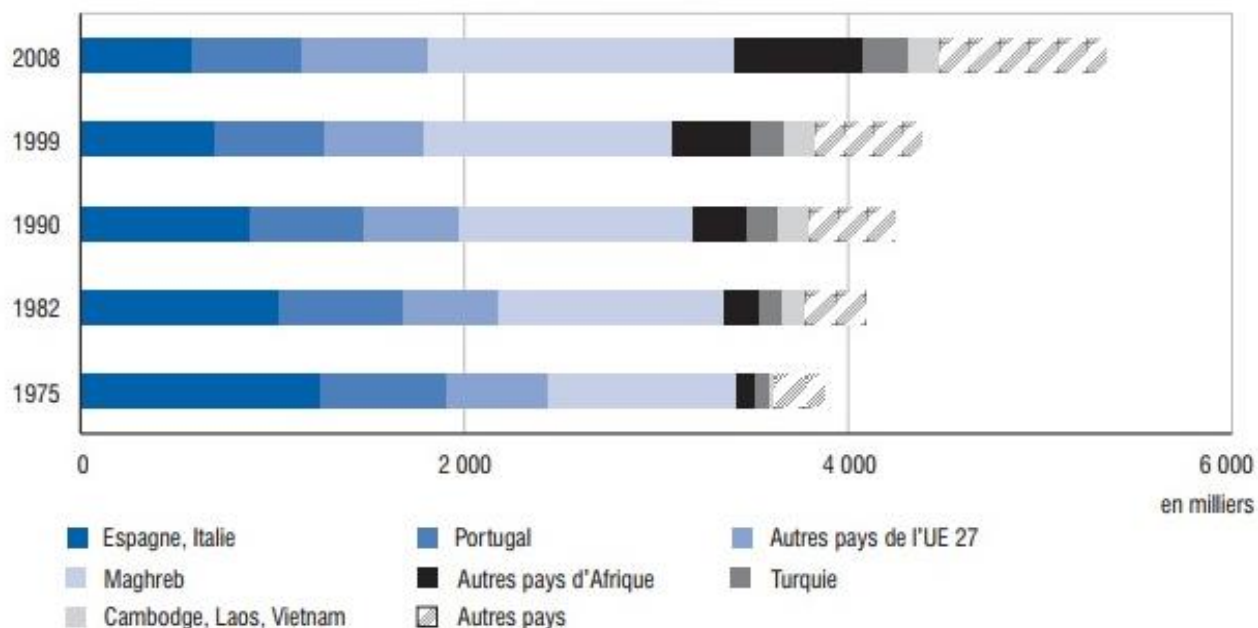
¹¹ O Código da Nacionalidade e o Escritório Nacional de Imigração.

O trabalho de imigrantes teve uma contribuição extraordinária para o desenvolvimento econômico no pós-Segunda Guerra. Hein (2004) apresenta, no seu trabalho, estimativas que sugerem que os imigrantes foram responsáveis pela construção de 70% das estradas, 40% dos prédios e 25% dos carros no país entre 1950 e 1960. Além de trabalharem em setores industriais considerados vitais. Os imigrantes norte-africanos, em particular, concentravam-se em certos setores da economia, como áreas de manufatura de automóveis, construção civil, fundições e outros trabalhos com metal (HEIN, 2004; SCHOR, 1996).

Com o estabelecimento de uma política migratória, o número de imigrantes vai se ampliando outra vez no país. Segundo dados trazidos pelo INSEE (2012), estima-se que entre 1956 e 1973, a imigração retomou um novo vigor, fazendo com que em 1975, os imigrantes representassem em torno de 7,4% da população total do país. Muitos destes vinham sobretudo das ex-colônias francesas na Ásia e África, que haviam conquistado sua independência entre 1950 e 1960. A ida à antiga metrópole representava a possibilidade de uma melhor qualidade de vida, já que em suas terras de origem, muitas vezes a pobreza, guerras civis e o sofrimento eram duras realidades.

De acordo com Sayad (1998), entre 1962 e 1968, 162 mil argelinos emigraram para a França. Os dados do INSEE (2012), descrevem que em 1975 a França tinha um total de 554.000 imigrantes argelinos, em 2008 esse número atingiu 710.000, ou seja, houve um crescimento de cerca de 28%. O gráfico 2 indica a evolução do número de imigrantes na França separado por nacionalidades:

Gráfico 2: Evolução do número de imigrantes por país de origem na França



Fonte: INSEE, 2012.

O que se pode inferir a partir da análise dos dados do gráfico é uma inversão na origem dos imigrantes que iam a França entre 1975 a 2008. Em 1975, a maior parte dos imigrantes ainda provinha de países europeus vizinhos, como Itália, Espanha e Portugal. A partir do meio da década de 1980, houve uma guinada na procedência dos imigrantes que passaram a vir majoritariamente da região do Magrebe e de antigas colônias francesas.

Em decorrência da grave crise provocada pelo aumento drástico do petróleo pelos membros da Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP), no ano de 1973, a política de atração imigrante será novamente modificada em meados da década de 70. A crise econômica provocou na França um aumento significativo do desemprego, incitando uma nova intervenção por parte do governo. Assim foi decidido que o recrutamento estrangeiro deveria ser interrompido de modo a não piorar a situação já instável no país.

Na concepção do governo francês, os imigrantes agora desempregados, e já “liberados da missão” que foram ao país fazer, voltariam para os seus países de origem. Contudo, não foi bem o que aconteceu. Pelo contrário muitos deles começaram a arranjar meios de trazer suas famílias para a França, ampliando a preocupação do governo sobre a necessidade de mudar o tratamento da imigração no país (REIS, 1997).

O governo francês decidiu em 1964 suspender o direito de livre circulação dos argelinos, que representavam grande parcela dos imigrantes no país. Já em 1968, iniciou-se uma política

migratória com um duplo objetivo: aumentar a expulsão de argelinos e negociar com o governo da Argélia (agora já independente), a redução da imigração advinda desse país. Nesse ano, a questão migratória passou a ser pauta de discussão em revoltas estudantis, que se solidarizavam com os estrangeiros e pelas condições de vida degradantes destes.

Além disso, concomitantemente aumentaram os crimes de conotação racial no país. A xenofobia e o ódio ao imigrante foram aos poucos ganhando mais espaço na população francesa (REIS, 1997). Uma combinação de excesso estrangeiros com problemas sociais e econômicos levantou mais uma vez no país movimentos xenófobos, que culpabilizavam o imigrante como o algoz da situação enfrentada pela Nação.

Dessa maneira, em 1974, a administração francesa decidiu pôr fim de fato à política de atração ao imigrante e se comprometeu a atingir o nível de “imigração zero” até 1980. No censo de 1974, constavam na França cerca de 3,44 milhões de estrangeiros, ou seja, 6,5% da população. Em 1982, o crescimento do número de imigrantes foi pequeno e passou a ser de 3,68 milhões no país. Já em 1990, a computação de imigrantes totalizou 3,58 milhões, representando 6,4% da população total, em outras palavras, de acordo com estes dados, o período de 1975-1982 foi caracterizado por uma diminuição considerável no fluxo migratório francês em razão das políticas restritivas adotadas pelo governo do país (SCHOR, 1996).

Entre 1981 e 1983, durante o primeiro governo do socialista François Mitterrand, a situação dos imigrantes voltou a ser amplamente discutida. Com isso, iniciou-se um processo de regularização daqueles que já estavam presentes no país, bem como de proteção aos seus direitos. Sob o comando de Mitterrand, cerca de 132.000 estrangeiros tiveram sua situação regularizada, medida esta que tinha como objetivo não apenas restaurar a confiança entre os imigrantes e o governo, mas também controlar o fluxo migratório para o país.

Como parte de seu programa eleitoral, Mitterrand propunha ainda a eliminação da discriminação, a promoção da igualdade social e a concessão do direito de voto aos imigrantes. Tais medidas animaram os novos cidadãos e os faziam crer numa possibilidade de melhor acolhimento no país. Em outubro de 1981, o governo promulgou uma lei que permitia a liberdade de associação dos imigrantes, o que deu um novo impulso ao ativismo em prol desta classe. Uma das associações mais importantes criadas na época foi a *Beurs*, que reunia sob um mesmo teto árabes provenientes de antigas colônias francesas (PERALVA, 1994; SCHOR, 1996).

Em 1983, jovens membros da organização *Beurs*, cansados da intolerância e dos maus tratos por parte da população francesa, prepararam uma marcha pacífica pela igualdade e contra o racismo, saindo de Marselha no sul da França em direção a Paris. A campanha reivindicava

principalmente a tomada de medidas contra o racismo, a violência da polícia e a dupla punição (muitas vezes imigrantes cometiam delitos e além de serem punidos pela justiça, eram também deportados).

Apesar das resistências encontradas ao movimento, após aproximadamente dois meses os jovens conseguiram chegar a Paris e já não eram apenas dezenas, mas cerca de 100.000 pessoas se juntaram a eles em apoio a causa (ROOSBLAD, 2002; HIGBEE, 2013). Dois anos após este episódio, uma multidão de 275.000 pessoas se juntou ao protesto contra o racismo patrocinado por uma nova organização jovem multiétnica chamada *SOS-Racisme*. Outra associação importante foi a *France Plus*, que visava à nomeação de candidatos quebrando o tabu francês do uso da etnia na arena política (REIS, 1997).

Movimentos como estes ajudaram no processo de luta contra a xenofobia, mas não impediu que muitos episódios violentos e racistas se repetissem. Como Limousin (1988, p. 14) aponta, a tendência imigratória francesa era “fácil e às vezes quase que automática no período de crescimento e necessidade de mão de obra, tendo a tendência de se tornar mais restritiva em períodos de crise¹²”.

A crise provocada pelo choque do petróleo na França contribuiu significativamente para um maior repúdio à presença dos estrangeiros na população francesa. O nível de desemprego aumentou consideravelmente no país e corroborou para a difusão da crença de que os imigrantes “roubavam” os empregos dos franceses e eram, portanto, um fator de agravamento da situação volúvel do país. Ao mesmo tempo, o Estado de Bem-Estar francês passou a ter problemas na área fiscal com a crise de 1970 e, novamente, os estrangeiros foram acusados (sobretudo os africanos e árabes) de serem muito custosos ao governo por terem famílias grandes e receberem muitos benefícios estatais (REIS, 1997).

Ao longo dos últimos anos, os estrangeiros foram novamente estigmatizados pela população francesa como causa do desemprego, da crise do Estado de Bem-Estar, do crescimento da insegurança e da violência nas grandes cidades, bem como de colocar em risco a cultura e a história francesa. Desse modo, o debate sobre a problemática dos imigrantes começou a fazer parte da agenda central de muitos países e tem se levantado como um dos principais temas políticos a ser discutido e solucionado na França e na Europa em geral.

Um exemplo claro do aumento de manifestações racistas e xenófobas na sociedade francesa está atrelado a criação e o crescimento do partido conhecido como Frente Nacional (FN). Surgido em 1972, o partido mantém desde muito tempo um programa político pautado

¹² « *Faciles et parfois quasi automatiques en période de croissance et de besoin de main d'ouvres, elles ont tendance à devenir plus restrictives en période de crise* ».

no combate à imigração. Suas propostas polêmicas acerca do tema deram ao partido fama e visibilidade. A imigração foi e ainda é considerada pelo partido como um atentado à cultura e à economia francesa, além de trazer múltiplos inconvenientes como altas despesas com assistência social (BIHR, 1998; SCHOR, 1996).

O partido tem seus primeiros resultados positivos a partir de 1982, quando a mídia dedica uma atenção especial ao partido, de maneira que essa “propaganda gratuita” vai elevar ainda mais as intenções de voto para a Frente (BIHR, 1998). O crescimento do Frente Nacional e o desenvolvimento das associações imigrantes ao longo dos anos 1980 trouxeram a imigração definitivamente para o primeiro plano da política francesa:

Nos anos 1990, inúmeras tentativas de reformar a política de imigração francesa foram feitas, quase todas elas para tornar mais difícil a entrada e a fixação de estrangeiros no país. Em quase todas as vezes que a legislação foi modificada, os governos, de esquerda e de direita, buscaram justificar a adoção de medidas restritivas a partir da necessidade de barrar a ascensão da extrema-direita. De acordo com essa estranha lógica, elementos da plataforma do FN eram implementados com o objetivo de evitar que o FN aumentasse seu espaço entre o eleitorado francês. (REIS, 1997, p. 68).

Efetivamente, ao longo do tempo, a Frente Nacional conquistou um espaço importante dentro da política francesa, com seu discurso xenófobo e chauvinista. Contudo, o estudo desenvolvido e os efeitos trazidos para a sociedade francesa por este partido serão melhor abordados no terceiro e último capítulo desta dissertação.

Nas décadas de 1980 e 1990, o assunto da imigração continuou a ser bastante debatido na França, inclusive no plano jurídico, no qual leis eram criadas ou modificadas de modo que atendessem aos interesses do poder governante e/ou da população francesa. A lei Pasqua de 1986, relativa às condições de entrada e permanência dos imigrantes, avança no sentido de deixar vigente o visto de residência renovável por 10 anos, mas retrocede ao suspender a renovação automática dessa lei em caso de violação da ordem pública. Em 1993, a segunda lei de Pasqua vai ter consequências maiores, uma vez que torna o acesso ao visto de permanência ainda mais difícil e reforça o processo de condução do imigrante ao seu país de origem (RYGIEL, 2013).

O que chama a atenção na argumentação trazida por Rygiel (2013) é que, independentemente do poder que esteja sobre o comando da França, seja de direita ou esquerda, o combate à imigração continua sendo vigente, ou seja, apenas muda o lado pelo qual ela está sendo combatida:

De fato, durante o período, a oposição entre direita e esquerda pode ser resumida escrevendo-se que quando a direita fortalece os meios das autoridades administrativas, a esquerda favorece a intervenção do poder judicial. A direita quando no poder tende a fazer dos migrantes indocumentados o alvo da ação dos serviços do Estado, os representantes da esquerda têm o desejo de penalizar os empregadores de migrantes que não estão autorizados a permanecer. O paradoxo do período é que, enquanto as alternâncias políticas resultam em oscilações, que consistem basicamente na reorganização da mesma política. (RYGIEL, 2013, p. 5).

Bourbeau (2015) menciona que, em 1991, o então prefeito de Paris (e mais tarde presidente da França, Jacques Chirac) fez uma declaração efusiva sobre o barulho e o cheiro das famílias migrantes. Chirac argumentou que enquanto uma família francesa vivia com aproximadamente 15.000 francos por mês, fruto do trabalho de ambos os cônjuges, na casa ao lado uma família de imigrante com um pai, até três ou quatro esposas, e cerca de 20 filhos, vivia com 50.000 francos advindos da assistência social francesa.

Ainda de acordo com Chirac, o ponto de saturação da imigração no país já havia sido atingido, de sorte que o governo deveria pôr fim à política de reunificação da família e assim resolver o problema que havia sido criado. Outra declaração forte acerca da presença imigrante veio do ex-ministro do Interior, Michel Poniatowski, que definiu em três palavras o aumento dos refugiados e à pressão migratória: “intrusão, ocupação, invasão”. Para Poniatowski, ainda que os imigrantes estivessem desarmados, eram altamente ameaçadores para a existência e a identidade francesa (BOURBEAU, 2015).

Assim, ainda na década de 1990, o governo implementou diversas práticas de segurança a fim de lidar com a “ameaça” da migração internacional. Dentre elas, estavam inclusas políticas restritivas de vistos e a criação de centros de detenção para refugiados e migrantes, em um sistema muito semelhante ao de cárceres. No início dos anos 90, já havia na França cerca de oitenta centros de detenção, nos quais um migrante poderia ser legalmente detido pelo máximo de vinte dias. Em 1992, aproximadamente 4.000 migrantes estavam detidos no país, em 1996 o número cresceu para 5.000 e em 1998 já alcançava a marca de mais de 7.000 detidos. No ano de 2010, o número multiplicou absurdamente, atingindo 65.000 imigrantes retidos (BOURBEAU, 2015).

Apesar das dificuldades, a imigração para a França continuou aumentando na década de 90, tirando um declínio entre 1994 e 1995, quando 120.000 e 106.000 estrangeiros, respectivamente, foram admitidos à residência regular no país. Em 1996, os números de imigrantes legais foi de 106.000, em 1997, de 127.000, sendo que, em 1998, esse número atingiu 156.000 (THIERRY, 2004).

A tabela 2 mostra a evolução do número de imigrantes que adentraram a França no período de 2004 a 2012, divididos por continente de nascimento. Vale sublinhar, porém, que os números aqui esboçados, englobam apenas os imigrantes que entraram de modo legal no país.

Tabela 2: Evolução do número de entrada de imigrantes após 2004 por continente de nascimento

	EUROPA	ÁFRICA	ÁSIA	ÁMÉRICA E OCEANIA	NÚMERO TOTAL DE ENTRADA
2004	80.500	70.200	30.960	19.810	201.460
2005	78.660	66.110	30.120	19.990	194.880
2006	80.120	62.340	30.520	20.460	193.440
2007	79.290	62.140	32.070	18.770	192.270
2008	80.330	63.470	30.180	21.440	195.410
2009	75.040	66.480	32.960	20.450	194.920
2010	88.820	65.610	29.810	26.270	210.510
2011	94.580	66.280	32.430	23.360	216.640
2012	105.830	68.640	32.060	23.070	229.600

Fonte: INSEE (2013) (tradução nossa).

Nota: Adaptada pela autora.

Como se pode verificar, nos anos mais recentes, a maioria dos imigrantes que vão em direção à França são provenientes de países da Europa, seguido dos países africanos. O número total de entrada teve uma leve variação entre os anos ficando em torno de 200.000 mil imigrantes ao ano. A título de comparação, segundo o Centro de Estudos Americano para Imigração (2016), entraram em 2010 e 2011, 2,1 milhões de imigrantes nos Estados Unidos, e em 2012 e 2013, 2,3 milhões de imigrantes, cerca de um 1,1 milhão por ano.

Quando comparado aos algarismos franceses, o último número parece ter um caráter ínfimo, mas vale destacar que uma série de fatores, por exemplo, o tamanho do país pode influenciar no resultado. O fato é que a França já foi o país com maior número de imigrantes no mundo, hoje se encontra longe disto, o que não significa, contudo, que seu fluxo migratório seja pequeno. O país continua a receber um fluxo bastante considerável de populações que, consequentemente, trarão influências para o novo lar.

Visto que a maior parte dos imigrantes franceses são de origem europeia, outro ponto que merece ser ressaltado dentro deste tema é a reflexão que Zanoun (2013) traz acerca da diferenciação que a população francesa e o próprio governo têm no trato para com os imigrantes europeus e os advindos de outras regiões. Para a autora, com a mudança na origem do fluxo

migratório a partir de 1945, os imigrantes europeus não passaram mais a ser vistos como problemáticos, mas sim o alto fluxo de norte-africanos que se constituíam a grande maioria no país. Apesar de a autora não focar sua análise na religião islâmica, fica claro que os norte-africanos chegaram ao país trazendo crenças e culturas bastante distintas dos ocidentais e foram prontamente taxados como um inconveniente a ser resolvido.

O Islamismo é uma religião oriental com características, crenças e práticas muito diferentes das religiões ocidentais, o que, por vezes, transmite a ideia de que a integração com a população francesa não seja possível. Como Hein (2004) evidencia, a rejeição nos Estados Unidos se dá mais pela raça e cor, enquanto que na França isso se dá pela cultura que os imigrantes possuem, revelando mais uma vez como a questão cultural dos muçulmanos incomoda os franceses. O fato de associar política e religião é outro ponto perturbador para a população francesa, que é um país laico desde 1905, quando criou a lei de separação entre a Igreja do Estado. Em outras palavras, conceber tão grande estreitamento entre os dois campos parece ser impossível ou antiquado hodiernamente.

Esse pensamento é defendido pela autora francesa Annie Laurent (2017), no livro *L'Islam pour tous ceux qui veulent en parler (mais ne le connaissent pas encore)*¹³. Para a autora, de acordo com sua doutrina clássica, o Islã é definido como um todo: religião, sociedade, Estado. Esta tripla dimensão é fundamental, e é por isso que a noção de secularismo é estranha ao direito público muçulmano. Assim, em um país onde a maioria da população é islâmica, o Islã deve ser reconhecido como a religião oficial do Estado. Laurent (2017) frisa ainda que, embora o Alcorão não comente sobre o assunto, inspira um sistema político-religioso que identifica plenamente as esferas religiosa e civil (LAURENT, 2017).

Muitos muçulmanos veem, então, a laicidade como uma forma disfarçada de ateísmo. Para eles, seria o equivalente à rejeição de Deus e à negação da religião, como mencionou no Líbano, Hussein Kouatly, diretor geral de Dar-el-Fatoua, órgão oficial do sunismo local em 1975. Na maioria dos países muçulmanos, o Islã é considerado a religião da população, de modo que é impossível para um cidadão anunciar uma mudança de religião, exceto caso queira viver sua nova identidade em clandestinidade com o medo de represálias ou processos criminais (LAURENT, 2017).

A religião islâmica, para a especialista em estudos sobre o Islã, não poderia ser compatível aos princípios da sociedade francesa, uma vez que considera religião e política

¹³ O Islã para todos que querem falar sobre (mas não o conhecem ainda) (tradução nossa).

princípios inseparáveis. Outros autores confirmam a afirmação do pensamento de incompatibilidade entre a França e o islamismo:

É presumido em que os muçulmanos europeus em geral procuram minar a regra do direito - e a separação da religião e do Estado -, com o objetivo de criar uma sociedade a parte da primária, seja impondo o uso dos véus em jovens garotas ou através de campanhas de segregação de gênero nas instituições públicas [...]. (LAURENCE; VAISSE, 2007, p. 2) (tradução nossa).

Segundo uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Políticas da Universidade de Po na França (CEVIPOF), sobre a visão da religião islâmica pelos franceses, obteve-se o resultado de que 74% dos entrevistados acreditam que o Islã é uma religião "intolerante" e que não é compatível com os valores da sociedade francesa. Oito entre cada dez entrevistados disseram acreditar que a religião muçulmana procura "impor seu modo de operação aos outros".

Finalmente, mais da metade dos entrevistados afirmaram que os muçulmanos são "em maioria" (10%) ou "em parte" (44%) "fundamentalistas", sem saber o que eles querem dizer com esse qualificativo. Essas proporções variaram de acordo com a idade e afiliação política dos respondentes, mas, permaneceram similares na maioria das categorias. 65% dos indivíduos de esquerda e 68% das pessoas com menos de 35 anos partilham da ideia de que o Islã não é uma religião tolerante (LE MONDE, 2013).

Além disso, parece que essa visão negativa está claramente reservada a uma imagem da religião islâmica, visto que, no geral, segundo a pesquisa, os franceses apresentam uma boa imagem dos crentes católicos ou judeus. Aproximadamente 72% dos entrevistados acreditam que a religião católica é tolerante, enquanto 66% compartilham essa opinião em relação ao judaísmo (LE MONDE, 2013).

Uma pesquisa do instituto americano *Pew Research Center* de 2008 relatou que muitos europeus viam os muçulmanos sob uma luz cada vez mais negativa, especialmente na França, Alemanha e Espanha. A violência na comunidade e os casos de ataques terroristas envolvendo pequenos grupos de militantes muçulmanos, tornam a visão destes ainda mais negativa. Em conformidade com a tese do multiculturalismo, existem diferenças culturais substanciais entre os países de origem e os países de destino. Assim, os imigrantes expressarão valores mais próximos daqueles que predominam em seu país de origem e não do país de destino. Tal fato, pode, portanto, ter fortalecido as identidades muçulmanas de populações mais jovens com a cultura islâmica de sua origem ou mesmo com a de seus descendentes, e um sentimento de busca por defendê-la (INGLEHART; NORRIS, 2009).

É imprescindível ressaltar que este trabalho não considera que todos os imigrantes que chegam à França são muçulmanos, não se pode haver tão falsa generalização. Contudo acredita-se que formaram e formam uma parcela importante dos estrangeiros presentes no país. Atualmente, a população muçulmana é de cerca de 6,5 milhões dos quase 67 milhões de habitantes.

Apesar dos já mencionados movimentos de luta pela igualdade e contra a xenofobia promovidos pelos imigrantes, os dados estatísticos apontam um comportamento de mais passividade em relação à forma como são tratados, do que de violência. Em 1989, a não permissão da entrada de três garotas norte-africanas em uma escola francesa por portarem o véu islâmico, não produziu uma onda de protestos e revolta entre os estrangeiros, apenas suscitou um debate político sobre os direitos destes e sobre como questões desse cunho deveriam ser tratadas.

No seu livro *Another Cosmopolitanism*, Seyla Benhabib (2006) examina este episódio ocorrido na França e revela que o debate levantado na época foi mais uma tentativa do governo francês de compreender como se poderia continuar a manutenção da sua laicidade, do que de fato um levantamento da voz do povo muçulmano em busca de sua defesa, ou em prol de fazer o Estado entender o porquê o véu era importante para aquele povo e como ele compunha a própria identidade deles. E é por isso que Hein (2004) defende que as dificuldades políticas na França ligadas à imigração se dão muito mais pelos sentimento anti-imigrante desenvolvidos pelos nativos do que uma revolta literal dos imigrantes em si. Para Hein (2004, p. 74):

incom

Em vez de o Islã ser uma fonte de instabilidade política na França, um problema muito mais sério tem sido os sentimentos anti-imigrantes entre os nativos. O nativismo existia na França muito antes da chegada dos imigrantes contemporâneos. Em 1893, perto de Marselha, uma multidão francesa que somava mais de 500 pessoas matou 7 imigrantes italianos e feriu outros 40, após a contratação de imigrantes com salários mais baixos do que os nativos. Além dos ataques nativos contra os argelinos na França durante o movimento de independência da Argélia (1954-1962), o nativismo carecia de uma fundação política até o início dos anos 80. (HEIN, 2004, p. 74) (tradução nossa).

Apesar de a França ter um dos mais fortes partidos políticos anti-imigração, a Frente Nacional, o país tem também uma tradição antirracismo e de combate à xenofobia que é firmemente embebida no sistema legal. Por ter sido o berço da luta pela igualdade e pela busca de uma sociedade mais justa por meio dos ideais da Revolução Francesa, o direito francês procura delinear caminhos a fim de combater os excessos de ódio ao imigrante.

Segundo dados encontrados no site do próprio Governo Francês (2017), atualmente insultos que estejam ligados à discriminação, ao ódio ou a violência racista, podem gerar uma

multa de 1500 euros ao agressor, caso o fato não tenha sido feito publicamente. Para os casos cometidos em público, a multa pode chegar a 45.000 euros e ainda ser acompanhada de penas complementares, como a prisão por um ano, segundo o artigo 24, incisos 6 e 8 da lei de 29 de julho de 1881.

Muito embora leis como as citadas procurem salvaguardar o imigrante, outras, como a lei de outubro de 2010 (que proíbe o uso de qualquer item que esconda a face em lugares públicos, dentre eles o véu muçulmano), criam uma certa inconsistência ou paradoxo no respeito às diferenças de raça, credo, religião e identidade. Por um lado, o governo pretende permitir uma maior integração dos imigrantes e protegê-los e, por outro, cria leis que ferem a identidade e liberdade religiosa desses imigrantes.

O que ocorre na França parece ser, de fato, uma dificuldade de saber como lidar com o diverso, fruto de uma formação histórica preconceituosa e xenófoba. O desgaste de décadas de tradição migratória combinado com um quadro social e econômico depreciado, leva a uma responsabilização desse imigrante das dificuldades enfrentadas pela nação francesa. Apesar do aparente paradoxo mencionado, deve ser ressaltado que o problema da imigração francesa não se encontra ancorado apenas na legislação, mas também no desenvolvimento entre os nacionais de um sentimento de rejeição quanto à presença imigrante, principalmente daqueles advindos de antigas colônias, por serem de raças distintas e apresentarem uma cultura e modo de vida ímpares, frequentemente atrelados ao Islamismo.

Uma das mais importantes características do sistema político francês com respeito aos imigrantes é a moderada facilidade em obter a cidadania. O destaque a essa política é maior porque, em comparação aos outros países europeus, a política francesa mostra-se bem mais aberta (PERALVA, 1994). Atualmente, na França, a aquisição da nacionalidade por pleno direito pode acontecer das seguintes maneiras, segundo o Ministério do Interior Francês (2016):

- a) Por conta do nascimento: a criança nascida na França ou no exterior que tenha pelo menos um dos pais nascidos na França (direito de sangue); a criança nascida na França quando um dos pais pelo menos é francês (duplo direito de solo); a criança nascida na França de dois pais apátridas (direito simples de solo).
- b) Por maior idade: para a criança nascida na França filha de dois pais estrangeiros o artigo 21-7 do Código Civil Francês sujeita a aquisição de pleno direito a uma condição de residência contínua ou descontínua na França de 5 anos após a idade de 11 anos. No entanto, o menor pode adquirir a nacionalidade francesa por antecipação, assinando uma declaração a partir da idade de 13 anos.

No tocante à aquisição da cidadania por casamento na França, o estrangeiro ou estrangeira que se casar com um francês ou uma francesa pode obter a nacionalidade por declaração após um período de 4 anos a contar da data do casamento. A lei de 16 de junho de 2011 sobre imigração, integração e nacionalidade, previu novas exigências em relação ao domínio da língua francesa e da assimilação do cônjuge.

Os requerentes de naturalização por decreto, bem como os declarantes em razão do casamento, devem demonstrar domínio da língua francesa correspondente no nível oral B1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas (CEFR) do Conselho da Europa.

Ademais, os candidatos à naturalização devem ter conhecimento suficiente da história, da cultura, da sociedade francesa e aderir aos princípios e valores essenciais da República. Outrossim, a França admite apenas duas nacionalidades ao indivíduo francês, de modo que o estrangeiro que quiser aderir a nacionalidade francesa tem que declarar as que já possui e escolher quais são aquelas que ele pretende renunciar ou preservar além da nova nacionalidade francesa (MINISTÉRIO DO INTERIOR FRANCÊS, 2016).

Para comparação, buscou-se analisar o processo de aquisição da nacionalidade alemã. A analogia serve como meio de entender o nível de exigência para a obtenção dos direitos de cidadania na França. Apesar de haver algumas similaridades entre os dois procedimentos, o governo alemão não concede, por exemplo, a nacionalidade automática aos filhos de estrangeiros que nasceram no país a partir de 13 anos, como é possível no caso francês. De acordo com o Ministério do Interior Alemão (2018), a cidadania alemã será adquirida:

- a) Por nascimento: uma criança adquirirá a nacionalidade alemã por nascimento se um dos pais possuir a nacionalidade alemã; um filho de pais estrangeiros adquirirá a nacionalidade alemã de nascimento se um dos pais residir legalmente na Alemanha por oito anos ou se foi concedido um direito de residência permanente aos pais ou ainda se for um nacional da Suíça ou como um membro da família de um nacional da Suíça com base no Acordo de 21 de junho de 1999 entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros.
- b) Por uma declaração: ao declarar o desejo de se tornar cidadão alemão, uma criança nascida antes de 1 de julho de 1993 de pai alemão e mãe estrangeira adquirirá a nacionalidade alemã se a paternidade foi reconhecida ou determinada com efeitos jurídicos ao abrigo do direito alemão; se a criança reside legalmente no território federal há três anos; e se a declaração é apresentada antes do 23º aniversário da criança.

- c) Por adoção como criança: uma criança com menos de dezoito anos de idade no momento do pedido de adoção deve adquirir a cidadania como resultado de uma adoção válida por um alemão sob a lei alemã.
- d) Pela emissão do certificado: os repatriados de ascendência alemã e seus familiares incluídos no aviso de admissão adquirirão a nacionalidade alemã quando receberem um certificado de repatriamento.
- e) Para os alemães sem cidadania alemã, na acepção do artigo 116.º, n.º 1, da Lei Fundamental, nos termos do procedimento previsto no artigo 40º-A (seção 40-A),
- f) Para um estrangeiro por naturalização: que não esteja envolvido em processos criminais, que tem capacidade de se manter, que tem casa própria, que mora há mais de oito anos no país, deve ter conhecimento do sistema legal do país, da sociedade e das condições de vida; ter domínio da língua alemã etc.

Um fato que indica, por exemplo, a severidade do processo alemão de aquisição de cidadania é que o indivíduo que se casa com um alemão, ou que consegue a naturalização deve abrir mão de qualquer outra cidadania que tenha para que, assim, ele comprove que viverá de acordo com o modo de vida alemão (MINISTÉRIO DO INTERIOR ALEMÃO, 2018). Em outras palavras, por meio dessa análise, mais uma vez, o paradoxo francês revela-se evidente, em que a França demonstra noções de incomplexidade no processo de integração em alguns momentos e em outros priva o cidadão estrangeiro de certos direitos.

A França é um país onde a cultura e a história são consideradas como itens valiosos para a sociedade. Hein (2004) ressalta que pesquisas de opinião pública tem consistentemente documentado que os franceses têm de longe mais antipatia para com os norte-africanos do que os negros africanos, o que representa que a questão da cor não é o principal motivo de discriminação destes imigrantes, mas sim a cultura típica dos norte-africanos ou mesmo o passado histórico de colonização que o país teve com eles.

Por mais que as relações sociais com os estrangeiros não sejam sempre amigáveis, conforme visto, outros dados estatísticos revelam uma considerável evidência de integração entre os nativos e imigrantes. Vale frisar que, embora a proporção de casamento entre franceses e imigrantes venha apresentando uma leve queda desde 2004, os números mostram-se, no geral, estáveis, entre a média de 30.000 a 40.000 por ano, como pode ser visualizado na Tabela 3 apresentada abaixo:

Tabela 3: Casamentos entre franceses e estrangeiros

EVOLUÇÃO DE CASAMENTOS MISTOS		
ANO	CASAMENTO ENTRE FRANCESES E ESTRANGEIROS	PORCENTAGEM DE CASAMENTO ENTRE FRANCESES E ESTRANGEIROS
2004	42.623	15,7%
2005	42.496	15,4%
2006	38.313	14,3%
2007	35.838	13,4%
2008	32.889	12,7%
2009	31.606	12,9%
2010	30.019	12,2%
2011	30.347	13,1%
2012	32.047	13,4%
2013	31.233	13,8%
2014	32.108	14,3%

Fonte: INSEE, Estatísticas de estado civil, 2014 (tradução nossa)

Nota: Tabela adaptada pela autora.

Hein (2004) indica que a complexidade das relações sociais dos imigrantes no país tem levado a diferentes interpretações pelos cientistas sociais franceses. Para Gérard Noiriel (1996), a rejeição e o tratamento atual dos imigrantes têm a ver com a amnésia histórica dos franceses quanto à contribuição daqueles que foram essenciais no processo da industrialização econômica do país. Já o historiador francês Fernand Braudel (1990) argumenta que a cultura e a história dos imigrantes muçulmanos são distintas da França. Braudel (199) cita como a maior diferença a fusão que o Islamismo faz entre política e religião, e o uso de normas patriarcais sobre o casamento, família e a questão de gênero. Assim, por se tratar de duas culturas tão distintas, para o autor é quase impossível ambas serem conciliadas em um espaço.

A autora francesa Dominique Schnapper (1991) acredita que a sociedade francesa mudou desde a década de 1960 e é agora menos capaz de absorver imigrantes do que foi no passado. Segundo ela, a imigração voluntária para a França mostra o desejo do imigrante em participar de uma economia e estilo de vida modernos, o que requer inevitavelmente ajuste e adaptação por parte destes a sociedade e cultura francesa. Mas a tendência nacional em direção ao individualismo, tem dificultado também a assimilação e integração desses imigrantes. No passado, a integração era proporcionada por órgãos como as igrejas, que já não possuem o poder de outrora.

Ainda que os imigrantes desempenhem um papel relevante dentro da economia francesa, a desigualdade pode ser notoriamente percebida em alguns aspectos como no preenchimento de cargos e no valor das remunerações que são em sua maioria inferiores aos dos franceses. Existe também disparidade de números entre os próprios imigrantes. Aqueles advindos da Europa geralmente desempenham funções melhores do que os norte-africanos e os subsaarianos, o que revela um problema relacionado a um grupo mais específico. Além disso, a taxa de desemprego é maior dentre os imigrantes. Por isso, pode-se afirmar que a discriminação é certamente um motivo do baixo status socioeconômico dessa população estrangeira (SCHOR, 1996).

Outro fato social que desagrade os franceses quanto à presença imigrante está na concentração geográfica em grupos étnicos ou nos chamados guetos:

Relativamente no início da década de 1970, a questão do gueto foi colocada no contexto francês, seja na formulação de um problema do ‘habitat’, seja no de um problema de ‘imigração’. É em torno da questão dos ‘bairros suburbanos’ que a política da cidade foi finalmente definida na década de 1980. Nos últimos quarenta anos, os bairros, inicialmente chamados de ‘habitação social’, depois ‘Em dificuldade’ e finalmente ‘sensíveis’, foram gradualmente carregados de conotações negativas. Embora rejeitada, a hipótese da formação de guetos tornou-se mais recorrente a partir da década de 1990, até assumir uma nova consistência na segunda metade dos anos 2000. (DEPARTAMENTOS DE QUESTÕES SOCIAIS DA FRANÇA, 2010) (tradução nossa)¹⁴.

Imigrantes de etnia idêntica reúnem-se, geralmente, em prédios, quarteirões, bairros e vizinhanças iguais, isolando-se do restante da cidade, formando os chamados guetos. Não se pode afirmar que estão ali por vontade própria, mas, geralmente, trata-se da única forma de moradia e residência que conseguem obter.

A segregação espacial dos imigrantes na França continua resistente de acordo com dados do estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), comandado pelo pesquisador Jean-Louis Pan Ké Shon. O resultado da pesquisa demonstrou que os bairros mais precários são também os que possuem uma taxa de desemprego alta e que são em sua maioria compostos por imigrantes de origem africana, magrebina ou turca, ou seja, 42% dos residentes contra apenas 10% de população francesa (L’EXPRESS, 2011).

¹⁴ *Relativement tôt dans les années 1970, la question du ghetto a été posée dans le contexte français, soit dans la formulation d’un problème de « l’habitat », soit dans celle d’un problème de « l’immigration ». C’est autour de la problématique des « quartiers populaires de banlieue » que la politique de la ville s’est finalement définie dans les années 1980. Ces quarante dernières années, les quartiers, d’abord qualifiés « d’habitat social », puis « en difficulté » et enfin « sensibles », se sont progressivement chargés de connotations négatives. Bien que récusée, l’hypothèse de la formation de ghettos est devenue plus récurrente à partir des années 1990, jusqu’à prendre une consistance nouvelle dans la seconde moitié des années 2000.*

O termo *gueto* é, por vezes, rejeitado pela República Francesa devido à conotação negativa, mas, segundo o jornalista Bronner (2011), constitui-se o melhor termo para designar o que tem se formado na França. Bronner (2011) buscou durante quatro anos conhecer o gueto de perto para expor o que se tenta esconder: a *ghettoisation*¹⁵.

Para o autor, ano após ano nos subúrbios das grandes cidades francesas, territórios são formados à parte, com suas próprias leis, suas línguas, suas hierarquias e suas fronteiras. São ambientes de desordem, com confrontos entre gangues, mortes e com necessidade de grandes reforços policiais. Territórios que concentram, absorvem e produzem, como nenhum outro espaço, as tensões da sociedade francesa: desemprego, insegurança, isolamento, imigração e pobreza (BRONNER, 2011).

O problema dos guetos (ou, eufemicamente falando, “bairros sensíveis”) está associado à questão da discriminação racial e à etnicização das relações sociais. Tanto nos bairros quanto na sociedade francesa como um todo, as relações sociais foram de algum modo racializadas separando, por exemplo, os franceses e os árabes. De modo que a raça se tornou um dos elementos de regulação das relações sociais nos bairros, o que, simultaneamente, contribuiu para integrar pessoas de um grupo e dividir a estrutura da vida social da França (AVENEL, 2009).

O governo e a população franceses preocupam-se com a formação de tais áreas, por isso, distribuir imigrantes geograficamente e reabilitar vizinhanças em condições precárias estão entre as mais populares propostas para promover a integração na sociedade francesa (SIMON, 2003).

No ano de 2015, o mundo viu emergir um grande contingente de indivíduos se locomovendo de regiões da África e Ásia para a Europa. O Instituto Ipsos (2016) realizou um estudo sobre a opinião da população de 22 países em relação à presença de imigrantes ou refugiados nestas nações no ano de 2016. O resultado revelou que em todos os países, a população afirmou ter uma posição negativa a respeito da presença dos refugiados no seu território. Esta apreciação se dá principalmente devido ao medo que a presença imigrante traz quanto à insegurança nacional. Ainda na pesquisa, 40% dos entrevistados se mostraram a favor do fechamento das fronteiras para o recebimento desses indivíduos. Nesse ranking, a França se encontra como um dos países mais negativos em relação à presença de imigrantes, com cerca de mais de 60% de pessoas favoráveis ao encerro das fronteiras, contra 11% que acham que a imigração tem efeitos favoráveis para o país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

¹⁵ Neologismo francês utilizado para designar o processo de formação de guetos.

Outro motivo que ocasiona a rejeição por parte da população imigrante é a crença de que a presença destes aumenta o risco de ataques terroristas no país. Levando em conta o fato de que muitos ataques provêm de grupos terroristas professos da religião islâmica, propaga-se a ideia generalizada de que todo imigrante muçulmano é um terrorista, o que eleva, conseqüentemente, o preconceito e o desejo por bani-los do país.

A imagem negativa dos muçulmanos foi fortalecida na década de 1980, quando indivíduos que alegavam atuar em nome do Islã, realizaram ataques terroristas em todo o mundo. Em 1983, jihadistas islâmicos reivindicaram a responsabilidade do ataque ao quartel militar dos EUA em Berceau e ao bombardeio de um restaurante francês em 1985. A partir de então, o mundo começou a temer os muçulmanos e o uso dos véus se tornou um símbolo do perigo islâmico para a República Francesa.

A violência islâmica combinada com as altas taxas da imigração muçulmana para a França agravou a situação, de maneira que os franceses consideraram o Islã incompatível com os valores franceses e responderam por meio da criação de leis que proíbem a utilização do véu ou de qualquer outro símbolo religioso no país (ABRAMSON, 2017).

Um dos ataques mais recentes em território francês aconteceu em 7 de janeiro de 2015, quando homens armados em nome de Alá invadiram o jornal Charlie Hebdo, deixando 12 mortos e 11 feridos. O jornal francês RT France (2017) destaca que, desde novembro de 2015, cerca de 12 ataques terroristas aconteceram na França, um deles foi considerado o maior ataque terrorista já ocorrido na história do país, uma vez que deixou 130 mortos e 413 feridos, incluindo 99 em emergência absoluta. O ataque aconteceu de forma simultânea em vários pontos da cidade de Paris: no Estádio da França, em alguns terraços de cafés e restaurantes no distrito 10º, e no teatro do Bataclan no dia 13 de novembro de 2015. A autoria do ataque foi assumida pelo grupo terrorista Estado Islâmico.

O medo do Islã perpetuou-se no mundo, principalmente após o ataque de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. O atual presidente americano, Donald Trump, chegou a declarar que deveria ser proibida a entrada de qualquer muçulmano no país, uma vez que se tornou impossível, nas palavras do líder, separá-los dos jihadistas islâmicos. Desse modo, tanto nos EUA quanto na Europa, os muçulmanos tem sido alvo de constantes suspeitas. Para Bancel, Blanchard e Thomas (2017) se antes o perigo era vermelho (em referência aos comunistas no período da Guerra Fria), hoje o perigo é verde, uma alusão ao símbolo da bandeira muçulmana com uma Estrela e a Lua crescente de cor verde. De acordo com os autores, hoje, a ameaça para

os países do ocidente, está vestida com *hijab*¹⁶ e provém até de nacionais, especialmente se eles são binacionais ou tem dupla cidadania (BANCEL; BLANCHARD; THOMAS, 2017).

Os ataques de 2015 em Paris repercutiram o medo entre a população por vários meses e ascenderam discursos contra a imigração por vários políticos europeus, especialmente os populistas. O argumento está centrado na afirmação de que os terroristas se infiltram constantemente entre os refugiados que vêm parar nessa grande onda migratória à Europa. Tal conclusão é consolidada porque dois dos três homens-bomba que explodiram o estádio francês foram identificados na fronteira grega antes de chegar à França. Por conseguinte, o debate sobre a recepção de refugiados e a manutenção do acordo Schengen está novamente em vigor. O ministro húngaro Victor Orbán chegou a afirmar em entrevista que "todos os terroristas são basicamente migrantes" (LE FIGARO, 2015).

A decisão do Reino Unido de se separar da União Europeia, o famoso BREXIT, está também interligada ao tema da imigração. Segundo a BBC, a imigração está entre os oito motivos pelos quais os britânicos queriam a saída do bloco. Inclusive, a própria campanha pela saída usou o tema como trunfo, no qual o argumento central era de que o Reino Unido não poderia controlar o número de pessoas que adentravam o país enquanto permanecesse no bloco. O medo da imigração e os impactos que ela causa na sociedade foram outras justificativas utilizadas por adeptos da campanha (BBC, 2016).

Além disso, a ascensão de governos mais duros no que se diz respeito à questão migratória tem sido comum em países da Europa e no Estados Unidos, especialmente com a chegada do republicano Donald Trump ao poder no ano de 2017. O presidente se propôs a colocar em prática durante seus anos de governo medidas severas no tocante à migração. Dentre elas, estão a construção de um muro fronteiro, aumento do número de centros de detenção de imigrantes, uma ampla revisão da imigração ilegal, o cancelamento do programa criado no governo Obama DACA¹⁷ e o aumento de deportações (CNN, 2018).

Outra pesquisa importante sobre a percepção da população francesa em relação ao imigrante vem da Anistia Internacional (2016), que escolheu divulgar seu relatório anual sobre direitos humanos de 2017 na França, e não na Inglaterra como era de costume. Para a ONG, os dados recolhidos referentes ao ano de 2016 no país foram preocupantes, uma vez que a França não conseguiu respeitar os direitos fundamentais do homem em relação aos imigrantes e refugiados.

¹⁶ Trata-se de um véu ou cobertura utilizados pelas mulheres islâmicas, para cobrir a cabeça e o pescoço.

¹⁷ Da sigla em inglês *Deferred Action for Childhood Arrivals*. O programa DACA deferia a permanência de crianças imigrantes que entraram no país sem documentação.

Mesmo demonstrando interesse em ajudar, a França não cumpriu com suas responsabilidades no quadro da política europeia, nem tomou medidas para proteger os refugiados e ofertar a assistência necessária no país. O que choca na atitude do país é que este sempre foi reconhecido por priorizar os direitos humanos na política estrangeira francesa, como se pode ver nas falas de importantes atores políticos do país, destacadas abaixo:

‘A defesa dos direitos humanos é parte da identidade do nosso país, a França, e é um princípio de ação da diplomacia francesa. Isso também é para mim um compromisso antigo e pessoal. A França não se colocará do lado daqueles querem colocar as violações dos direitos humanos e o direito humanitário entre parênteses, debaixo do tapete. A escolha não é entre encantamento e silêncio cúmplice: entre os dois, há um espaço para a ação, e o que eu desejo é que a França a ocupe completamente’. Jean-Marc Ayrault, Ministro das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Internacional. ‘A França quer ser exemplar, não para fazer sua lição, mas porque é a história dela, é a sua mensagem. Exemplar por portar as liberdades fundamentais, é a sua luta, e também sua honra’. François Hollande, Presidente da República – debate de abertura da 67.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 25 de setembro de 2012. (LES ECHOS, 2017) (tradução nossa).¹⁸

Os direitos humanos são definidos como direitos inalienáveis de todos os seres humanos, qualquer que seja sua nacionalidade, lugar de residência, sexo, origem étnica ou nacional, cor, religião ou língua. Eles fazem parte, inclusive, dos valores fundamentais defendidos pela República Francesa. Como foi proclamado no preâmbulo da sua Constituição, o não cumprimento destes direitos pelo país reflete uma incoerência entre o discurso e a prática em relação ao tratamento de imigrantes e refugiados.

A França não está sozinha entre os países do Ocidente que se utilizam do argumento de proteção da identidade nacional para justificar a tomada de medidas restritivas com os imigrantes. A preocupação em proteger a identidade nacional em face aos desafios trazidos com a imigração está inscrita em uma história muito mais longa de nacionalismo e posições racistas. As evidências estão em recentes sucessos eleitorais como, por exemplo, no Partido da Liberdade na Áustria, na Liga Norte para Independência na Itália, na Associação Popular na Grécia, nos Democratas na Suécia, e assim por diante.

¹⁸ "La défense des droits de l'Homme fait partie de l'identité de notre pays, la France, et elle est un principe d'action de la diplomatie française. C'est pour moi, aussi, un engagement ancien et personnel. La France ne se mettra pas du côté de ceux qui voudraient mettre les violations des droits de l'Homme et le droit humanitaire entre parenthèses, sous le tapis. Le choix n'est pas entre incantation et silence complice : entre les deux, il y a un espace pour l'action, et ce que je souhaite, c'est que la France l'occupe pleinement." **Jean-Marc Ayrault, ministre des Affaires étrangères et du Développement international**

"La France veut être exemplaire, non pas pour faire la leçon mais parce que c'est son histoire, c'est son message. Exemplaire pour porter les libertés fondamentales, c'est son combat, c'est aussi son honneur". François Hollande, Président de la République - débat d'ouverture de la 67e session de l'Assemblée générale des Nations unies, 25 septembre 2012.

A situação na França está longe de ser única; ao contrário, há uma preocupação global por questões análogas, incluindo países que nunca tiveram colônias ou Impérios e que não contaram recentemente com nenhuma pressão migratória conforme citados. O fenômeno da identidade defensiva pode parecer bastante persuasivo, mas o fato é que cada espaço nacional em particular confronta um conjunto distinto de desafios ligados a suas experiências e trajetórias históricas. No caso francês, não se pode afirmar que exista uma única explicação para a crise atual, mas apreende-se que existe conexão com o passado colonial vivenciado e consequente impacto no presente (BANCEL; BLANCHARD; THOMAS, 2017).

Na paisagem da política doméstica os temas principais da extrema-direita – medo obsessivo da imigração das antigas colônias, a rejeição e recusa de estrangeiros, a focalização no Islamismo, apreensão e preocupação em relação à questão de gênero, e o pavor da ‘substituição’ da população branca através da mistura racial – infiltraram em alguns círculos esquerdistas e assumiram completamente a direita tradicional. (BANCEL; BLANCHARD; THOMAS, 2017, p. 13).

Em linhas gerais, a relação dos países europeus com seus imigrantes parece ter se tornado uma temática cada vez mais complicada, não sendo diferente a situação na França. A tendência tem sido considerar a imigração como um problema de segurança e de identidade. O imigrante é regularmente visto como uma ameaça à integridade física e cultural do país; logo, deve ser objeto de políticas de expulsão e de contenção da entrada.

O passado histórico, conforme dito, tem uma relação poderosa no desenvolvimento da xenofobia na França, porém acredita-se também que o surgimento de um partido em particular, a Frente Nacional, corroborou para que as ideias xenofóbicas se espalhassem ainda com mais vigor pelo território. Isto posto, o capítulo seguinte encarregar-se-á de trazer a história da Frente Nacional e seu programa político em relação ao imigrante durante os anos, além de como a defesa deste discurso colaborou para o aumento da xenofobia no país.

3 O CRESCIMENTO DO PARTIDO *FRENTE NACIONAL* E O FORTALECIMENTO DO DISCURSO XENÓFOBO NA FRANÇA (1982-2017)

O terceiro e último capítulo procurou entender a fortificação da xenofobia no mundo atual, principalmente em países europeus. Apesar de o foco deste capítulo estar centrado na análise de como o Partido Frente Nacional corroborou para o crescimento da xenofobia em território francês, não se negligenciou a análise ainda que breve, de um fenômeno mais amplo e de repercussão mundial.

3.1 O RECRUDESCIMENTO DA XENOFOBIA NO MUNDO

O recrudescimento da xenofobia no mundo, à primeira vista, parece estar bem atrelado ao fenômeno da globalização, uma vez que este promoveu a aproximação de mundos, a homogeneização de culturas, influenciou os sistemas políticos e econômicos. Contudo, para diversos autores o tema parece estar mais associado a um fenômeno que ressurgiu como reação ao mundo globalizado: o nacionalismo. Os primeiros Estados-nação se formaram ao longo da Era Moderna, entre os séculos XVI e XVII, e a partir de então as pessoas começaram a se legitimar como seres pertencentes ou não a um determinado lugar.

O britânico Edward Carr, figura importante dentro da abordagem realista das Relações Internacionais, escreveu, em 1945, o livro *Nationalism and After*, no qual defendia a ideia de que o nacionalismo não duraria muito tempo e que, em um futuro próximo, o mundo teria menos Estados-nações. Por certo, a leitura de Carr estava altamente influenciada pelo cenário histórico da Guerra Fria, que se descortinava com a formação dos blocos capitalista e socialista. No entanto, o que se viu foi justamente o contrário do que o autor defendia em 1945.

Após a fundação da ONU, o número de Estados-membros da organização mais que triplicou, chegando no ano de 2011, com 193 participantes. Para o diplomata Carvalho (2016), a multiplicação dos Estados, muitas vezes, está relacionada com as questões identitárias e nacionalistas, de modo que em oposição ao que foi defendido por Carr, o nacionalismo conseguiu se manter como uma relevante força política no mundo contemporâneo, que, por vezes, serve para reunir as sociedades ou, ao invés disso, provocar consideráveis instabilidades políticas (CARVALHO, 2016).

Segundo o conceito histórico de nacionalismo apresentado pelo historiador inglês Eric Hobsbawn (1990), a palavra nação teve a influência de alguns acontecimentos históricos relevantes de caráter revolucionário, que estabeleceram uma ligação entre o povo e o Estado, originando, assim, o conceito de Estado-nação. Para o autor,

a própria palavra ‘nacionalismo’ apareceu pela primeira vez em fins do século XIX, para descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos. A palavra ‘nacionalismo’, embora originalmente descrevesse apenas uma versão de direita do fenômeno, assim veio a ser utilizada igualmente para todos os movimentos que consideravam a ‘causa nacional’ como de primordial importância política: mais exatamente, para todos os que exigiam o direito à autodeterminação, ou seja, em última análise, o direito de formar um Estado independente, destinado a algum grupo nacionalmente definido. (HOBSBAWN, 1990, p. 119).

Com pensamento similar, Bell (2001) destaca que:

o nacionalismo é um programa político que visa não apenas elogiar, defender ou fortalecer uma nação, mas construir ativamente uma, lançando sua matéria-prima humana de uma maneira fundamentalmente nova. Muito antes da moda atual [de] tratar todos os fenômenos sociais e culturais como construções, os nacionalistas conscientemente viam suas nações desta maneira. O nacionalismo tem algo inescapavelmente paradoxal sobre isso. Faz alegações políticas que tomam a existência da nação totalmente garantida, mas propõe programas que tratam a nação como algo ainda não construído (BELL, 2001, p. 3-5). (tradução nossa).

O nacionalismo tem sua origem ligada à guerra, na qual era dever de cada cidadão defender o território nacional de possíveis ataques ou da dominação estrangeira. No entanto, logo foram incorporados outros elementos ao nacionalismo, como princípios econômicos e culturais. Michael Mann (1986) apresenta uma tipologia quádrupla que possibilita distinguir os quatro tipos de projetos em que o nacionalismo pode se basear: o político, o militar, o econômico e o cultural.

O nacionalismo político se manifestaria como uma tentativa de reunir sob uma unidade política todos os povos e territórios da nação. O nacionalismo militar exige uma preparação dos cidadãos para lutar e quem sabe até morrer para defender a integridade política e territorial do Estado-nação. O nacionalismo econômico busca aumentar a riqueza da nação de modo absoluto em detrimento das demais. Já o nacionalismo cultural idealiza uma cultura única e singular que represente toda a Nação, além de buscar desenvolver internamente um pleno conhecimento e apreciação de todos os cidadãos por ela (LACHMANN, 2011).

Entretanto, o nacionalismo não se resume a uma única ideologia, os projetos nacionalistas podem variar conforme o tempo e entre as políticas, ocupando diferentes posições dentro do sistema capitalista mundial (LACHMANN, 2011). Na atualidade, o nacionalismo tem se mostrado mais relacionado às questões de ordem econômica e cultural, principalmente na França, objeto de estudo. Esta introspecção sobre o nacionalismo deve ser feita a fim de esclarecer qual será o tipo de nacionalismo que este trabalho se referirá quando for mencionado

as tendências nacionalistas da Frente Nacional.

Diferentemente da visão trazida por Hobsbawn (1990), Muñoz (2017) destaca que atualmente o fenômeno do nacionalismo está relacionado com o desenvolvimento das democracias. Assim, o nacionalismo do século XXI diz tentar combater os danos provocados pela globalização, tanto no aspecto econômico como no âmbito das desigualdades surgidas ou recrudescidas a partir deste novo contexto histórico, quanto no aspecto político, que, para a autora, seria uma desconfiança em relação à democracia. Ela ainda ressalta que o ressurgimento do nacionalismo produz diversos legados históricos xenófobos e discriminatórios.

Assim como trazido por Hobsbawn (1990), o nacionalismo, enquanto movimento de aspiração nacional, remonta à formação e consolidação dos Estados Nacionais, mas seu fortalecimento ocorreu ao longo do século XIX. Outro ponto que vale, porém, ressaltar é que este pode ser atribuído tanto aos movimentos de direita, quanto de esquerda. Apesar de trazer informações importantes no seu trabalho, Muñoz (2015) afirma que a leitura contemporânea do nacionalismo seria essencialmente xenófoba, o que se revela como uma simplificação da questão, pois, no caso do Brasil contemporâneo, por exemplo, há nacionalistas de esquerda, como os nacional-desenvolvimentistas e os trabalhistas do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que são nacionalistas, mas que não defendem ideias xenófobas.

Sua agenda se pauta pela defesa de um nacionalismo econômico sem aversão ao capital estrangeiro, mas defendendo a primazia das inversões domésticas na estrutura produtiva nacional e é, ao mesmo tempo, crítica do processo de globalização e do nacionalismo da extrema-direita, este sim, de forte cunho xenófobo. A citação de Carvalho (2016, p. 27), exibida a seguir, ratifica a existência de um nacionalismo dos dois extremos de direita e esquerda:

O termo nacionalismo foi empregado tanto no século XIX quanto no XX, na I e II Guerras Mundiais e nos movimentos de liberação nacional. É utilizado para mobilização patriótica tanto por democracias quanto por ditaduras, tanto por regimes de esquerda quanto de direita. Pode funcionar como elemento de coesão política e instrumento de solidariedade em uma comunidade, mas, também, como fator de diferenciação e exclusão social. (CARVALHO, 2016, p. 27).

O nacionalismo pode tanto emergir no interior de um discurso conservador, belicista e chauvinista, como é o do partido Frente Nacional, quanto pode surgir na enunciação panfletária de um manifesto libertário, vindo direto da esquerda. O conceito de nacionalismo possui, assim, uma grande elasticidade, podendo assumir diferentes nuances dependendo de sua localização no tempo e espaço. Entretanto, cada país terá suas especificidades que possibilitarão a formação de movimentos identitários e nacionais distintos (LÖWY, 1995; COUTO, 2008).

Outro ponto importante que Muñoz (2017) inclui no seu trabalho é que o sucesso ou o fracasso do nacionalismo depende, em ampla medida, dos processos eleitorais. Para ela, as soluções eleitorais nacionalistas cumprem com a formalidade de uma eleição democrática, o que não significa, por sua vez, que cumpram aspectos substantivos, como o respeito aos direitos humanos e a adaptação ao efeito globalizante de um sistema neoliberal. Assim, a razão mais preocupante do nacionalismo é encontrada na transformação da opinião pública em um dispositivo subjetivo de exclusão. Uma vez que o nacionalismo excludente torna as qualidades nacionais superiores em relação ao que acontece com Estados ou Nações.

Dessa forma, o nacionalismo se utiliza de um discurso bastante populista, por vezes falacioso ou supérfluo, de modo a conseguir canalizar a opinião pública. Para Muñoz (2017), esse tipo de discurso nacionalista excludente se propõe a acusar os problemas advindos do modelo neoliberal e provocar na opinião pública um clamor social, que atrai grandes setores da sociedade, principalmente aqueles que são vistos como os ignorados pelo regime. Vale ressaltar, novamente, que essa não é a única forma de nacionalismo presente no século XXI, mas se trata de um tipo que vem predominando em alguns países e é o que interessa no momento.

Por conseguinte, de acordo com Muñoz (2017), esse seria o motivo que determinou o resultado do BREXIT, bem como a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas. O BREXIT revelou a preferência pelo descolamento do Reino Unido da União Europeia, remontando a tradição isolacionista inglesa, ao tempo em que exibiu uma exímia rejeição ao modelo europeu de integração, especialmente em como o bloco lidava com os movimentos migratórios. A separação britânica da União Europeia se deu por meio de um mecanismo legal e legítimo de participação cidadã, que foi o referendo, momento no qual os nacionalistas aproveitaram para expressar sua “eurofobia¹⁹”. Nos Estados Unidos, Donald Trump triunfou por intermédio dos mecanismos formais da democracia, utilizando um forte discurso xenófobo e nacionalista, em que o combate à imigração teve papel de destaque (MUÑOZ, 2017).

Da mesma maneira, Búrca (2018) observa que os dois eventos têm sido colocados como eventos populistas que refletiram uma reação contra a imigração, além de uma preocupação quanto às questões econômicas, traduzidas em uma rejeição ao internacionalismo ou

¹⁹ Vale, contudo, ressaltar que a saída do Reino Unido da União Europeia não se limita a este fator, embora o Jornal *Independent* (2017) tenha trazido que o motivo principal da saída tenha sido a imigração como levantado por pesquisas, o Jornal BBC (2017) traz oito fatores que influenciaram a decisão. Além da imigração têm-se, dentre eles: uma promessa de aumento de recursos investidos na saúde; a impopularidade do ministro britânico David Cameron; a fraca mobilização do Partido dos trabalhadores, que eram a favor da permanência na UE; a popularidade de alguns políticos que eram a favor da saída da EU como Boris Johnson; o apoio do eleitorado mais velho pela saída; e o relacionamento difícil que o Reino Unido sempre teve com a União Europeia.

transnacionalismo e um retorno ao olhar introspectivo do nacionalismo, bem como reflexo do crescimento de um sentimento antiliberal e autoritário. No entanto, para ele, deve-se lembrar que o fenômeno do BREXIT não pode ser explicado, exclusivamente, pela nova onda de extrema direita que se espalha pelo mundo, embora não se possa negar algum nível de influência. Mesmo assim, é importante atentar para o fato de que o processo de insatisfação britânico com a UE já perdurava há décadas.

Somado a isso, Barbosa (2015) acrescenta que o nacionalismo chauvinista constitui um componente importante dentro da ideologia de direita, que utiliza, por diversas vezes, a violência para excluir grupos opostos. Sua visão é xenófoba e elitista, assim como seu projeto de Estado se fundamenta em visões organicistas de ordenamento social. Dessa forma, o nacionalismo de direita se identifica com a sustentação da sociedade de classes, já que veem a luta de classes como uma doença do corpo social condicionada pelo individualismo liberal e fomentada pelo socialismo.

O crescimento da xenofobia é verificado no crescimento no número de partidos políticos de extrema-direita, que, sob os auspícios do nacionalismo, dizem defender a sua nação e dar aos seus a preferência nacional, que se reflete amiúde em atitudes discriminatórias e de ódio ao estrangeiro. Vale salientar que, embora o trabalho proposto tenha como objeto de estudo o partido francês Frente Nacional, ele não se descarta da observação e análise, ainda que de maneira resumida, de outros movimentos xenófobos existentes no mundo, que encontram guarida em partidos políticos da extrema-direita e que aqui serão tratados de modo sucinto.

O fenômeno não encontra precedentes desde os anos 1930. Em muitos países, a direita xenófoba já havia obtido entre 10% e 20% dos votos durante a última década; em 2014, em três países (Reino Unido, Dinamarca, França) alcançaram de 25% a 30%. Além disso, sua influência é maior do que o seu próprio eleitorado: suas ideias contaminam também a direita 'clássica' e até parte da esquerda social neoliberal. O caso francês é o mais sério deles, com o avanço da Frente Nacional excedendo até mesmo as previsões mais pessimistas. Como escreveu em um editorial recente o site Mediapart, 'são cinco minutos para meia-noite'. (LÖWY, 2015, p. 653).

Ainda de acordo com Löwy (2015), a extrema-direita europeia abrange uma gama bastante diversificada de partidos, que se unem pelo fato de terem uma mesma abordagem chauvinista:

A atual extrema-direita europeia é muito diversa, uma variedade que vai de partidos abertamente neonazistas, como o Aurora Dourada na Grécia, a forças burguesas perfeitamente bem integradas ao jogo político institucional, como o suíço UDC. O que eles têm em comum é o seu nacionalismo chauvinista — e, portanto, oposição à globalização 'cosmopolita' e a qualquer forma de unidade europeia —, xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), islamofobia

e anticomunismo. Além disso, em sua maioria, se não em sua totalidade, são favoráveis a medidas autoritárias contra a ‘insegurança’ (usualmente associada a imigrantes) por meio do aumento da repressão policial, penas de prisão e pela reintrodução da pena de morte. A orientação reacionária nacionalista, na maioria das vezes, é ‘complementada’ com uma retórica ‘social’, em apoio às pessoas simples e à classe trabalhadora (branca) nacional. Em outras questões — por exemplo, neoliberalismo, democracia parlamentar, antissemitismo, homofobia, misoginia ou secularismo — esses movimentos são mais divididos. (LÖWY, 2015, p. 653-654).

O governo austríaco firmou em 2017 um pacto com os representantes da extrema-direita no país. O atual presidente Alexander Van Der Bellen, do Partido Verde de direita, firmou acordos com os líderes conservadores Sebastian Kurz do Partido Popular Austríaco (ÖVP) e do Heinz-Christian Strache do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ). Desse modo, a Áustria se tornou o único país da Europa Ocidental a ter ultranacionalistas no governo. Tudo isso se deu pelo entendimento de que os dois grupos buscavam os mesmos objetivos, uma vez que ambos apresentam um discurso de aversão à imigração no país.

A FPÖ baseia seu discurso político, assim como a Frente Nacional francesa, na aversão aos estrangeiros e ao Islamismo. Entre as bandeiras defendidas pelo partido estão a de impedir estrangeiros de receber benefícios sociais e levar a Áustria para o Visegrád²⁰, que inclui países em atrito com União Europeia em razão da política migratória (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Ainda na Europa, outros grupos de extrema-direita alimentam um discurso xenófobo e propagam suas ideias utilizando os mais variados recursos tecnológicos. Na Rússia, por exemplo, uma figura influente e próxima do Kremlin, Konstantin Malofeev tem patrocinado portais em quatro idiomas: inglês, francês, espanhol e árabe, nos quais se divulgam teses da extrema-direita de articulistas russos e espanhóis. Dois dentre estes sites são: o katehon.com e o geopolitica.ru (EL PAÍS, 2018).

O site Katehon é utilizado principalmente para a divulgação de textos de militantes da extrema-direita de diversos lugares do mundo, além de ser o ambiente de divulgação de encontros de orientação ultradireitista. O portal Katehon teve mais de 570 mil visitas em outubro de 2017, vindas principalmente da Rússia, dos Estados Unidos e da Espanha. Já o portal geopolitica.ru atingiu pouco mais de 415 mil visitas no mesmo mês. Outro objetivo desses portais é promover fóruns para reunir representantes de partidos de extrema-direita de toda a Europa, a fim de que, unidos, consigam atacar aqueles que são considerados seus grandes inimigos: a imigração, o liberalismo, o ateísmo, o aborto e a homossexualidade (EL PAÍS,

²⁰ O grupo Visegrád é uma aliança entre quatro países da Europa Central, dentre eles: República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Polônia, para fins de cooperação.

2018).

Na Hungria, a extrema-direita também mostrou ter força levantando sua bandeira contra o liberalismo e apoiando movimentos racistas. Vários militantes húngaros se reuniram em Budapeste, em 2017, para lançar um movimento político abertamente racista com a expectativa de concorrerem nas eleições parlamentares de 2018. Este movimento foi denominado Força e Determinação que, de modo radical, se opõe ao liberalismo e à imigração. Balazs Laszlo, um dos líderes, disse que a Europa mostrou uma tolerância mal concebida diante do perigo de suas minorias existentes e do influxo de milhões de pessoas, em referência aos refugiados.

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban, afirmou: “Declaramos guerra ao liberalismo. Eles são o nosso principal inimigo e faremos tudo para destruir seus ideais em nosso público... Essas pessoas perdem a nacionalidade, a consciência racial e logo sua identidade sexual. Essas pessoas devem ser forçadas a sair do nosso espaço vital” (REUTERS, 2017).

O caso da Hungria é alarmante, porque, além da realização de referendo sobre a recepção aos refugiados, destaca-se o projeto de uma nova Constituição autoritária. O país tem sido terreno para movimentos de extrema-direita os quais utilizam o ódio contra as minorias e o antissemitismo como instrumentos de propaganda e ação.

O Brasil também se tornou um caso emblemático. Afinal, outrora figurava como um país de tradição no acolhimento de estrangeiros, mas que ultimamente vem experimentando um crescimento nos atos de xenofobia. O país recebeu nos últimos anos uma quantidade de estrangeiros considerável, vindos, principalmente, de países que sofrem com grandes catástrofes naturais, como o Haiti, e de guerras, como a Síria.

Diversos episódios de xenofobia foram observados contra estes imigrantes como, por exemplo, o caso do refugiado sírio, Mohamed Ali, que foi duramente hostilizado e verbalmente agredido enquanto trabalhava na praia de Copacabana no Rio de Janeiro. Um homem exaltado o ameaçou com pedaços de madeira, ao tempo em que proferia um discurso xenóforo, afirmando que o refugiado sírio era terrorista, matador de crianças e que, por isso, deveria deixar o país.

Entre 2014 e 2015, os casos de ódio aos estrangeiros no Brasil aumentaram 633%, saltando de 45 para 333 registros e noticiados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (CARTA CAPITAL, 2017). É possível perceber que, embora a xenofobia seja considerada um crime no Brasil, segundo a lei 9.459/97, atos como estes tem se verificado em diversos cantos do país, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, justamente as que têm recebido maior

quantidade de imigrantes. De acordo com os dados de 2015, as principais vítimas são haitianas (26,8%), depois pessoas de origem árabe ou de religião muçulmana (15,45%) (CARTA CAPITAL, 2017).

Farah (2017) salienta que os imigrantes escolhem o Brasil como destino de residência por acreditarem veemente na facilidade de adaptação:

Muitos haitianos e africanos vêm ao Brasil na esperança de viver em um ambiente sem ou com pouco racismo, ao adotar como residência um país majoritariamente negro, mas o cotidiano lhes revela espaços segregados, políticas segregativas e racismo estrutural, acompanhados de xenofobia. Com efeito, a repulsa ao estrangeiro, a xenofobia, revela o traço comum a discriminações que incluem, de acordo com o grupo, racismo (no caso de africanos e haitianos) e intolerância religiosa (especialmente no caso de muçulmanos e adeptos de religiões de matriz africana). (FARAH, 2017, p. 13-14).

A presença estrangeira no país aumentou assustadoramente entre 2010 e 2015, quando as solicitações de refúgio cresceram cerca de 2868% e passaram de 966 em 2010 para 28.670 em 2015. Embora, o Brasil não seja considerado um país de imigrantes, visto que hoje menos de 1% da população brasileira é estrangeira, ainda assim, discursos xenófobos podem ser visualizados com certa frequência (FARAH, 2017).

Outro aspecto que reforça e evidencia o crescimento da xenofobia no Brasil é o desempenho do pré-candidato à presidência do Brasil nas eleições de 2018, o deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Social-Liberal (PSL). Bolsonaro defende ideias bastante conservadoras em relação a temas polêmicos como a homossexualidade e a pena de morte, bem como se mostra favorável à implantação de barreiras migratórias no país a fim de controlar a entrada de imigrantes.

O deputado profere, frequentemente, falas xenófobas como a defesa da construção de campos de refugiados para os venezuelanos que emigram em massa para o Brasil, fugindo do quadro de instabilidade econômica na Venezuela (ESTADÃO, 2018), ou quando chamou os refugiados sírios de “escória do mundo” (EXAME, 2015)²¹.

Tal discurso tem atraído, como ocorre em outras partes do mundo, um número importante de eleitores, como indicam as últimas pesquisas de intenções de voto para a presidência da república. Segundo o Datafolha (2018), a depender do rol de candidatos à presidência, o deputado Jair Bolsonaro oscila entre 15% e 17% das intenções de votos,

²¹ Para acessar as reportagens: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-quer-campo-de-refugiados-em-roraima,70002226010>. Acesso em: 09 jun. 2018; e <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

alcançando o primeiro lugar, quando o nome do ex-presidente Lula não aparece entre as opções de voto para os eleitores. Esse cenário interno converge com o fenômeno observado em diversos países, de recrudescimento de um discurso conservador e xenófobo, sintonizado com os partidos políticos da extrema-direita.

A despeito de algumas semelhanças, vale ressaltar que o despertar desta direita populista e extremista no Brasil possui particularidades que a distingue dos casos verificados na Europa e nos Estados Unidos. Não se verifica no caso brasileiro, por exemplo, a construção de uma narrativa responsabilizando os movimentos migratórios pela crise econômica que se atravessa ou em relação às questões de segurança nacional. A extrema-direita brasileira tem se amparado em um discurso contra a corrupção e o crescimento da violência. No entanto, o discurso xenófobo, como verificado nas falas do pré-candidato do PSL, e o seu acolhimento por uma parcela significativa do eleitorado nacional, aproximam o caso brasileiro do fenômeno internacional.

No Reino Unido, o caso mais emblemático é a vitória do BREXIT, apoiado pelo Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP), que ditou a saída da região da União Europeia. O partido inglês UKIP também se mostra bastante radical em relação à presença de estrangeiros e imigrantes no país, o tema se encontrava entre os pontos principais trazidos na campanha de 2017. O UKIP, em seu manifesto de eleição, comprometeu-se a introduzir um sistema de imigração do tipo "um entra e um sai" e a proibir o uso da burca em lugares públicos. Outro intento do partido seria a proibição da prática da lei da Sharia²² no Reino Unido e colocar uma moratória sobre as novas escolas de fé islâmica (TELEGRAPH, 2017).

Dentre as propostas apresentadas pelo partido com respeito à imigração no país, estão a redução da imigração para zero em um período de cinco anos; colocar uma moratória sobre imigração não qualificada e pouco qualificada por cinco anos após o Reino Unido deixar a União Europeia (UE); não conceder anistia para imigrantes ilegais; introduzir um teste de "atitudes sociais" como parte de um sistema de imigração baseado em pontos que possam impedir pessoas que acreditam que mulheres ou gays são "cidadãos de segunda classe", entrarem no país (TELEGRAPH, 2017).

²² O termo *Sharia*, em árabe, significa "o caminho", e remete ao trajeto no qual os muçulmanos devem conduzir suas vidas. Uma vez que o Alcorão não deixou regras jurídicas a serem seguidas pela sociedade, a Sharia foi criada a luz da leitura do livro sagrado islâmico. São conceitos e práticas religiosas que influenciam toda a vida social e política das sociedades islâmicas. Ela limita desde as situações mais simples, contendo regras sobre vestimenta, alimentação e rituais, bem como os aspectos dominantes da vida, envolvendo o tratamento a mulheres, estrangeiros, adeptos de outras religiões, regras sobre política, economia, etc. As leis da Sharia são organizadas em livros jurídicos escritos por juristas islâmicos famosos dos séculos VIII e IX: Málíki, Hambali, Hanafi e Shafi. Contudo, existem divergências nas interpretações e, conseqüentemente, nas ações por parte dos distintos grupos islâmicos.

Pode-se concluir que o panorama político europeu se modificou impulsionado principalmente pelos efeitos da crise econômica. Contudo, constata-se que esta mudança não tem se limitado apenas a Europa, outros países desenvolvidos mostram uma insatisfação com os rumos da política, como os Estados Unidos.

Muitas vezes, o fracasso social e econômico da globalização e do neoliberalismo são os responsáveis pelo recrudescimento da extrema-direita como tem ocorrido em diversas nações europeias e no mundo. De modo que, nesse novo cenário, o surgimento de partidos populistas e o fortalecimento das forças de extrema-direita são fenômenos que não podem ser negligenciados.

A globalização neoliberal impôs o pensamento de que era praticamente impossível se opor à globalização econômica, de modo que cada país tinha que se abrir para o mercado mundial, fazendo as adequações que lhe fossem necessárias. Nessas circunstâncias, o que ocorre principalmente na Europa hoje, é apenas uma projeção da recusa de continuar sob os auspícios da globalização e de seus efeitos. Portanto, a ocorrência do BREXIT foi apenas uma projeção internacional da rejeição da globalização promovida pelas suas vítimas, ao tempo em que nos EUA, se mostraram fatores essenciais para a eleição do americano Donald Trump (SADER, 2016).

Os anos após a crise econômica mundial de 2008 registraram um aumento da polarização política na Europa e em algumas outras partes do mundo. Com isso, os extremos políticos ganharam lugar na opinião popular. A extrema-direita passou a utilizar situações de mal-estar social geradas pelo colapso econômico para fortalecer seu apoio e suas propostas.

Além disso, a extrema-esquerda surge também como uma alternativa para conter as crises sociais. O que impressiona é a crescente inclinação para a extrema-direita de países sem um longo histórico com tal – sendo eles Espanha, França, Itália, Alemanha, Grécia, Áustria, dentre outros (SCHURSTER; BORBA, 2015). Para os professores da Universidade de São Paulo, Oliveira e Onuki (2017), momentos de crise são propícios para o aumento de discursos extremistas:

A política forma, historicamente, um movimento pendular. Ora o pêndulo está no campo da esquerda, ora no da direita. Este não é, contudo, um movimento harmônico e simétrico. A velocidade para um dos lados do espectro político, o quão extrema é a oscilação e as causas que a impulsionam variam de tempo em tempo e de país a país. O movimento pendular atual é para a direita em muitas partes do mundo, a começar por Europa, EUA e Brasil. Compreender as similaridades e diferenças da emergência do populismo de direita nesses três lugares ajuda a entender seus possíveis alcances e impactos. O elemento comum da emergência do populismo de direita nesses três cenários é a crise econômica e financeira, instaurada com mais intensidade a partir de 2008. Não há melhor combustível do que crise econômica para ampliar o discurso nacional-populista contra os impactos negativos da

globalização e da abertura econômica. Esquerda e direita tecem, contudo, narrativas distintas sobre de quem é a culpa do mal-estar e, como consequência, quem precisa ser combatido. Há diferenças no formato e no alcance do populismo de direita na Europa e nos EUA, de um lado, e no Brasil, de outro. Em proporções diferentes, os partidos políticos de direita apontam a migração como bode expiatório das principais mazelas econômicas e de segurança em seus países. Neste movimento, a islamofobia nada mais é do que uma especificação de um sentimento mais amplo de xenofobia que encontra mais ressonância em tempos de crise. (OLIVEIRA; ONUKI, 2017).

Na visão do sociólogo Michael Löwy (2015), o sucesso crescente da extrema-direita na atualidade pode ser explicado pelo processo de globalização capitalista neoliberal, que produz e reproduz em escala europeia e planetária os pânicos de identidade, a obsessiva procura por fonte e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais.

Para o autor, a crise de 2008 favoreceu em vários países a extrema-direita, muito mais do que a esquerda radical, incluindo a França. Löwy (2015), porém, ratifica que não cabe a ela o poder de explicar por si só toda a conjuntura, assim que para o autor fatores históricos têm, sem dúvida, um papel importante no levantar da extrema-direita. O histórico antissemita ou uma cultura colonial impregnou por vezes certos comportamentos que explanam o que ocorre hoje na França por exemplo.

Outro fator mencionado por Löwy (2015) seria a conjuntura internacional de insegurança como elemento favorecedor desse cenário. Os ataques terroristas na Europa são ocasionalmente usados como argumentação pela direita racista para justificar a perseguição contra os cidadãos muçulmanos.

No seu trabalho, Monzat (2011) destaca a correlação existente entre os fenômenos que tem se levantado na Europa. A primeira característica compartilhada por estes grupos xenófobos, está no fato de partilharem uma análise centrada na evolução do mundo como tomando um caminho nefasto. Para estes partidos está em progresso uma regressão da evolução nos campos econômicos, culturais e moral. A FN compartilha desta visão, na qual a França se encontraria em um constante declínio e que apenas o milagre político oferecido pelo partido poderia salvá-la (MONZAT, 2011).

Em segundo lugar, todos esses movimentos se mostram contra a globalização, vendo esta como uma ameaça civilizacional às Nações, a sua independência, cultura e, inclusive, a sua existência. Na Frente Nacional, essa crítica é traduzida em uma constante censura à União Europeia. Em terceiro lugar, tais partidos de extrema-direita se incarnam como os grandes sábios da vontade política do povo e se mostram críticos ferrenhos às elites dominantes. Em

quarto lugar, todos estes movimentos se voltam contra a imigração, minoria nacionais e religiosas (MONZAT, 2011).

A quinta característica é concernente a apresentação de proposições políticas e sociais que deem preferência aos nacionais. A Frente Nacional criou seu programa político para as eleições de 2017 totalmente baseada na preferência nacional. O último aspecto está relacionado aos discursos na sua capacidade comum de capturar e exacerbar os pânicos de identidade. Estes partidos tem o poder de espalhar o medo e a apreensão nas sociedades que fazem parte (MONZAT, 2011). Ainda que pertencentes a países com realidades distintas, certas similaridades podem ser encontradas nos grupos de extrema-direita europeus, revelando uma tendência própria da era em que se vive.

A implantação ideológica desses tipos de movimentos encontrou terreno propício em alguns países da União Europeia, em grupos que se opunham às políticas de imigração do bloco, ainda mais em um contexto de desemprego massivo e de grave conflito social. Desse modo, se tornou fácil a disseminação da xenofobia, do nacionalismo, que se apoiam na responsabilização do imigrante por todo e qualquer problema.

Importa dizer que o avanço da direita não se baseia apenas em temas de campanha comum, como contra a globalização, ou contra a chegada de refugiados ou ainda a "islamização" da sociedade, mas sim em um nacionalismo chauvinista, visto que a preocupação agora se firma na concessão de direitos e serviços apenas aos cidadãos nacionais, como o próprio partido da Frente Nacional defende. Assim, nos próximos tópicos, evidencia-se o objeto central do trabalho, isto é, o partido Frente Nacional, sua história e a relação entre sua ascensão e o recrudescimento da xenofobia na França.

3.2 A HISTÓRIA DO PARTIDO FRENTE NACIONAL

A história do partido Frente Nacional cumpre um papel fundamental por revelar como ele surgiu e como gradualmente conseguiu melhorar seu desempenho nas eleições francesas e por isso este subtópico é dedicado a ela. Serão também tratadas as questões centrais que permeiam o programa do partido desde seu início, que o motivaram e que ainda o move ao longo destes anos. Soma-se a isso a vinculação entre suas ideias e o contexto histórico vivenciado pela França, tanto nos momentos de pouca adesão às suas pautas, quanto nos períodos em que experimentou algum crescimento. Até, por fim, chegar à época coeva, com a apresentação e análise das últimas propostas do partido na eleição de 2017, na qual sua candidata, Marine Le Pen, obteve um resultado fantástico em comparação com a trajetória

eleitoral da Frente Nacional. Cumpre ressaltar também a necessária atenção especial ao tema que deixou o partido bastante conhecido por suas opiniões polêmicas: a imigração. Temática fulcral para a compreensão do objetivo desta dissertação.

3.2.1 Sistema eleitoral francês

Antes de melhor conhecer a trajetória do partido Frente Nacional na França, mostra-se de grande relevância entender como funciona o sistema eleitoral francês, visto que este se difere em muitos sentidos do processo eleitoral brasileiro. Além disso, entendê-lo serve para conhecer o percurso eleitoral conquistado pelo partido ao longo dos anos. Para isso será, então, apresentada em poucas linhas a divisão administrativa do país e quais são e como ocorrem as eleições em tal Nação.

A França é dividida, preliminarmente, em 101 departamentos. O departamento é uma divisão territorial e administrativa da República Francesa. Uma região pode então incluir diversos departamentos, que por sua vez incluem vários municípios. Cada departamento possui uma cidade principal que é denominada de capital. A França incorporou territórios que outrora foram colônias e que hoje são denominados territórios além-mar, dividindo, portanto, a França em continental e ultramarina. Seus departamentos metropolitanos recebem códigos que vão de 01 (Ain) a 95 (Val d'Oise). Já para os 5 departamentos ultramarinos (DOM), estes códigos vão de 971 (Guadalupe) a 976 (Mayotte) (GOUVERNEMENT, 2017).

Na França, há três esferas administrativas: as comunas, os departamentos e as regiões. E são sete os tipos de eleições no país: eleições municipais, eleições departamentais, eleições regionais, eleições legislativas, eleições do senado (que não são eleitas por voto direto, mas por um colégio eleitoral formado por deputados e eleitos locais), eleições europeias e, por fim, as presidenciais. As atribuições administrativas das comunas são exercidas pelos Conselhos Municipais, as dos departamentos pelos Conselhos Gerais e as das regiões pelos Conselhos Regionais (SERVICE PUBLIQUE, 2018).

É importante salientar que anteriormente as eleições departamentais eram denominadas de *eleições cantonais* até ocorrer uma mudança por meio da lei de 17 de maio de 2013. O cantão era uma subdivisão administrativa que passou por reformulações, a nova lei impôs um redesenho dos cantões de acordo com critérios demográficos e seu número foi reduzido para a metade. Cada um dos novos cantões elege, na eleição binominal, dois representantes eleitos, necessariamente de sexos diferentes. Na maioria dos casos, os cantões incluem vários municípios e nem sempre respeitam os limites comunais: eles podem estar espalhados por

vários municípios ou ser incluídos estritamente em uma comuna. As primeiras eleições dos conselhos distritais, chamadas "eleições departamentais", anteriormente "eleições cantonais", tiveram lugar em março de 2015 (INSEE, 2016).

Diferentemente do Brasil, a França é um Estado unitário e não federal, com administração descentralizada. A França adota o sistema semipresidencialista de governo, no qual possui uma interdependência entre o Presidente e o poder Legislativo e entre o Primeiro-Ministro e o Poder Legislativo. O primeiro-ministro é escolhido pelo próprio presidente e os demais ministros do governo, porém, a escolha deve ser também aprovada pelos parlamentares. O primeiro-ministro é responsável por executar e coordenar ações do governo, mas, na prática, é o presidente que estabelece as diretrizes (BANDEIRA, 2015).

As eleições presidenciais no país são divididas em dois turnos e só podem concorrer ao cargo pessoas de nacionalidade francesa, maiores de idade e que não tenham problemas com a justiça. Além do mais, os presidencializáveis não precisam ser filiados a nenhum partido político, podem se candidatar de modo avulso. Outro fato curioso é a obrigatoriedade de angariar pelo menos 500 assinaturas de políticos eleitos para participar das eleições, o que torna o processo de candidatura mais seletivo. O mandato de um presidente francês dura cinco anos, podendo buscar a reeleição no término deste. O processo eleitoral ainda é manual, sendo feito a caneta e papel, e o voto não é obrigatório como no Brasil (BANDEIRA, 2015).

As eleições parlamentares sempre ocorrem no ano das presidenciais, apenas em datas distintas. O parlamento da quinta república francesa é bicameral. A câmara principal do Parlamento é a Assembleia Nacional, em que os deputados são eleitos por sufrágio universal direto, contando com 577 deputados. A Assembleia Nacional tem muito poder. Por isso, para conseguir governar eficazmente o presidente necessita do apoio da maioria da Assembleia. A outra câmara do Parlamento é o Senado. Os senadores são escolhidos pelos presidentes das Câmaras Municipais e outros representantes eleitos localmente. Portanto, o sufrágio é indireto. Todos são eleitos por um período de seis anos e, atualmente, existem 321 senadores (BANDEIRA, 2015).

A breve explanação sobre o processo eleitoral francês cumpre um papel importante para ajudar a entender a seguir a trajetória do partido Frente Nacional, como este agregou resultados favoráveis e recolheu conquistas à medida que apresentava seus candidatos nas eleições e, por fim, entender o desempenho bastante significativo nas eleições presidenciais de 2017.

3.2.2 Análise histórica do partido Frente Nacional

O partido Frente Nacional surgiu como uma nova aposta da direita francesa em unificar grupos antes minúsculos, no ano de 1972. De modo estratégico, seus fundadores acreditavam na possibilidade de fortificar a direita no país. Pouco antes da formação da Frente Nacional, a França tinha uma extrema direita praticamente inexistente e inativa, se reduzindo a nada mais que grupos diminutos e desunidos que se dividiam nas opiniões sobre certas doutrinas. Em 1969, Alain Robert um jovem líder revolucionário decide construir um novo movimento que buscava reunir sobre si, os grupos de extrema-direita, nomeado de Nova Ordem (ON).

Com apenas 24 anos, Robert tinha autoridade, prestígio e facilidade em lidar com os membros do grupo, atraindo grande número de jovens militantes. O objetivo era criar uma sociedade organizada segundo os princípios nacionalistas, porém o principal motor do movimento era o combate ao comunismo. A violência era, por conseguinte, uma constante na rotina dos militantes da Nova Ordem, fundamentalmente contra a extrema-esquerda (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

A primeira experiência eleitoral da ON ocorreu em 1970 em uma eleição legislativa parcial, com um resultado ainda que baixo, favorável ao avanço do movimento. Entretanto, o mesmo não aconteceu nas eleições municipais seguintes que angariaram apenas 19.000 eleitores em Paris. Por conseguinte, o objetivo principal da Nova Ordem passa a ser reunir mais membros da extrema-direita e melhorar sua imagem a fim de conseguir rendimento satisfatório na eleição legislativa de 1973.

Vai ser o desejo por *dédiaboliser*²³ a visão do partido na sociedade francesa, que surge a ideia de criar a Frente Nacional (FN). A FN serviria como motor de ação que se anunciaria em nível nacional, transmitindo de modo eficaz as palavras de ordem dos nacionais revolucionários e estabeleceria campanhas por todo o território nacional (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Desse modo, o segundo congresso da Nova Ordem, em junho de 1972, oficializa o lançamento da Frente Nacional. A direção e a animação política do partido deveriam ser asseguradas por elementos nacionalistas. Entretanto, a estratégia da Frente Nacional é dificilmente compreendida por vários militantes da Nova Ordem e o começo foi difícil. Tentando se desvencilhar um pouco da ON, os novos membros da FN queriam um presidente sem ligações com o antigo partido, sendo nesse momento que François Brigneau, um militante, indica seu amigo Jean-Marie Le Pen para assumir o cargo. Sem empecilhos dos demais membros e com uma certa experiência política, Le Pen foi eleito o primeiro presidente do

²³ Palavra francesa que se refere à tentativa muito utilizada por partidos extremistas de melhorar a visão que a população tem sobre o mesmo, através por exemplo da desmitificação de ideias e ações.

partido (GOMBIN, 2016).

Apesar de se mostrar como uma tentativa unificadora, a Frente Nacional vai reunir sob seus auspícios atores políticos com trajetórias políticas e ideológicas bem diferentes. Le Pen é aquele que o percurso político foi o mais institucionalizado, havia sido eleito deputado duas vezes, em 1956 e 1958, e dirigiu a campanha presidencial de Jean-Louis Tixier-Vignancour em 1965. Foi ainda combatente na Indochina e depois na Argélia. Alain Robert, sendo o personagem central da Nova Ordem será nomeado o secretário geral da Frente Nacional. Um antigo conhecido de Le Pen, Roger Holeindre ocupa o cargo de secretário geral adjunto, Pierre Bousqueté o encarregado da tesouraria com seu adjunto Pierre Durand (GOMBIN, 2016).

Não demorou e os desentendimentos começaram a aparecer no seio do partido. Jean-Marie Le Pen – autoritário – irritava o jovem Alain Robert, além de não representar o que os militantes da Nova Ordem esperavam de um presidente.

O resultado fraco nas eleições de 1973 agravou a situação interna do partido, o que fez os membros da Nova Ordem ressentirem a junção com a Frente Nacional e lutarem por uma separação. Em uma tentativa de conversa com Le Pen, Robert propõe uma renegociação do processo de fusão, ainda que com diversas condições, sendo uma delas o controle da propaganda e da mídia do Frente Nacional. Todavia, já era tarde para negociações, Le Pen rejeitou a proposta de Robert e firmava sua posição como único chefe do partido (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Destarte, um ano após o surgimento da Frente, Le Pen estava liderando uma organização sendo que nem mesmo havia sido o idealizador. Alain Robert chegou ainda a contestar o uso do nome *Frente Nacional*, mas por decisão jurídica Le Pen passou a ter o controle do partido e da maneira como seria denominado. Cerca de 80% dos militantes decidiram acompanhar Alain Robert após a divisão definitiva entre as duas organizações (GOMBIN, 2016).

Le Pen ficou marcado como figura política do partido apesar de não ter sido seu idealizador. De temperamento forte e com grande poder locutor, Le Pen ganhou simpatia entre os demais líderes para assumir o cargo de presidente desde a fundação do partido, no qual permaneceu por várias décadas. Durante muito tempo, utilizou o partido como um patrimônio pessoal, agindo com certa desconfiança paranoica sobre todos que porventura demonstrassem interesse em concorrer à presidência. Apesar da relevância desse personagem, vários foram os autores que contribuíram para a sua criação, estando Le Pen por fora do seu pontapé (GALLEGO, 2017; WIEVIORKA, 2013).

A separação em 1973, possibilitou a autonomia da FN e a elaboração de uma doutrina própria. O programa político vai se apoiar principalmente em temas conservadores, que

evocavam essencialmente ao tripé “trabalho, família e pátria”. A Frente Nacional reivindicava ser uma direita “social, popular e nacional” (GOMBIN, 2016). O primeiro programa foi intitulado “Defender os franceses”, e, simultaneamente, assumia uma linha reacionária e anticomunista. Ele exaltava, por exemplo, um reforço do poder parlamentar, a defesa dos agricultores, uma política natalista²⁴ e o fim de ensino de meios subversivos do marxismo na educação (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

A aparição da Frente Nacional na paisagem política francesa na década de 1970 não se constitui apenas uma peripécia da vida política, na qual um partido surge e desaparece em pouco tempo; o partido conseguiu se firmar, diferentemente de muitos outros que surgiram na época. Para Gombin (2016), a Frente Nacional é causa e consequência de uma profunda restauração do campo político francês, consecutiva a emergência de uma nova divisão da globalização e de um novo espaço.

Como se pode vislumbrar, os anos iniciais foram de grande dificuldade e conflito dentro do partido. A situação se agravou ainda mais em razão de dificuldades financeiras e do descrédito do partido na sociedade francesa. A falta de dinheiro dificultava a continuidade do projeto político e principalmente uma dedicação exclusiva por parte de seus líderes, que se viam, muitas vezes, obrigados a conciliar o cargo no partido com outras carreiras profissionais a fim de prover o sustento familiar (GOMBIN, 2016).

A morte do presidente francês Georges Pompidou, em 2 de abril de 1974, deu esperança aos membros da FN de poder concorrer às eleições, e assim se fazer conhecido e ganhar mais adeptos. Naquele período, a fim de validar sua candidatura o candidato necessitava apenas de 100 assinaturas de políticos eleitos e não 500 como hoje em dia. Apesar desta diferença, o feito não era fácil, ainda mais para um partido tão pequeno quanto a Frente Nacional. Aproximadamente, 6.000 mil pedidos de assinaturas foram enviados pela FN, de maneira que Le Pen consegue ajuntar as firmas e se encaixar como um dos onze candidatos à presidência.

Contudo, a falta de recursos e a baixa propaganda não permitiram um resultado tão expressivo, o que apenas ressaltou o pequeno papel que a extrema-direita representada pela Frente Nacional tinha na população francesa naquele momento. Le Pen somente conseguiu arrecadar cerca de 200.000 votos, ou seja, 0,75% dos votos totais. Apesar disso, a aparição pública em canais televisivos, teve um efeito benéfico tornando o partido mais familiar a sociedade francesa (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

O tema *imigração* se mostrava longe de estar sob os holofotes do programa político do

²⁴ Políticas voltadas ao incentivo da natalidade no país, por exemplo, a diminuição dos impostos para famílias numerosas ou abonos familiares.

partido, na sua primeira eleição, Le Pen defendeu um programa voltado para a saúde pública. A ideia de dar prioridade de emprego aos nacionais já era difundida pela FN, mas a conexão entre o aumento de imigrantes e o desemprego ainda não havia sido formulado pelo candidato e presidente da Frente Nacional (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Por meio do trecho abaixo extraído do livro *Histoire du Front National*, escrito por Albertini e Doucet (2014), pode-se chegar à conclusão que a preocupação maior do partido durante seu início jamais foi a imigração:

‘A Frente Nacional tinha como principal objetivo lutar contra o comunismo, cuja ameaça externa, a da URSS, então temia a invasão militar da Europa’, disse Le Pen quarenta anos depois, dizendo que a imigração ainda não ‘adotou o caráter torrencial que terá, após a reunificação familiar de Chirac e Gisard em 1976’. (ALBERTINI; DOUCET, 2014, p. 39-40) (tradução nossa).²⁵

Segundo os autores, apenas mais tarde, quando a necessidade de mão de obra cessa, e quando os governantes lançam uma campanha de reagrupamento familiar, o tema obteve maior audiência, e o partido Frente Nacional passou a incorporar, de fato, a temática fortemente nos seus discursos.

No ano de 1976, uma nova figura política foi inserida no partido, isto é, o político e professor de História, François Duprat. Ele foi nomeado secretário geral e encarregado de chefiar a comissão eleitoral que redigiria a propaganda a ser enviada para a imprensa. Foi sob o impulso de Duprat que o partido passou a fazer da imigração seu grande carro-chefe eleitoral nas eleições legislativas de 1978, utilizando o discurso de que um milhão de desempregados, significavam um milhão de imigrantes a mais no país.

De fato, entre 1974 a 1976, o número de desempregados aumentara drasticamente na França, indo de 200.000 a 1 milhão. A jogada política tinha o objetivo de atrair os franceses que, porventura, estivessem insatisfeitos com o alto desemprego no país, fazendo da presença do imigrante um sinônimo de insatisfação (ALBERTINI; DOUCET, 2014). A apropriação do tema passou a ser característica fundamental da FN desde então. Em todos os programas a partir de 1978, a imigração teve um destaque importante.

Apesar de chefiar o partido, Le Pen não tinha condições financeiras de alavancar sua

²⁵ Texto original : « *Le Front National se donnait comme objectif principal de lutter contre le communisme dont la menace extérieure, celle de l'URSS, faisait alors craindre l'invasion militaire de l'Europe* », expliquera Le Pen quarante ans plus tard, estimant que l'immigration n'avait alors « pas encore pris le caractère torrentiel qu'elle prendra après le regroupement familial de Chirac et Gisard en 1976 ». (ALBERTINI; DOUCET, 2014, p. 39-40).

carreira política. Foi apenas no verão de 1976, que um evento mudou totalmente esta realidade. Jean-Marie Le Pen se tornou o herdeiro de um milionário chamado Hubert Lambert que, embora fosse empresário, sempre esteve apaixonado pela política. Le Pen o conhecia desde 1958 quando lutaram juntos na guerra da Argélia e, logo que o partido foi criado em 1972, Lambert fez questão de participar. Lambert era, porém, um homem bastante fragilizado, tanto fisicamente, quanto psicologicamente. Era exímio consumidor de bebidas alcólicas e fumante, e viveu sua vida ao lado da sua mãe. Quando esta veio a falecer, no ano de 1976, Lambert debilitou-se de tal forma que morreu um mês depois.

Muitos questionaram Le Pen por se aproveitar da fragilidade e inocência do amigo, mas o fato é que a família de Le Pen herdou cerca de 30 milhões de francos. Tal fato permitiu ao chefe da Frente Nacional mudar sua vida pessoal e prover meios de se consagrar ainda mais dentro do partido. Apesar de a situação financeira da FN continuar difícil, após alguns anos do ocorrido, a vantagem em relação aos outros pequenos partidos – que, muitas vezes, contavam apenas com militantes estudantes sem condição de financiar nada – era considerável (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Em busca de sair do anonimato, a Frente Nacional reuniu forças para concorrer às eleições presidenciais de 1981. No entanto, o partido não conseguiu recolher as 500 assinaturas necessárias para concorrer, ficando impedido de participar naquele ano. Já nas eleições legislativas seguintes, o resultado foi catastrófico, conseguiu apenas um número ínfimo de 0,2% dos votos totais. Os maus resultados preocupavam, já que, após quase dez anos desde sua fundação, o partido Frente Nacional não conseguia ganhar espaço dentro da política francesa. (GALLEGO, 2017).

O vencedor da eleição presidencial de 1981 foi o esquerdista François Mitterrand, embora de oposição; o cenário que se criou pareceu favorável à Frente Nacional. Assim que a esquerda chegou ao poder, foram realizadas várias reformas no plano econômico, social e político, como a nacionalização de empresas, nova regulamentação da jornada de trabalho e da idade de aposentadoria, bem como medidas liberais no aspecto cultural como, a abolição do tribunal de segurança do Estado e o retorno sobre várias disposições da lei de segurança e liberdade. De acordo com Gombin (2016, p. 48), “estas medidas antiliberais economicamente e liberais culturalmente suscitaram uma espécie de reação inversa em parte da opinião pública francesa, que conduziu a uma forma de inclinação a direita desta, no senso mais liberal economicamente e mais antiliberal culturalmente” (tradução nossa). Então, as propostas do partido Frente Nacional ganharam maior interesse popular.

Outro fator cooperador para o crescimento do partido no período foi proveniente da

carta que Le Pen enviou ao presidente François Mitterrand pedindo permissão para que o partido aparecesse na mídia, ainda era controlada pelo governo. O presidente Mitterrand concedeu o pedido e Le Pen apareceu nos próximos meses diversas vezes na televisão, dando maior popularidade e divulgação para a FN. Para muitos, a força dada pelo presidente se tornou essencial no sentido de entender o sucesso do resultado das eleições seguintes (GOMBIN, 2016).

A situação do partido mudou para melhor nas eleições cantonais de março de 1982, quando alcançou uma marca de 10% de votos em vários cantões e, principalmente, porque venceu as eleições na pequena cidade de Dreux, com 9,59% dos votos para Marie-France em Dreux-Leste, e 12,62% para Jean-Pierre Stirbois em Dreux-Oeste.

O resultado foi surpreendente e espetacular para o partido, marcando o começo de uma nova história. Dreux assim como outras comunas periféricas e populares, precedia o resto do país em relação ao desemprego em massa, produzido pelo choque do petróleo entre 1978-1981, além de contar com uma grande população de imigrantes.

Nas eleições municipais, Le Pen alcança a marca de 11,26%, uma bela performance que prolonga aquela das eleições cantonais e tornou a figura de Jean-Marie Le Pen indispensável para a extrema-direita francesa (ALBERTINI; DOUCET, 2014). Como se pode perceber, o primeiro resultado favorável do partido aconteceu em uma cidade que apresentava um quadro econômico instável e um grande contingente de imigrantes, em outras palavras, em uma sociedade que estava propensa ao discurso xenófobo já levantado pela Frente Nacional.

A partir de 1983-1984, a Frente Nacional deixa sua posição minúscula para aos poucos ingressar na vida política francesa. A década de 80 foi, então, a primeira marcada por um sucesso conquistado pela Frente. O evento em Dreux atraiu para o partido a atenção da mídia, fator extremamente importante para o crescimento de um partido político. Le Pen foi convidado a participar em programas de diversos canais televisivos e a Frente Nacional passou da obscuridade para grandes aparições públicas. Faltava apenas conquistar uma grande performance no âmbito das eleições nacionais, o que fez o partido se mostrar bem-disposto a melhorar seus resultados na eleição presidencial de 1984.

Segundo Pierre Martin, houve uma reestruturação política entre 1981 a 1984, na qual a Frente Nacional foi, sem dúvida, a mais beneficiada, o que refletiu nos resultados eleitorais. Os níveis evoluíram significativamente, especialmente por causa do declínio a longo prazo da prática religiosa católica, um importante substrato para o voto de direita; alinhamentos antigos se enfraqueceram (notadamente aquele da esquerda dos operários); novas questões emergiram e se tornaram estruturantes, estando dentre elas em particular a imigração e a insegurança

(GOMBIN, 2016).

Em 17 de junho de 1984, a Frente Nacional recolheu 10,95% dos votos e obteve 10 eleitos nas eleições europeias. Tal resultado tinha maior importância que aquele de Dreux, uma vez que se tratava de um resultado nacional. Outro fato importante deste resultado eleitoral foi a proximidade de concorrência com relação aos partidos mais tradicionais, como o partido comunista que obteve neste mesmo período 11,2% dos votos. Ambos os partidos começaram a disputar entre si os votos da classe operária, de 1984 a 1988, os votos operários para a Frente Nacional subiram de 8% para 19% (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Em 1987, um novo acontecimento irá marcar a história do partido, dessa vez para pior. Jean-Marie Le Pen foi convidado a participar de uma entrevista em um programa televisivo cujo tema seria a Segunda Guerra Mundial. Em perguntas travessas, o apresentador tirou de Le Pen o que ele realmente pensava: a Segunda Guerra Mundial fora apenas um ponto de detalhe na história do mundo, que não havia comprovação de fato sobre o número de mortos, ou do uso das câmaras de gás em judeus.

Essa declaração foi muito malvista pela sociedade francesa como um todo e o próprio Le Pen, em reunião com os seus, afirmou que, nos 30 anos de partido, esta foi a coisa mais grotesca que já havia dito. O presidente da Frente passou a ser visto como antissemita, racista e com ódio sob o olhar da população francesa. De sorte que o pânico se espalhou no partido às vésperas de uma nova corrida eleitoral. Apesar da confusão causada pelo presidente meses antes, nas eleições de 1988, Le Pen arrecadou 14,38% dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais, a melhor pontuação a nível nacional do partido (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

O resultado favorável conseguido logo após a declaração antissemita parece não ter incomodado o suficiente a opinião pública francesa, de maneira que o partido conseguiu um dos melhores números numa eleição em âmbito nacional. Isso pode ser explicado pelo fato de que a França viveu períodos de ondas antissemitas no século XX, principalmente no final de 1950 e entre 1975-1980.

O antissemitismo repercutiu no país principalmente após a ocupação alemã (1940-44) com a França de Vichy liderada pelo Marechal Philippe Pétain. No ano de 1942, em uma noite em Paris, cerca de 13.000 judeus foram presos, e outros enviados a campos nazistas alemães. Até o final do século XX, as agressões antissemitas foram regularmente atribuídas ao crescimento da extrema-direita no país (EDMISTON, DUMÉNIL, 2009).

Em 1989, no segundo turno das eleições municipais, o partido FN ultrapassou 20% do total de votos em Toulon, Perpignan, Dreux e Sevrans, ademais de conquistar sua primeira prefeitura em Saint Gilles. Três meses mais tarde nas eleições europeias, a Frente Nacional

recolheu 11,7% dos votos e conservou dez assentos no parlamento de Estrasburgo (ALBERTINI; DOUCET, 2014). Levando-se em consideração tais resultados, pode-se afirmar que, aos poucos, o partido Frente Nacional saiu da marginalidade para conquistar um terreno fértil dentro da sociedade francesa.

O período que segue marca uma fase de triunfo para a Frente Nacional. Tornava-se cada vez mais claro que o partido tinha conseguido conquistar uma “clientela” fidedigna a seus princípios e ideias. Em 23 de abril de 1995, Jean-Marie Le Pen obtém a melhor pontuação do partido em uma eleição presidencial com 15% de votos no primeiro turno. O subsequente sucesso nas municipais de 1995 e nas regionais de 1998 prolonga a boa dinâmica do partido, representando o apogeu da FN (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Entre o período de 1988 a 1995, a Frente Nacional concentrou seus esforços no fortalecimento de suas estruturas e na criação de redes. Para as eleições presidenciais de 1995, Jean-Marie Le Pen continuou investindo em temas como a imigração e a insegurança, defendendo o advento de uma Sexta República com a inscrição da Preferência Nacional (prioridade de ajuda governamental dadas aos nacionais) na Constituição (LE MONDE, 2006).

A imigração foi, sem dúvida, a pauta mais importante dentro do programa do partido em 1995. O objetivo principal do candidato era, caso eleito, cessar toda a imigração à França e repatriar 3 milhões de imigrantes para seus respectivos países de origem, além de defender uma averiguação das condições em que foram ofertadas a nacionalidade francesa a cerca de 2,5 milhões de estrangeiros desde 1974. O ataque ao estrangeiro estava pautado fundamentalmente no argumento de que os imigrantes não apenas aumentavam o desemprego nacional, como também se escoravam nos benefícios governamentais que deveriam ser restritos apenas aos nacionais (LE POINT, 2015).

Paralelamente, Le Pen demonstrou sua insatisfação com os rumos da União Europeia, e defendeu a restauração de fronteiras para o movimento tanto de homens quanto de mercadorias. Na justificativa de proteger o país e sua soberania, Jean-Marie Le Pen acreditava na necessidade de abolição da Comissão Europeia e uma reorganização da Europa sob a forma de uma confederação, associada a uma aliança militar.

Na pauta econômica do programa, Le Pen propôs a eliminação progressiva do imposto de renda em um período de sete anos, a diminuição das despesas públicas, a organização de privatizações e o aumento do *Salair Minimum Interprofessionnel de Croissance*, em outras palavras, o salário mínimo francês, para em torno de 7.000 francos (LE POINT, 2015).

De acordo com o cientista político Pascal Perrineau, o sucesso eleitoral da Frente Nacional estava atrelado neste período a um movimento que ele chamou de “*gaucho-*

lépenisme”. Até 1980, o voto da Frente Nacional era sobretudo um voto exclusivo da direita, Le Pen havia se aproveitado principalmente de eleitores que desertaram a direita tradicional, incluindo a pequena e média burguesia. Entretanto, a partir de 1995, uma nova dinâmica se instala. Agora, o eleitorado da esquerda principalmente popular, estava em duras situações econômicas e sociais, e se sentia inseguro com respeito a preservação da sua cultura e identidade pela presença imigrante. Em vista disso, um grupo que se dizia de esquerda, passou a votar em Le Pen e não via nenhum problema em fazê-lo (ALBERTINI; DOUCET, 2014). Independentemente da visão ideológica, aos poucos, um conjunto considerável da população francesa se alinhava cada vez mais aos ideais apresentados pela Frente Nacional.

Passado a euforia dos resultados positivos das eleições de 1995, o secretário geral da FN, Carl Lang, anunciou sua saída. Neste momento, o partido estava dividido em duas estruturas: a delegação geral, presidida por Bruno Mégret e a secretaria geral chefiada por Carl Lang. Com a demissão de Lang, este equilíbrio se mostrou ameaçado e preocupou o presidente Le Pen. Mégret era carismático e já tinha conseguido ganhar a confiança de muitos membros no interior do partido, sem um novo secretário geral, Mégret ficava a um passo de conquistar a presidência. Um novo episódio exaltou ainda mais os ânimos de Mégret: sua esposa conquista uma prefeitura nas eleições de 1997 (ALBERTINI; DOUCET, 2014). Isso indicava que seu nome era forte o bastante para se tornar futuramente o novo chefe da Frente Nacional.

No entanto, Le Pen não julgava Mégret à altura de o substituir, o que aos poucos provocou uma divisão de interesses no partido. De um lado, ficaram os que apoiavam Le Pen e, do outro, os adeptos de Mégret. As ideias entre os dois homens do partido não se encontravam mais de tal maneira que ambos começaram a utilizar suas entrevistas televisivas como recurso para denegrir a imagem do outro.

Percebendo que Le Pen jamais o apoiaria em uma sucessão, Mégret convoca uma reunião extraordinária a fim de que os demais líderes fossem os responsáveis por julgar quem seria mais qualificado para continuar na chefia. Le Pen, insatisfeito com a ousadia do oponente, o demitiu bem como todos seus aliados, justificando sua atitude repentina como corte de despesas. A divisão prejudica o partido, pois promoveu a perda de muitos militantes e dividiu os votos para a emergente eleição europeia (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Com o desmembramento e a iminente eleição presidencial de 2002, a Frente Nacional pareceu distante de chegar ao segundo turno eleitoral. Somou-se a isso a grande dificuldade em reunir as 500 assinaturas necessárias para a candidatura. Todavia, o inesperado aconteceu e com 16,9% dos votos Le Pen foi ao segundo turno com Jacques Chirac (19,9%). Um evento colaborador para a façanha foi o alto número de abstenções, quase 30% dos eleitores não

compareceram às urnas. Apesar de não ter conseguido vencer no segundo turno, o resultado de cerca de 700.000 votos ou 18% dos votos totais, foi visto como favorável ao partido (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Na campanha presidencial de 2002, o líder da Frente Nacional, Jean-Marie Le Pen, será mais uma vez o candidato lançado pelo partido. Sua campanha teve como título *Pour l'avenir français*²⁶ e defendia a construção de um futuro melhor para a Nação. Le Pen se aproveitou da insatisfação popular com os rumos políticos e se proclamou como a solução para todos os anseios da sociedade. O programa do partido de 2002, foi composto por basicamente dezesseis temas. Foram eles aqui resumidos:

1. A sobrevivência do mundo agrícola e rural – tinha por objetivo a valorização dos trabalhadores do meio rural;
2. O trabalho para os franceses – garantir com que os trabalhos fossem primeiro para os franceses e não estrangeiros;
3. A preferência pela família – aumentar e melhorar a prestação de serviços à família francesa;
4. Inverter o fluxo de imigração – dar prioridade aos franceses, acabando de uma vez com o reagrupamento familiar estrangeiro e expulsando estrangeiros ilegais;
5. Acabar com o fiscalismo – reduzir os impostos como sobre renda gradualmente;
6. A Europa para as Nações – denunciar tratados como o de Schengen e Maastrich;
7. Um novo protecionismo – proteger o comércio nacional;
8. Proteger o meio ambiente – respeitar a natureza de modo geral;
9. Transmitir o conhecimento – facilitar o acesso à escola;
10. Originar mais produtos franceses – orientar e proteger as empresas francesas;
11. A fraternidade francesa – proteger os direitos sociais da população francesa;
12. Proteger a saúde – assegurar uma segurança identitária para toda a França, separada da dos imigrantes;
13. Lei e ordem – proteger as fronteiras e praticar a tolerância zero diante da imigração;
14. Reconstruir o exército – modernizar o exército;
15. Para a grandeza da França – recusar a Nova Ordem Mundial proposta pelos Estados Unidos na ONU;
16. Dar o poder ao povo – realizar referendos para consultar a população.

²⁶ Para o futuro francês.

Os dezesseis temas tinham como objetivo único assegurar uma prioridade ao nacional francês em detrimento dos imigrantes. Assim fica claro que em cada temática a imigração é – ainda que de maneira sutil – abordada.

O programa eleitoral de Jean-Marie Le Pen previa a realização de diversos referendos sobre medidas significativas e radicais como meio de entender os anseios da população. Os principais temas a serem consultados seriam: a saída da União Europeia e, conseqüentemente, da zona do euro; o fim da imigração; a preferência nacional nos campos econômico e social; e a volta da pena de morte. O discurso baseado neste programa foi capaz de convencer 38% dos desempregados, 30% dos trabalhadores e 20% da população rural no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 (RFI, 2002).

A preferência nacional proposta por Jean-Marie Le Pen incluía também discussões sobre imigração. Para ele, a França enfrentava insegurança e desemprego como resultado de uma imigração maciça ao país. Tal situação acarretava um grande fardo para o Estado e revelava, de acordo com o candidato, uma preferência estrangeira ao próprio nacional.

Para Le Pen, a Constituição nunca afirmou que os estrangeiros deveriam ter os direitos dos franceses, e, portanto, não os deveriam ter. E, se ainda não se mostrassem satisfeitos com o tratamento recebido no país, poderiam regressar ao seu local de origem (L'OBS, 2002).

O objetivo claramente definido pelo programa da Frente Nacional era reverter o fluxo de imigração com a expulsão imediata de imigrantes ilegais, com o fim do reagrupamento familiar e a abolição da aquisição automática de nacionalidade francesa e seus benefícios.

A segurança foi outro tema trazido por Le Pen no programa de 2002, que estava em conformidade com o tema da imigração. O objetivo da FN era restaurar a Lei e a Ordem do país, fortalecendo os meios de justiça, protegendo as fronteiras, promovendo a aplicação do princípio de tolerância zero à delinquência e o desmantelamento de gangues nos subúrbios. Segundo a visão frentista²⁷, essas medidas promoveriam uma drástica redução dos gastos do Estado (RFI, 2002).

Após 30 anos sob o comando do partido, se aproximava a necessidade de escolha de um possível sucessor para Le Pen. No entanto, ainda inconformado com a ideia de abandonar o poder, a opção de uma dinastia política foi bem recebida por Jean-Marie Le Pen.

Sua filha mais velha, Marie-Caroline Le Pen, era considerada a mais política das três, mas, no processo de divisão com Bruno Mégret, ela preferiu seguir seu marido Philippe Olivier e ambos abandonaram o partido. A outra filha Yann Le Pen sempre trabalhou no partido, porém

²⁷ Referente ao partido Frente Nacional.

nunca havia demonstrado grande ambição em se promover como candidata. Dessa maneira, a filha mais nova, Marine Le Pen, é a única no começo dos anos 2000 a poder continuar representando o sobrenome Le Pen dentro do partido, caso seu pai desaparecesse da cena política (GOMBIN, 2016).

Apesar dos rumores, Jean-Marie decidiu concorrer a mais uma eleição presidencial no ano de 2007. Contudo, o resultado eleitoral obtido neste ano não se mostrou positivo, uma vez que o partido só conseguiu angariar 10,44% dos votos, cerca de um milhão a menos que a eleição anterior de 2002.

O candidato frentista perdeu votos em todas as categorias de seu eleitorado, o que deixou claro que a figura de Le Pen não era mais tão cobiçada como representante para uma nova eleição. As eleições legislativas do mesmo ano repetiram os resultados catastróficos, cerca de 4,3% no primeiro turno. O pior resultado do movimento em uma eleição nacional depois do começo da década de 1980 (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

O fato de Marine Le Pen aparecer por diversas vezes na televisão substituindo seu pai em entrevistas já levantava fortes indícios de que ela seria a escolhida para sucedê-lo no cargo. Seu sucesso midiático ficou evidente quando conseguiu obter 24,2% dos votos, no ano de 2007, na 13ª circunscrição de Pas-de-Calais, historicamente socialista e popular. Mesmo não ganhando no segundo turno, seu capital político estava em formação, abrindo espaço para uma possível candidatura (GOMBIN, 2016). Ainda que os resultados do partido não fossem tão significativos naquele momento, Marine Le Pen havia conquistado um espaço dentro do eleitorado francês, demonstrando a importância que sua figura política viria a ter no seio do partido.

Apesar das suspeitas que Marine se tornaria a sucessora de Le Pen no partido, Bruno Gollnisch, o atual secretário da Frente Nacional, esperava também por uma possível sucessão, uma vez que o próprio Le Pen já o havia prometido no passado. Após intensa disputa interna, e com o apoio do seu pai, Marine Le Pen alcançou dois terços dos votos dos membros do partido, tornando-se, em 16 de janeiro de 2011, a presidente da Frente Nacional.

A chegada da filha de Le Pen ao poder representava uma nova estratégia política que visava romper com a imagem fascista e xenófoba do partido criada por seu pai. Quarenta anos após a sua criação, o Partido Frente Nacional apostava em um rejuvenescimento almejando o crescimento da legenda por meio de uma mulher jovem como sua principal liderança (GOMBIN, 2016).

O início do mandato de Marine como presidente já começou com sérios problemas a serem resolvidos. Após as eleições presidenciais fracassadas de 2007, o partido passava por

uma situação de crise profunda, traduzida no êxodo de militantes, na diminuição do volume de investimentos e no aumento da dívida interna (ALBERTINI; DOUCET, 2014). Apesar das circunstâncias desfavorecedoras, Marine Le Pen concentrou seus esforços nas eleições presidenciais de 2012. Uma das estratégias utilizadas pela campanha foi elaborar um programa de forte apelo nacionalista combinada a uma rejeição do rótulo de extrema-direita. Seu programa se baseou, sobretudo, nas ameaças trazidas pela globalização, islamização e Comissão Europeia, assentando seu rol de soluções no nacionalismo econômico, na laicidade ofensiva e na saída da zona do euro (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Muito embora não tenha conseguido se eleger, sua pontuação surpreendeu. Na sua primeira disputa eleitoral, Marine logrou bater o recorde de seu pai, alcançando 17,9% dos votos totais. A vitória coube, contudo, ao socialista François Hollande. O retorno aos temas considerados fundamentais para a extrema-direita como a imigração e insegurança proporcionaram o apoio do eleitorado tradicional da Frente Nacional, pois, ainda que com suspeitas, perceberam que poderiam confiar em Marine para a manutenção de suas ideias dentro do partido (ALBERTINI; DOUCET, 2014).

Mais uma vez no ano de 2016, Marine Le Pen deixa a presidência da FN para concorrer às eleições presidenciais de 2017. Logo após enfrentar dez candidatos, a filha do conservador Le Pen consegue chegar ao segundo turno eleitoral, com aproximadamente 34% dos votos totais, atingindo um marco histórico para o partido. O grande vencedor foi o ex-membro do Partido Socialista e ex-ministro da Economia e Indústria, Emmanuel Macron, que concorrera pelo partido *En Marche!*, considerado de centro-direita. Ainda que derrotado, o desempenho do Partido Frente Nacional se mostrou positivo, pois em apenas sua segunda disputa presidencial Marine Le Pen conseguiu chegar ao segundo turno, revelando, com isso, que conquistara o apoio e a confiança de uma parcela importante da sociedade francesa.

O projeto político da candidata Marine Le Pen para as eleições presidenciais de 2017 fora dividido em 144 *engagements*²⁸. O objetivo principal seria de devolver a “liberdade” à França e a sua “voz” ao povo francês. De acordo com perspectiva frentista de um lado estariam os candidatos, defensores da globalização e da continuação da política migratória coeva; e do outro, estaria Le Pen, que se propunha a defender a pátria, a identidade francesa e a unidade nacional. Seu projeto reforça o viés do discurso, nacionalista e populista, este último, exemplificado pelo fato de que Marine se colocava como porta-voz do povo francês. O projeto defendia inclusive a concepção de que imigrantes ou estrangeiros não exercem papel algum

²⁸ Compromissos em Língua Portuguesa.

importante no país, o que serviria de justificativa para sua expatriação. Dentre os temas principais abordados pelo programa político da FN, merecem destaque estes:

1. Devolver para a França sua soberania nacional, o que inclui reavaliar a presença do país na União Europeia;
2. Dar o poder ao povo e estabelecer uma democracia de proximidade;
3. Tornar de novo a França no país da liberdade;
4. Restabelecer a ordem republicana e o Estado de direito em todos os lugares e para todos;
5. Apresentar uma resposta penal mais rápida;
6. Proteger as fronteiras e acabar com a imigração descontrolada;
7. Erradicar o terrorismo e destruir as redes fundamentalistas islâmicas;
8. Estabelecer um novo modelo patriota a favor do emprego;
9. Apoiar as empresas privilegiando a economia real;
10. Garantir a proteção social;
11. Agir a fim de melhorar o poder de compra;
12. Proteger 100% a saúde dos franceses;
13. Tornar a fiscalização mais justa;
14. Defender a unidade da França e sua identidade nacional;
15. Tornar a França um país respeitável;
16. Fazer da França um país maior no mundo;
17. Fazer a França uma potência agrícola, a serviço de uma alimentação saudável;
18. Alcançar a excelência na energia;
19. Assegurar a igualdade sobre todo o território e reforçar o acesso à habitação.

Como pôde ser visto, o partido continuou com um programa repleto de ideais comuns à extrema-direita, tal como: a preferência nacional, a luta drástica contra todas as formas de imigração e o apoio a mudanças radicais no que se diz respeito a questões internacionais. Para o cientista político Gilles Ivaldi (2017), existe uma continuidade de temas entre os programas de pai e filha.

Ambos são contra a imigração, defendem a preferência nacional e a saída da França da União Europeia. Em Marine, há apenas uma formulação mais suavizada, com uma nova embalagem e abordagem, permanecendo o mesmo o núcleo das ideias (LES ECHOS, 2017). É imprescindível destacar que a preferência nacional não é apenas defendida pela extrema-direita, podendo ser assumida também pela esquerda. Outrossim, o nacionalismo da extrema-direita está principalmente ligado à aversão ao estrangeiro de forma acrítica, cultuando um patriotismo

que é fruto de uma leitura emotiva do passado nacional, desprovido de espírito crítico.

O tema da imigração aparece de maneira recorrente no programa da Frente Nacional, tanto durante a liderança de Jean-Marie Le Pen, quanto sob a presidência de sua filha. Inclusive sob a conotação de que é ela a grande causadora de boa parte dos problemas que afligem o país.

No programa político de 2017, o repúdio a imigração está presente ainda que sutilmente em temas gerais. Por exemplo, quando Marine Le Pen propôs defender os direitos da mulher, utilizou o espaço para ressaltar a necessidade de se combater a presença do islamismo no país (religião de grande parte da população estrangeira), que, segundo ela, faz recuar as liberdades fundamentais da mulher.

A proposta de saída da França do espaço Schengen²⁹ serve como outra amostra, já que, na sua concepção, tal feito seria positivo, pois tornaria mais difícil uma possível regularização ou naturalização de estrangeiros irregulares. Muitas outras medidas trazidas remontam ao tema imigração como o desejo de reduzir a entrada de pessoas no país para um saldo de 10.000 pessoas por ano e a suspensão do direito do solo para imigrantes (ENGAGEMENTS PRESIDENTIELS MARINE, 2017).

Diante do supracitado, é possível perceber como o tema da imigração se configura, em associação ao nacionalismo chauvinista, como o elo principal que liga os projetos políticos do partido Frente Nacional e a adesão de novos membros. Os eleitores e adeptos do partido usam como argumento principal para o combate à imigração, a massiva falta de empregos ou o grande dispêndio que estes causam ao Estado, que, por sua vez, deveria ser revertido em benefícios para os nacionais (CARTA CAPITAL, 2017).

A evidente popularidade do tema entre os franceses tem se mostrado efetiva nas campanhas eleitorais, agregando mais eleitores a cada pleito, o que permite inferir que dificilmente o partido se distanciará de tal temática. A despeito dos especialistas afirmarem que a Frente Nacional se utiliza, repetidas vezes, de dados falsos ou irrealistas ao tratar do tema da imigração, uma parte do eleitorado francês não se mostra atenta ou pouco se importa com o fato, optando por defender uma mudança no tratamento dos imigrantes, enxergados como “invasores” da sociedade francesa (LIBERATION, 2017). O próximo tópico se encarregará de analisar mais detidamente o fortalecimento do partido Frente Nacional como elemento reforçador do recrudescimento da xenofobia na França.

²⁹ O Acordo de Schengen entrou em vigor em 1985 e prevê a criação do Espaço Schengen, um conjunto de cerca de 29 países que decidiram abrir suas fronteiras entre si, para o trânsito livre de pessoas. Contudo, não são todos os países da União Europeia que fazem parte desse espaço, por exemplo, o Reino Unido fez parte da EU durante muito tempo sem fazer parte ao mesmo tempo da zona Schengen. E ainda existem países que não fazem parte da UE, como Suíça, mas optaram por aderir ao acordo.

3.3 A XENOFOBIA NA FRANÇA E O FORTALECIMENTO DA FRENTE NACIONAL EM 2017

3.3.1 As eleições presidenciais francesas em 2017

A décima-primeira eleição presidencial da Quinta República Francesa foi realizada em dois turnos, respectivamente, os dias 23 de abril e 7 de maio, do ano de 2017. No primeiro turno, a competição foi entre onze candidatos, sendo duas delas mulheres e nove homens. Foram eles: Nathalie Arthaud (Luta Operária); Marine Le Pen (Frente Nacional); François Asselineau (União Popular Republicana); Jacques Cheminade (Solidariedade e Progresso); Nicolas Dupont-Aignan (Primeiro a França); Benoît Hamon (Partido Socialista); François Fillon (Partido Republicano); Jean Lassalle (Partido Resistimos); Emmanuel Macron (Em Marcha); Jean-Luc Mélechon (França Rebelde); e Philippe Poutou (Novo Partido Anticapitalista) (LE MONDE, 2017).

O texto deste subcapítulo concentrar-se-á na análise dos dois candidatos que chegaram ao segundo turno das eleições presidenciais: o centrista Emmanuel Macron e a extremista de direita, Marine Le Pen. Marine é advogada por formação e filha do famoso político da extrema-direita francesa, Jean-Marie Le Pen. Abriu mão da presidência do partido Frente Nacional no ano de 2016 para concorrer às eleições de 2017, enfrentando sua segunda campanha presidencial. Já o candidato Emmanuel Macron, ex-membro do partido Socialista e ex-Ministro da Economia e Indústria no governo de François Hollande, renunciou ao seu cargo e lançou um novo partido para concorrer à presidência no ano de 2017.

O partido *En Marche!* buscava transmitir a ideia de um partido independente, sem inclinações ideológicas à direita ou esquerda. A perspicácia e ousadia aliada com a ambição marcaram a candidatura de Emmanuel Macron. Sendo julgado muito jovem para o cargo, muitos alegavam ser esta característica um empecilho à sua candidatura, aliado ainda ao fato de possuir pouca experiência política. No entanto, estes fatores não se mostraram como barreira a maior parte dos eleitores, visto que Macron foi eleito o presidente mais jovem da história da França, com apenas 39 anos (BBC, 2017; LE MONDE, 2017).

A eleição foi bastante acirrada, levando a decisão para uma disputa em segundo turno. Emmanuel Macron obteve, aproximadamente, 24% dos votos, no primeiro turno, diferença pequena em relação aos 21,3% conquistados por Marine Le Pen. No segundo turno, o resultado favorável ao candidato centrista foi mais elástico. Emmanuel Macron venceu o pleito com

66,1% dos votos, cerca de 20,7 milhões de eleitores, contra 33,9%, aproximadamente, 10,6 milhões de votos de Marine Le Pen. Desse modo, Emmanuel Macron se tornou o primeiro presidente a ser eleito após 1958, fora dos partidos tradicionais: o Republicano e o Socialista (LE MONDE, 2017).

Apesar da derrota, Marine Le Pen recolheu, aproximadamente, 13% de votos a mais em relação aos números do primeiro turno, o que significa um acréscimo de quase 3 milhões de eleitores entre os dois turnos. É imprescindível lembrar que os números foram muito maiores do que seu pai conquistou quando concorreu nas eleições presidenciais quinze anos antes, momento em que obteve em torno de 700 mil votos. O que parece claro é que a Frente Nacional não esperava para essa eleição a vitória presidencial, mas sim conseguir angariar mais e mais apoiadores de modo a aumentar de maneira consistente seu percentual de votos para eleições futuras.

O partido parece reconhecer suas limitações, por isso comemora o avanço progressivo na votação. Ademais, a grande taxa de abstenção foi considerada um dos motivos responsáveis pela derrota eleitoral da Frente Nacional. O resultado, igualmente, estimula a manutenção das diretrizes principais do partido, como por exemplo a temática da imigração. Florian Philippot, um dos líderes da FN declarou ao responder àqueles que alegaram uma possível mudança de linha: "O FN explode suas pontuações como nunca antes" (LE MONDE, 2017).

De fato, nunca na história do partido, a Frente Nacional recolheu tantos votos: cerca de 10,6 milhões, de acordo com os resultados do Ministério do Interior Francês (2017). Isso está muito acima de seus registros anteriores em uma eleição presidencial. Em 2012, foram 6,4 milhões e, em 2002, Jean-Marie Le Pen conquistara 5,52 milhões de votos, aproximadamente 52% do montante de sufrágios da última eleição. A Frente Nacional também bateu seu recorde de votos em todas as eleições, já que a maior votação antes de 2017 havia sido nas regionais de 2015 quando atingiu 6,8 milhões de votos (LE MONDE, 2017).

O crescimento do número de votos demonstra uma França cada vez mais aberta às pautas defendidas por este partido. Dessa maneira, as eleições de 2017 tiveram um grande significado para a Frente Nacional, representando uma conquista que muda de uma vez por todas a forma como é visto pela mídia, pelos próprios eleitores e pelo resto do mundo. O artigo do professor da Universidade Sciences Po, Luc Rouban (2017), para o Jornal *La Tribune* declara que a esmagadora vitória de Emmanuel Macron não pode, contudo, esconder o fato de que houve um aumento espetacular no montante de votos a favor da Frente Nacional após 2012.

Apesar do anelo de alguns candidatos, tanto da direita quanto da esquerda, em direcionar seus sufragistas contrariamente à Marine Le Pen, quase um terço dos eleitores que votaram em

François Fillon, do Partido Republicano e 13% dos eleitores de Jean-Luc Mélenchon, do partido França Rebelde, de esquerda, optaram pela Frente Nacional no segundo turno. Sua votação ainda contou com a adesão de 21% dos eleitores de Philippe Poutou, do partido Anticapitalista, de esquerda, e 41% do eleitorado de François Asselineau, do partido União Popular Republicana, de direita (LA TRIBUNE, 2017).

Nas eleições legislativas disputadas em junho de 2017, o partido do presidente eleito Emmanuel Macron foi, também, o grande vencedor, ocupando 355 dos 577 assentos que compõem a Assembleia Nacional Francesa, ou seja, 61,5% do total. A Frente Nacional, no entanto, não conseguiu repetir o bom resultado das eleições presidenciais e totalizou pouco mais de 2,9 milhões de votos, o que significou ocupar apenas 8 cadeiras na Assembleia, sendo uma delas ocupada pela própria Marine Le Pen. O tradicional partido conservador Republicano foi o segundo mais votado com cerca de 125 cadeiras, enquanto o partido Socialista, igualmente, tradicional, obteve 49 cadeiras (GLOBO, 2017).

Apesar do resultado túbio após uma campanha presidencial bastante favorável, o partido Frente Nacional cresceu, se comparado ao ano de 2012, quando conseguiu apenas dois assentos. A despeito da melhora no desempenho, a expectativa do partido era de eleger dezenas de deputados, na esperança de ser a principal força de oposição a Emmanuel Macron, repetindo o feito da eleição presidencial. Muitos atribuíram o resultado eleitoral fraco ao alto nível de abstenção de, aproximadamente, 51,29% (LE MONDE, 2017).

Para outros analistas, o baixo desempenho esteve associado à fraca campanha realizada pelo partido. Cansada pela disputa presidencial, Marine não se envolveu de maneira expressiva na campanha para o legislativo, de modo que não conseguiu mobilizar seu grupo, e tensões internas dificultaram ainda mais o foco para a eleição que se seguia. "Vemos que o fracasso pesou para ela na campanha legislativa", observa o pesquisador da Universidade de Nice-Sophia Antipolis, Gilles Ivaldi (FRANCE TV INFO, 2017).

De acordo com um estudo do *Institut d'études opinion et marketing em France et à l'international*³⁰ (IFOP), em 12 de junho, 55% dos eleitores de Marine Le Pen da eleição presidencial não foram às urnas para a legislativa. O pesquisador Emmanuel Rivière argumenta que "passada a eleição presidencial, o eleitorado da FN é mais facilmente desmobilizado do que outro eleitorado por causa de sua composição sociológica: eles são menos qualificados e menos interessados em política. Eles também estão desapontados pela eleição presidencial, Marine Le

³⁰ Instituto de estudos de opinião e marketing na França e no Exterior.

Pen havia conquistado vários eleitores, mas a gestão do pós-derrota foi desmobilizada”. Visão compartilhada por alguns executivos da FN (FRANCE TV INFO, 2017).

Outro ponto a ser levado em consideração é que as eleições legislativas não são tradicionalmente favoráveis ao partido desde o antecessor de Marine, seu pai Jean-Marie Le Pen. "O FN ainda está pior nas eleições legislativas que a eleição presidencial: ele costuma perder entre três e quatro pontos. Em 2012, Marine Le Pen fez 18% na presidencial, enquanto na legislativa, seu partido fez 14%", destaca novamente o especialista Ivaldi (FRANCE TV INFO, 2017).

A Tabela 4 faz uma retrospectiva do desempenho eleitoral do partido Frente Nacional nas eleições legislativas englobando um período de 20 anos.

Tabela 4: Comparação de votos da Frente Nacional num período de 20 anos

ANO	1997	2002	2007	2012	2017
INSCRITOS	39.217.241	40.968.484	43.888.779	46.082.104	47.571.350
VOTOS ADQUIRIDOS	3.785.383	3.139.336	1.218.260	3.532.442	2.954.279
EM % DOS INSCRITOS	9,65%	7,66%	2,78%	7,67%	6,21%

Fonte: POLEMIA (2017).

Nota: Adaptada pela autora (tradução nossa).

A tabela 4 evidencia que, em números absolutos, a Frente Nacional conseguiu manter um montante de votos que se situa um pouco acima de três milhões desde o ano de 1997, com a exceção do ano de 2007, em que o resultado foi, fragorosamente, inferior. O ano de 2017, portanto, esteve ligeiramente abaixo deste patamar. Como analistas destacaram que houve um aumento nas abstenções nesta eleição, é possível inferir que o resultado um pouco menor que a média histórica do partido tenha sido fruto desta particularidade. Isto permite afirmar que, em tese, o partido se manteve dentro da sua média histórica, com um leve declínio, fruto do recrudescimento das abstenções. Este quadro revela que a Frente Nacional possui um conjunto de eleitores fiéis, mas que encontra dificuldades em conseguir novas adesões, que só ocorrem nas disputas presidenciais. Uma explicação hipotética poderia ser o carisma pessoal da Marine Le Pen.

Tanto Marine Le Pen, quanto Emmanuel Macron, souberam explorar a desilusão da população com os partidos tradicionais e apresentaram propostas inovadoras que permitiram diferenciá-los dos demais, e que se refletiu no resultado eleitoral. Apesar das derrotas eleitorais

da FN, tanto para o Executivo, quanto para o Legislativo, pode-se afirmar que o partido saiu desta última eleição fortalecido, pois seu discurso ganhou ainda mais visibilidade, conseguindo ganhar a simpatia de um eleitorado descontente com as opções tradicionais.

O sociólogo francês Michel Wieviorka (2013) traz discussões importantes no seu livro *Le Front National: entre extrémisme, populisme et démocratie*, de como o partido Frente Nacional vem crescendo e qual tem sido o seu principal eleitorado durante este crescimento. Para ele, a FN aparece como uma das únicas experiências políticas que os franceses não tentaram ainda, uma vez que tanto a direita quanto a esquerda transmitem uma imagem de impotência, muitas vezes associada até com a corrupção.

Pode-se acrescentar que o candidato eleito, Emmanuel Macron, soube entender esse descontentamento da população e criou um slogan de não conviência com nenhum dos lados já desacreditados. A crise econômica e social em curso desde 2012 prolonga o quadro de instabilidade política e social, fazendo com que a direita se mostre fragilizada e a esquerda sem muita credibilidade. Assim, a Frente Nacional se posiciona como uma alternativa preferível à abstenção para uma parte do eleitorado, descontente com a esquerda e a direita tradicionais.

Destarte, outro ponto curioso nas últimas performances eleitorais do partido que merece uma atenção particular é o perfil dos eleitores da Frente Nacional. Os principais apoiadores do partido pertencem à classe operária, que se sente marginalizada por parte do governo e vê nas propostas da Frente um meio de alcançar seus anseios. Em tempos de crise, os operários criticam a entrada de imigrantes no país que são, de certo modo, custosos ao Estado, e usufruem daquilo que deveria ser revertido aos nacionais, por exemplo, das vagas de emprego (WIEVIORKA, 2013).

O sociólogo Wieviorka (2013) observa que quanto mais diplomas tem o eleitor, menos ele vota na Frente Nacional. Os votos atraídos pelo partido estão concentrados principalmente nas zonas rurais e periféricas das cidades. De acordo com o autor, a Frente Nacional atrai fundamentalmente os pobres, os perdidos, ou inquietos por mudança, bem como aqueles que são muitas vezes ignorados pelo Estado. Os bairros pobres votam expressivamente na Frente Nacional, o que está intrinsecamente ligado a crise econômica e o processo de desindustrialização. Quando as minas e as usinas se fecham, as famílias operárias se encontram sem emprego, o sentimento é então de abandono, a pobreza se amplia e os partidos tradicionais se dissolvem, abrindo espaço para novas opções como a Frente Nacional.

Seguindo o pensamento de Wieviorka (2013), com a chegada de Marine Le Pen à presidência do partido, uma adaptação do discurso populista permitiu atrair a camada mais pobre da população, com argumentos que prezam por defender os serviços públicos no meio

rural ou que contestam o preço da gasolina etc. No momento de crise, a ideia de que os imigrantes são um fardo para o Estado se propaga também no meio rural, reforçando as adesões à Frente Nacional.

Wieviorka (2013) defende que o partido tem apostado em um viés bastante populista como meio de atrair seus eleitores, utilizando recursos de comunicação baseados, principalmente, em uma abordagem moderna do uso das redes sociais e da internet, ferramentas que permitem atrair o público mais jovem.

Vale evidenciar que os votos de Marine Le Pen em 2017 se concentraram em sua maioria na zona rural, embora tenha obtido um desempenho importante nas áreas periféricas urbanas e nas cidades médias. No geral, as grandes metrópoles votaram expressivamente em Emmanuel Macron ou no candidato Jean-Luc Mélenchon. Em Paris, por exemplo, a candidata Marine conquistou apenas 5% dos votos (LIBÉRATION, 2017).

Nas últimas eleições, os resultados foram similares aos trazidos por Wieviorka (2013), ou seja, quanto menor o nível de educação maior o voto para o partido Frente Nacional. Marine Le Pen obteve 32% dos votos dos operários e 37% dos trabalhadores em geral, enquanto Emmanuel Macron obteve 33% dos votos entre os executivos.

Além disso, a candidata da FN captou a maior parte dos desempregados, cerca de 26%. Como se pode avaliar, o nível de educação continua a ser um fator determinante para o voto no partido, quanto menos qualificado o eleitor, ou seja, nível inferior ao BAC³¹, mais votos foram para Marine Le Pen. Ao passo que a maior parte dos graduados preferiram Macron, 30%, seguido por Fillon, com 24%, e Mélenchon, 20% (LIBÉRATION, 2017).

No ano de 2002, Jean-Marie Le Pen obteve 8% dos votos entre os graduados com nível até BAC + 4, enquanto que, para sua filha, a porcentagem neste segmento da sociedade subiu para 21,5% (LA TRIBUNE, 2017).

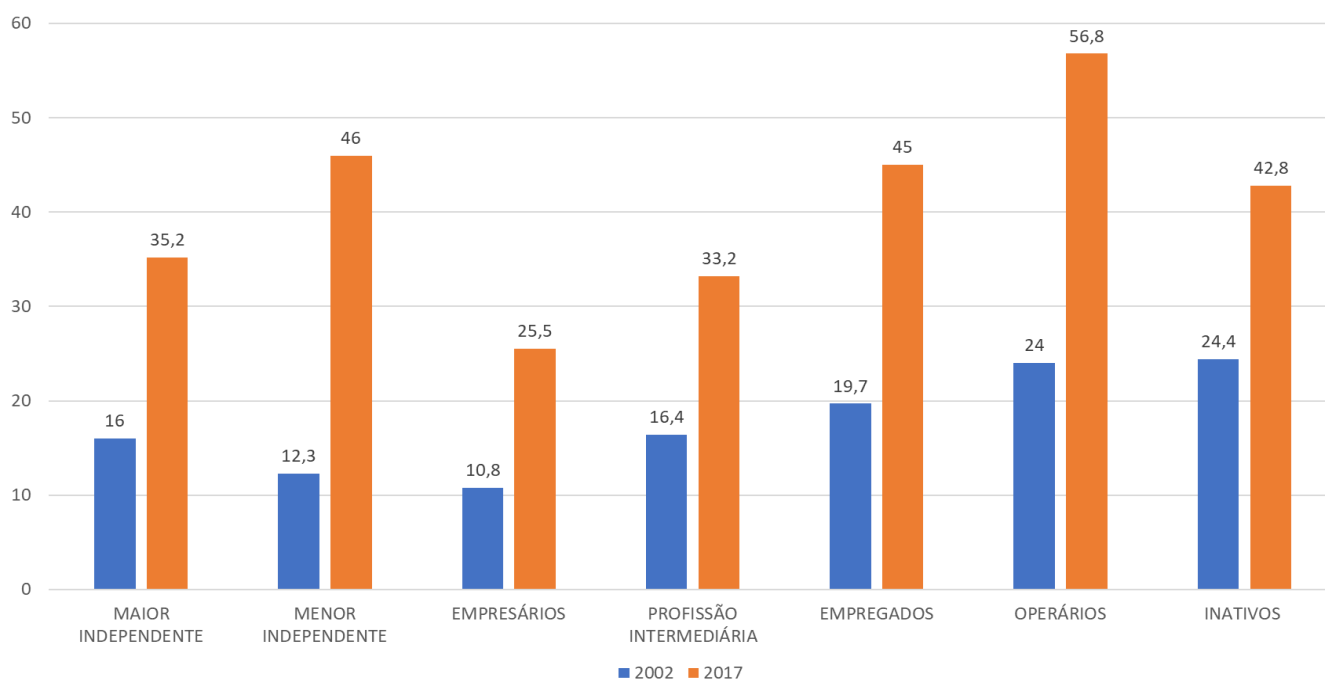
Para Rouban (2017), contudo, o nível eleitoral alcançado por Marine Le Pen, demonstra que sua base eleitoral foi ampliada e não corresponde mais apenas à classe trabalhadora ou aos pequenos comerciantes. O aumento dos votos em favor da candidata da Frente Nacional foi

³¹ *Baccalauréat*, ou comumente conhecido por sua abreviação BAC, foi criado em 1888 e é uma qualificação acadêmica que franceses fazem ao final do ensino secundário, tanto para terminar o mesmo quanto para ingressar à educação superior. São 3 os tipos de *baccalauréat*: o tecnológico, o profissional e o geral, tudo depende da carreira que o estudante vai escolher seguir. O percurso acadêmico na França se divide assim em *license*, *master* e *doctorat*, o BAC +1 ou BAC +2 corresponderia a *license*, ou graduação no Brasil, enquanto que o BAC +4 ou BAC +5 ao mestrado brasileiro, e por último o BAC +8 que corresponderia ao doutorado. Os números que são seguidos pelo nome BAC representam a quantidade de anos para o aluno atingir aquele posto acadêmico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FRANCÊS, 2017).

significativo entre o segundo turno das eleições presidenciais de 2002 quando seu pai foi o candidato e o segundo turno de 2017 (LA TRIBUNE, 2017).

O autor acredita que os dados devem ser analisados por categoria sócio-profissional, comparando os dois períodos, ou seja, 2002 e 2017, conforme está apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3: Votos do partido Frente Nacional no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 e 2017 expressos em %



Fonte: CEVIPOF³² (2017)

Nota: adaptado pela autora (tradução nossa).

Mediante a análise do painel eleitoral realizado pela CEVIPOF e extraído do Jornal *La Tribune*, pode-se verificar que os níveis iniciais não são os mesmos desde que Jean-Marie Le Pen obteve cerca de 11% dos votos emitidos para executivos contra 24% para com os trabalhadores. Ao passo que Marine dobra sua pontuação entre trabalhadores na última eleição, triplica entre os executivos e quadruplica entre os pequenos trabalhadores independentes (pequenos e médios agricultores, artesãos, pequenos agricultores, comerciantes). Marine ainda consegue duplicar o seu desempenho entre os grandes trabalhadores independentes (chefes de

³² Sigla que significa, em português, Centro de Pesquisas Políticas da Universidade Sciences Po.

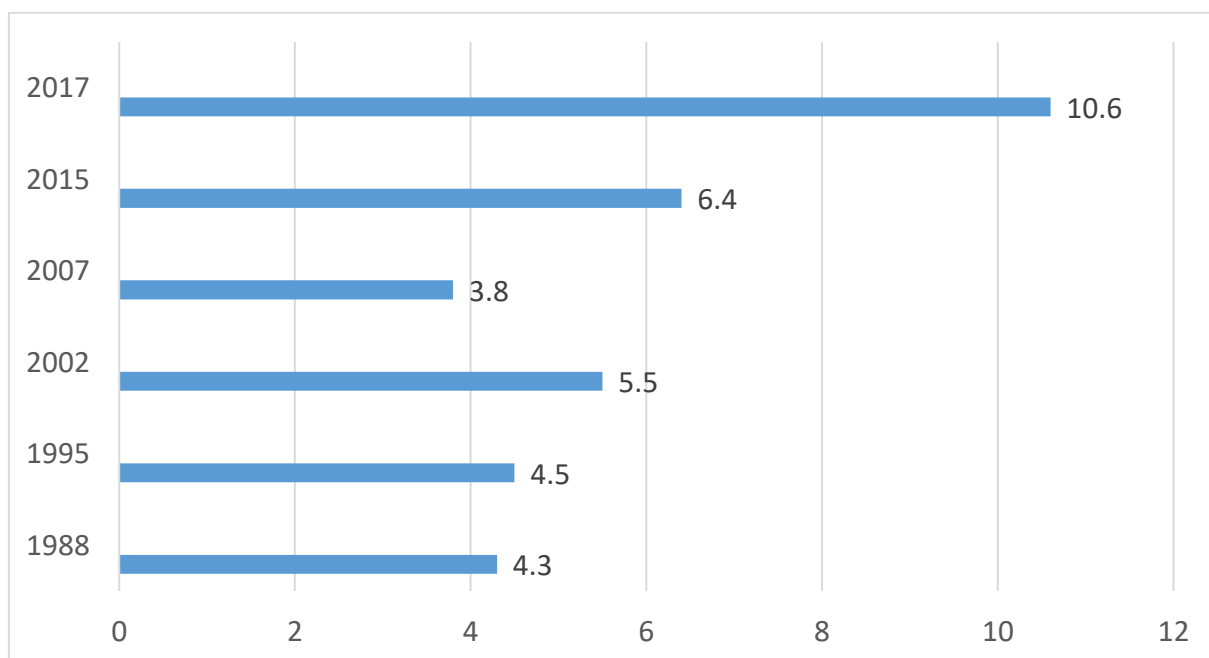
empresas com 10 ou mais funcionários, profissões liberais, agricultores em grandes fazendas) (LA TRIBUNE, 2017).

A comparação entre as eleições de 2017 e 2002 revela certa homogeneização dos votos conquistados pela FN na análise por faixa etária. A dificuldade em atingir o público idoso com mais de 65 anos persiste, ao passo que ganhou um terreno considerável entre os mais jovens. Em 2002, apenas 9,3% dos jovens de 18 a 24 anos escolheram o candidato da FN, em 2017, esse número cresceu para 39%.

Dessa maneira, os números se alteraram em relação aos jovens de 25 a 34 anos que, em 2002, foi de 18,6%, e 41% em 2017. Já para os adultos entre 25 a 49 anos a porcentagem cresceu de 23,4% em 2002 para 43,2% em 2017, ao passo que para os de 50 a 65 anos de idade subiu de 23,5% em 2002 para 42% em 2017. Ainda que considerado muito pequeno por muitos, os votos da população idosa acima de 65 anos avançaram de 9,4% em 2012 para 34,7% em 2017 (LA TRIBUNE, 2017).

Os números divulgados pelo governo francês (2017) corroboram a análise de que a Frente Nacional vem melhorando o seu desempenho eleitoral (gráfico 4).

Gráfico 4: Número de votos do partido Frente Nacional nas eleições presidenciais entre 1988-2017 expresso em milhões



Fonte: Governo Francês (2017).

Nota: Adaptado pela autora.

Houve aumento do eleitorado do partido FN ao longo do tempo, medido em números absolutos. Ainda que o resultado das eleições legislativas não tenha refletido o desempenho da campanha presidencial, isto se deu, como já mencionado, por dificuldades internas do partido atreladas a uma fraca propaganda eleitoral e uma enorme abstenção dos eleitores da Frente Nacional.

É importante reforçar, portanto, que o resultado da FN nas eleições de 2017 foram fundamentais para o crescimento da legenda, sobretudo pela ida ao segundo turno das eleições presidenciais e pelo resultado sem paralelos em sua história num momento em que outras nações vivenciam situações semelhantes.

3.3.2 O crescimento da xenofobia na França e a ascensão da Frente Nacional

O crescimento do partido Frente Nacional pode ser interpretado como um reflexo do recrudescimento da xenofobia na França, uma vez que o partido, historicamente, defende um discurso de aversão aos estrangeiros e imigrantes. Conforme já mencionado ao longo do trabalho, contextos históricos relacionados aos períodos de crises econômicas, sociais ou políticas tendem a agravar o quadro interno, produzindo instabilidade social e econômica.

Diante desse cenário, em países de forte tradição migratória, como a França, discursos que responsabilizam o estrangeiro e o imigrante pela agudização do panorama doméstico ganham espaço e encontram eco em segmentos da sociedade. A época hodierna tem experimentado um avanço dos partidos que convergem a esse discurso xenófobo. A ascensão da FN parece estar em sintonia com esse movimento e traduz o sentimento anti-imigrante e estrangeiro de uma parcela cada vez maior da população francesa.

O trabalho de Camus e François (2011) apresenta fortes sinais de uma ligação entre a xenofobia e seus atos violentos, com o crescimento da extrema-direita representada pela Frente Nacional na França. De dezembro de 1973 a agosto de 1983, cerca de 15 atos violentos foram dirigidos contra um alvo específico: os imigrantes argelinos na França. Os atos tiveram cinco vítimas fatais e nunca tiveram sua natureza elucidada. A possibilidade de uma conexão entre o nascimento da FN em 1972 e o surto de violência antiárabe deve ser avaliada de acordo com os autores com base em dois fatos.

O primeiro estaria relacionado a iniciativa de François Duprat, antigo membro da Nova Ordem e componente da FN, em lançar um encontro, em 21 de junho de 1973, sob o tema *Pare a imigração selvagem*. O segundo fato teria a ver com o lema da campanha da FN para as eleições municipais de 1977, que teve a iniciativa de Duprat e usava o slogan *Um milhão de*

desempregados, é um milhão de imigrantes a mais! A França e os franceses primeiro!. O clima de violência racista piorou ainda mais quando, além dos incentivos de partidos como a Frente Nacional, o governo francês adotou a partir de 1974, uma política restritiva em relação à entrada de imigrantes (CAMUS; FRANÇOIS, 2011).

De certo modo, para Camus e François (2011), a FN serve como canalizadora dos impulsos da violência e simbolicamente os transforma em ativismo e voto. Sua inscrição no ano de 1991 gerou um pico de violência e ameaças racistas e atos antissemitas (cerca de 92 ações e 318 ameaças). As evidências apontam que todos estes atos foram cometidos por apoiadores do partido e/ou skinheads da extrema-direita (CAMUS; FRANÇOIS, 2011).

Analisar os anos 2000 é relevante porque, paralelamente, registram um aumento na violência contra imigrantes e uma evolução da extrema-direita na França (FN). Segundo o relatório da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNCDH), das 220 ações cometidas e contabilizadas em 2009, 25 foram de autoria de membros da extrema-direita. Se a violência da extrema-direita é marginal, a persistência da violência de defensores deste grupo político é uma realidade. A CNCDH ressalta ainda que, de um total de 806 ameaças ou atos de intimidação em relação ao racismo e xenofobia, 156 apresentaram uma referência ao radical de extrema-direita ou à ideologia neonazista no ano de 2009 (CAMUS; FRANÇOIS, 2011).

Quando assumiu a liderança do partido em 2011, Marine Le Pen buscou adotar uma política de “*dédiabolisation*” do partido, com o intuito de retirar a má impressão que por vezes seu pai deixara. Louis Aliot, vice-presidente da FN e deputado europeu afirmou sem escrúpulos: “O único ponto da *dédiabolisation* é o antissemitismo, é o único teto de vidro que eu vi, não era a imigração ou islamismo ... Outros são piores que nós sobre esses assuntos, é o antissemitismo que impede que as pessoas votem em nós, só existe isso... A partir do momento em que você explode essa fechadura ideológica, você libera o resto [...]” (IGUNET, 2013, p. 420 apud MAYER, 2015, p. 1). Dessa maneira, o membro do partido deixou muito claro que o objetivo da FN era de apenas reduzir a visão antissemita do partido e não excluir do seu programa político temas envolvendo a xenofobia ou islamofobia.

Desde o seu surgimento, a Frente Nacional tem servido para incitar um discurso xenofóbico, violento e racista na França. Seu falatório de defesa e preferência nacional está constantemente vinculado a um desprezo pelo outro, pela sua cultura, língua, costume, raça, etc., em prol de preservar o que é nacional e rejeitar o diferente e estranho.

Para Mayer (2015), os simpatizantes da FN demonstram uma intensa intolerância ao outro, estrangeiro, desigual, podendo ser esta verificada na pesquisa elaborada pela Comissão Nacional do Direito dos Homens em 2014. Entrevistados foram divididos em quatro grupos

classificados por nível de crescimento do etnocentrismo. Os resultados mostraram que 87% dos apoiadores da FN são considerados muito etnocêntricos, em contrapartida a apenas 48% dos eleitores dos demais partidos de direita; 33% dos membros ou apoiadores dos partidos de centro e 18% entre os eleitores da esquerda (MAYER, 2015).

Por intermédio de tais dados, pode-se empreender que os membros do partido da extrema-direita são, em sua maioria, indivíduos que consideram a França como uma nação superior e que, em um passado não tão distante, isso foi usado como justificativa para dominação de territórios.

Segunda característica dos simpatizantes da FN, de acordo com Mayer (2015), é a repulsa declarada aos muçulmanos. Ainda que outros grupos, como os judeus, sofram também repúdio por parte dos eleitores da FN, os números apontam um exagero quando se trata dos islâmicos.

Questões realizadas em questionários da Comissão Nacional do Direito dos Homens (2014) permitem identificar a imagem que a sociedade francesa tem das minorias culturais e religiosas. Foram usadas três perguntas básicas: primeiro, as minorias são "franceses como os outros"?; elas formam um "grupo à parte"?; e, por último, existe a necessidade de uma sanção mais forte para puni-los quando cometidos delitos? 87% dos entrevistados, em média, acreditam que os judeus franceses são "franceses como os outros", contra 72% que pensam o mesmo para os muçulmanos franceses.

A ideia de que os judeus são "um grupo à parte" é compartilhada por 31% dos entrevistados, mas 53% quando se refere a muçulmanos. A visão de que a religião judaica evoca algo negativo é verdade para 19% dos entrevistados, mas para com a religião muçulmana foi de 36%. Mesmo a demanda por mais penalidades judiciais para aqueles que dizem "judeus sujos" é um pouco mais forte para os que se referirem aos árabes como sujos, respectivamente 81% e 78% (MAYER, 2015).

Os resultados mostram uma certa dissociação entre o discurso da presidente da Frente Nacional e de seus partidários. Os seguidores declarados da FN distinguem-se por um nível recorde de rejeição do outro, uma vez que quatro entre cinco deles são definidos como "racistas". Apesar de Marine Le Pen ter tentado reverter a imagem antisemita do partido, mais da metade de todos os apoiadores têm notas altas na escala de preconceito antijudaico. Além disso, mesmo que Marine tenha o cuidado de atacar o "fundamentalismo islâmico", e não o Islã, seus seguidores não fazem essa diferença. Estes distinguem-se dos outros partidos pelo nível excepcionalmente alto de "islamofobia", no sentido de rejeição do Islã, suas práticas e seus fiéis. O que demonstra que a tentativa de amenizar a visão preconceituosa do partido não reflete

a visão que os seus partidários possuem. Os números apontam que o "novo FN" se mostra ainda em muito parecido com o antigo de seu pai (MAYER, 2015).

Heurtebise (2014) traz uma consideração importante em relação ao preconceito da FN para com os estrangeiros. Para ele, a xenofobia da Frente Nacional e de seus apoiadores está muito menos centrada hoje no estrangeiro de origem europeia, do que aqueles que são provenientes de países fora do continente. A presença de imigrantes de nacionalidades com religiões não ocidentais, provenientes de países pobres e com raças distintas, incomoda ainda mais o nacional europeu.

Para Heurtebise (2014) vale ainda enfatizar que a Frente Nacional não é um fenômeno único no cenário europeu: o partido austríaco FPÖ, o belga Vlaams Belang, o suíço SVP, o Partido do Povo Dinamarquês, o Partido da Liberdade na Holanda, testemunham também de um nacionalismo chauvinista. Estes partidos se mostram por vezes “eurofóbos”, já que compartilham da ideia de dissolução da União Europeia.

Entretanto, esse processo de eurofobia está relacionado apenas ao fato de que reprovam a existência do bloco, uma vez que acreditam que este não preserva a “integridade étnico-cultural” de cada país. Contudo, a presença de imigrantes europeus em seus solos é muito menos questionada, quando comparada à presença de pessoas advindas de países como Turquia ou da região do Magrebe. De maneira que, em outras palavras, o racismo nacionalista de natureza europeísta prega a rejeição do outro, que vem de outro “grupo étnico” e não o da “raça caucasiana”, na medida em que testemunha uma cultura que não é a do “europeu-europeu” (HEURTEBISE, 2014).

Com pensamento similar, François (2013) sugere que a luta contra o Islã substituiu a rejeição dos imigrantes em geral. Com Marine Le Pen na FN, o imigrante não é rejeitado em nome de argumentos raciais, mas em nome de argumentos civilizacionais (os imigrantes de fora da Europa e principalmente aqueles que professam a fé muçulmana são julgados incompatíveis com a cultura francesa). Assim, ela considera que as orações muçulmanas na rua e os produtos halal³³ são expressões reveladoras da incapacidade dos árabes muçulmanos de fazer parte da sociedade francesa. O partido FN favorece a identidade étnico-religiosa na sua lógica nacionalista, ou seja, se for menos francês, é melhor que seja branco; pode ser uma França mais fraca, mas que seja exclusivamente cristã (MONZAT, 2011; FRANÇOIS, 2013).

³³ De acordo com o Alcorão, algumas especificações devem ser seguidas na hora do preparo do alimento muçulmano. Halal seria então o termo que indica que este alimento está apto ao consumo dos seguidores do Islamismo. O abate halal envolve por exemplo, um cuidado com a morte do animal que deve ser de modo rápido e sem muito sofrimento. A pessoa encarregada da morte deve ser muçulmana e deve proferir a seguinte frase antes de fazê-lo: “em nome de Alá, o mais bondoso, o mais misericordioso”.

Além disso, o trabalho de Monzat (2011) destaca claramente que a Frente Nacional faz parte de uma tendência europeia de valorização da extrema-direita, como já se viu no primeiro tópico deste capítulo. Para o autor, é importante ter em mente que o impacto político e eleitoral da Frente Nacional, bem como os temas que defende, são o reflexo de uma realidade política pan-europeia, ainda que não se possa justificar o crescimento da Frente Nacional apenas por essa conjuntura – a França tem questões internas as quais servem como parte da explicação do fenômeno (MONZAT, 2011).

Como pode ser analisado neste subtópico, a Frente Nacional continua com um discurso xenofóbico, principalmente islamofóbico e antisemita, e prossegue no avanço do eleitorado francês. Apesar da evolução, o futuro do partido é incerto. A fim de conseguir uma vitória eleitoral a nível nacional, novas estratégias deverão ser postas em prática. Como o discurso xenofóbico e anti-imigração tem atraído mais eleitores, estes assuntos devem seguramente ser mantidos em sua pauta política no curso dos próximos anos. Para Courtois (2017), com o intuito de conseguir ganhar uma eleição, a FN deverá trabalhar um discurso político capaz de mobilizar os eleitores que, muitas vezes, se desestimulam entre um turno e o outro, ou entre as eleições presidenciais e legislativas, como já mencionado.

Para Courtois (2017), Macron soube se apoderar da vontade popular e entender a situação que o país vivia e, por isso, venceu as eleições:

Como seus sete predecessores, Emmanuel Macron conseguiu entender o equilíbrio do poder do momento, explorar habilmente as circunstâncias, jogar na melhor das hipóteses essa dramaturgia singular que faz da eleição presidencial, mais ou menos, o encontro de um destino e de um povo. Em suma, ache essa alquimia feita de determinação absoluta, ousadia, sorte e talento. E, como seus sete predecessores, conseguiu oferecer aos franceses, melhor do que seus concorrentes, o espelho fiel de suas preocupações e suas expectativas. Todas as eleições presidenciais revelaram o estado do país. Cada um dos presidentes tornou-se tão só, aparecendo como o reflexo mais preciso do seu tempo. (COURTOIS, 2017).

Os partidos tradicionais e seus representantes que passaram pelo governo deixaram como herança um esgotamento do sistema político francês. O desejo coletivo por mudanças se materializou no partido e nas propostas de Emmanuel Macron que soube melhor responder aos anseios por renovação. O presidente eleito buscou um programa convergente, que recebeu influências tanto da direita, quanto da esquerda, situando-se ao centro do espectro político, favorável à Europa e o seu bloco e cooperativo, solidário e cordial com os demais povos do mundo (COURTOIS, 2017).

É importante inferir que, para o especialista em estudos da extrema-direita, Gilles Ivaldi (2017), a derrota de Marine Le Pen não deve desestabilizar sua formação política. Para ele, a

candidata continuará a ser a líder incontestável do FN por tudo que conseguiu obter na sua última campanha trazendo para a FN uma pontuação inigualável.

O que se retém de importante por meio da análise das informações e dados apresentados neste capítulo é que o partido Frente Nacional vem ganhado mais espaço dentro da França, refletindo um fenômeno que não se limita ao país, mas que se espalhou pela Europa e que já se observa em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos.

O aumento no número de eleitores da FN tem relação direta com o recrudescimento da xenofobia, quadro agravado pelo cenário de instabilidade socioeconômica que a França atravessa. A permanência ou agravamento da crise em território francês, certamente influenciaria positivamente nos resultados futuros da Frente Nacional, como tem se verificado nos últimos anos.

A melhora do cenário doméstico, contudo, tenderia a produzir o efeito inverso, reduzindo a importância do partido com provável reflexo no seu volume de votos. De qualquer modo, esta é uma análise hipotética. O que merece a atenção, neste momento, é a constatação de que o cenário interno, de instabilidade social e econômica, favoreceu o crescimento do discurso xenófobo na França que pôde ser percebido pela sua tradução no recrudescimento do montante de votos conferidos ao partido Frente Nacional e sua principal liderança, Marine Le Pen.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações constituem um fenômeno histórico permanente, ou seja, estão circunscritas à história da humanidade. Seja por fugir de guerras, perseguições políticas e/ou religiosas, catástrofes naturais, busca por melhor qualidade de vida ou ainda de modo voluntário sem um grande fator impulsionador, as pessoas ainda hoje cruzam diariamente as fronteiras dos países à procura de um refúgio ou um lugar aprazível para viver no novo território. A sociedade que recebe e abriga estes imigrantes, vivencia, por vezes, sentimentos contraditórios que envolvem desde o acolhimento, e em alguns casos, rejeição.

O fluxo de imigrantes a um determinado país geralmente, está atrelado, a um passado em comum, se constituindo, portanto, no resultado de um processo amplo e complexo de integração social, política e econômica que, por sua vez, vai gerando efeitos múltiplos nos lugares em que ocorrem. As nações que enfrentam saídas substanciais de contingentes populacionais, assim como os países receptores de imigrantes experimentam efeitos múltiplos que se imiscuem pelas esferas política, econômica, cultural, de mentalidades, etc. Este trabalho, contudo, se debruçou sobre os efeitos nos países receptores, concentrando sua análise em um caso particular, a França. Conforme visto ao longo do trabalho, a despeito da tradição francesa em receber imigrantes, no cenário coevo a chegada dos imigrantes e a presença de estrangeiros no país nem sempre está recebendo o acolhimento da sociedade francesa. Os problemas sociais e econômicos que o país está enfrentando contribuem para o crescimento do sentimento de aversão a estas pessoas que chegam de outras partes do mundo, o que favoreceu, nos últimos anos, o recrudescimento da extrema-direita e dos atos de xenofobia.

Os nacionalistas extremistas têm angariado cada vez mais adeptos na França com seu discurso conservador, populista e xenófobo. A defesa de argumentos como o que afirma ser a presença imigrante ilegítima e que afeta a economia, a identidade e o bem-estar nacional conquistam adesões em um cenário de instabilidade socioeconômica. Este tipo de discurso tem tido forte poder para espalhar a discriminação e alheamento dos imigrantes no país, de modo que, muitos dos seus direitos passam a ser ignorados, transformando-os em vítimas do sistema.

A extrema-direita, como pôde ser observado, é representada na França pelo partido Frente Nacional, que surgiu em 1972, tendo como seu líder mais influente, Jean-Marie Le Pen. Atualmente, o partido é dirigido por sua filha, Marine Le Pen. Os primeiros anos foram difíceis para o partido ocupando um espaço marginal no cenário político francês. Do discurso inicial, pautado, basicamente, no combate ao comunismo e seus princípios, o partido se transformou, passando a se dedicar a um tema mais sensível aos franceses: a imigração, que se tornou seu

leitmotiv, permanecendo como tema central até o panorama hodierno. A persistência de problemas sociais e econômicos que afetavam, principalmente, os trabalhadores menos qualificados, resultou em desemprego em massa. Esta parte da população se posicionou então contra os imigrantes, pois os identificavam como responsáveis pelo agravamento do quadro socioeconômico no país, e pela falta de oportunidade no mercado de trabalho. O partido Frente Nacional encarnava o discurso de responsabilização dos imigrantes, o que favoreceu a ampliação das adesões, sobretudo entre as camadas mais pobres da sociedade francesa.

Se os xenófobos encontraram no partido sua representação política, o discurso da Frente Nacional passou a alimentar a xenofobia entre os franceses que, combinada a outros aspectos, como os problemas sociais e econômicos e o aumento no fluxo migratório, favoreceram o quadro de recrudescimento das ideias de aversão ao estrangeiro e ao imigrante. O fortalecimento do discurso xenófobo que se refletiu no crescimento da extrema-direita na França, também, foi observado em outras nações, se configurando em um fenômeno mais amplo. Ao longo da dissertação, pode-se verificar que a extrema-direita passou a ganhar terreno no continente europeu desde os anos 2000, o que culminou com resultados eleitorais expressivos no ano de 2017. Várias eleições importantes confirmaram a tendência, não apenas na França, mas em países como a Alemanha, Áustria, Hungria e Holanda. Em alguns casos, como na Áustria e Hungria, a extrema-direita conseguiu chegar ao poder por meio de coalizões com o governo eleito.

O sucesso destes partidos nacionalistas extremados e populistas revela ainda que para uma parcela importante do eleitorado, a imigração se tornou um tema de preocupação chave, o que explica o aumento da xenofobia, provocando o recrudescimento de outros tipos de preconceito, como, por exemplo, a islamofobia e o antissemitismo. Na França, como se viu, muitos dos imigrantes professam a religião islâmica ou pertencem a regiões onde esta religião é predominante. Por se tratar de crenças distintas das predominantes no Ocidente, os credos do Islã são, por vezes, taxados com incompatíveis aos valores nacionais franceses. O uso do véu, a carne halal ou as orações de rua são constantemente vistas como ameaças à laicidade obtida pelo país há bastante tempo. Outro fator que corrobora a rejeição aos muçulmanos reside na rápida generalização de que todo muçulmano é terrorista, disseminando um preconceito em função dos atos extremistas cometidos por uma pequena parcela de fundamentalistas que atuam em nome do islamismo e que promoveram atos de terror em alguns países da Europa, incluindo a França.

O foco da dissertação na história do partido Frente Nacional desde o seu surgimento até o quadro contemporâneo permitiu se chegar à conclusão de que o crescimento da xenofobia na

França influenciou profundamente no seu expressivo desempenho eleitoral, corroborando a hipótese de que a ascensão do partido se constitui num excelente estudo de caso sobre a xenofobia na França. Os dados estatísticos evidenciaram que o discurso da Frente Nacional tem atraído cada vez mais parcelas da população que se identificam com a crítica à presença do imigrante e que, em razão disso, tem apoiado categoricamente o chauvinismo do partido. A recente eleição presidencial francesa, no ano de 2017, reforçou essa percepção em função do significativo resultado eleitoral da candidata Marine Le Pen, que conseguiu chegar ao segundo turno deixando para trás partidos com longa tradição no país. No segundo turno, a despeito da derrota, a substancial votação, que alcançou 33,9% dos votos, serviu para solidificar o crescimento do partido e do seu discurso xenófobo.

O referencial teórico que balizou esta dissertação envolveu uma teoria de maior abrangência, inserida na área das Relações Internacionais, e outra oriunda de um campo mais restrito, centrado nas discussões sobre migrações. O presente estudo buscou estabelecer o diálogo entre as duas teorias de modo a construir uma interpretação sólida do objeto de investigação proposto. A teoria do Sistema-Mundo se ampara, sobretudo, na obra de Immanuel Wallerstein (1974) e permitiu explicar como a França se tornou um destino importante dentro dos fluxos migratórios internacionais por seu papel de nação central no contexto da dinâmica de expansão do sistema mundial. Como pôde ser observado ao longo do trabalho, a baixa natalidade enfrentada pelo país e os longos períodos de guerras, provocaram uma elevada necessidade de mão-de-obra, levando a França a recorrer às nações periféricas, sobretudo as que tinham uma relação histórica com o país, a exemplo das antigas colônias, como a Argélia. Acredita-se que este passado de íntima aproximação, fundamentalmente por que se baseou numa relação de dominação/subalternidade, interferiu na presença imigrante e corroborou para a formação de um sentimento de aversão e negação da figura estrangeira. De modo que não se poderia entender a conjuntura atual e os motivos do crescimento do sentimento de repulsa ao imigrante sem uma abordagem histórica da França e uma compreensão a respeito da dinâmica da expansão do sistema mundial que consolida uma relação de dominação por parte de nações centrais, no entorno das quais gravitam as semiperiféricas e periféricas, sendo, principalmente estas últimas, os países de saídas mais substanciais de contingentes populacionais em direção ao centro. Esta dinâmica evidencia uma economia-mundo centrada na França, restando à suas ex-colônias o papel periférico exportador de mão-de-obra barata.

A outra teoria utilizada no trabalho foi a Teoria da Integração do Preconceito resultado do trabalho de Yakushko (2009) e que busca explicar os motivos pelos quais a xenofobia se propaga num determinado país. Para tanto, ela parte do princípio de que existem quatro tipos

de ameaças percebidas pelos nacionais que os fazem rejeitar arduamente os imigrantes. Estas ameaças estão intimamente relacionadas às questões políticas e econômicas, como também envolvendo fatores culturais e de valores que os imigrantes trazem quando chegam ao seu novo destino. A partir desta percepção, pode-se analisar com mais clareza o cenário hodierno na França, onde os imigrantes são percebidos como uma ameaça constante à identidade nacional, se constituindo na ameaça que envolve fatores culturais e de valores; aos empregados, referindo-se, neste quesito à ameaça econômica; e, à segurança nacional, inserida no campo das ameaças políticas.

Por fim, o resultado deste trabalho traz uma contribuição sobre o crescimento da extrema-direita no mundo no cenário contemporâneo, por meio de um estudo de caso. O exemplo francês, apesar de suas idiossincrasias, revela elementos estruturantes que estão presentes em outros casos de ascensão de partidos de extrema-direita, como a questão do recrudescimento da aversão ao imigrante, resultando em casos de xenofobia, o agravamento da condição socioeconômica doméstica e os desdobramentos deste quadro reforçando o discurso chauvinista, bem como a percepção de que a deterioração dos níveis de vida no país e a fragilização de elementos identitários nacionais têm relação direta com os resultados da globalização e o maior fluxo internacional de pessoas.

Entende-se que outros estudos precisam ser feitos a fim de analisar a ascensão da extrema-direita em outras nações, de modo a construir uma compreensão mais sólida deste fenômeno hodierno. As conclusões apresentadas neste trabalho não têm por objetivo encerrar as discussões aqui expostas, mas apresentar uma linha de interpretação sobre este tema de modo a contribuir com o debate sobre a xenofobia e a ascensão da extrema-direita no mundo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EFE. Conselho da Europa denuncia aumento da discriminação na França. 17 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/conselho-da-europa-denuncia-aumento-discrimina-o-na-fran-a/50000246-2539442>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

ALBERTINI, D. ; DOUCET, D. **Histoire du Front National.** Paris : Tallandier, 2014.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro.** 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

ALCAZAR, J. del. **Historia contemporánea de América.** Valencia: Universitat de Valencia, 2015.

ALLEN, C. **Islamophobia.** New York: Routledge, 2010.

ANDREW, C. M.; KANYA-FORSTNER, A. S. France, Africa and the First World War. **The Journal of African History**, Cambridge, vol. 19, n.º.1. 1978.

ASSEMBLEE NATIONALE. **Fiche de synthèse n°4 : l'Assemblée nationale et le Sénat - caractères généraux du parlement.** 2017. Disponível em: <<http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/role-et-pouvoirs-de-l-assemblee-nationale/les-institutions-francaises-generalites/l-assemblee-nationale-et-le-senat-caracteres-generaux-du-parlement>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BAINVILLE, J. **Histoire de France.** Paris : Arthème Fayard, 1924.

BANCEL, N; BLANCHARD, P; THOMAS, D. **The colonial legacy in France: Fracture, Rupture, and Apartheid.** Bloomington: Indiana University Press, 2017.

BANDEIRA, R. M. G. **Sistemas de governo no Brasil, na França e nos Estados Unidos da América.** Brasília: Consultoria Legislativa, 2015.

BARBOSA, J.R. **Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma.** São Paulo: Editora UNESP, 2015.

BBC. **Quem é Emmanuel Macron, o novo presidente eleito da França.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39827757>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In.: Castro, Iná et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BELKAÏD, A. De la laïcité et de l’islam en France. **OUMMA**. 16 set. 2013. Disponível em :<<https://oumma.com/de-la-laicite-et-de-lislam-en-france/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BELL, B. La elección que confirmó a 2017 como um gran año para la extrema derecha en Europa. **BBC**. 27 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-42469984>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BELL, D. **The cult of the nation in France: inventing nationalism 1680-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

BIHR, A. **Le spectre de l’extrême droite : les français dans le miroir du front national**. Paris : Editions de l’Atelier/Editions Ouvrières, 1998.

BLANNING, T. C. W. **The nineteenth century: Europe 1789-1914**. New York: Oxford University Press, 2003.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOUCHER, P. **Les Nouvelles-France: la France en Amérique 1500-1815**. Paris: Septentrion, 2005.

BOURBEAU, P. Migration, resilience, and security: responses to new inflows of asylum seekers and migrants. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, vol. 4. n°12, p. 1958-77, 2015.

BOUTHIER, B. Age, profession, parti... Qui sont les 7 881 candidats aux législatives ?. **Libération**. 24 mai. 2017. Disponível em : <http://www.liberation.fr/politiques/2017/05/24/age-profession-parti-qui-sont-les-7-881-candidats-aux-legislatives_1571929>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BOUVIER, J. ; GIRAULT, R. ; THOBIE, J. **L’impérialisme à la française 1914-1960**. Paris: La Découverte, 1986.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos estudos**. São Paulo, n. 74, p. 25-45, 2006.

CALIGNON, G. Présidentielle : le programme de Marine Le Pen très proche de celui de son père en 2002. **Les Échos**. 25 abr. 2017. Disponível em : <https://www.lesechos.fr/25/04/2017/lesechos.fr/0212012879883_presidentielle---le-programme-de-marine-le-pen-tres-proche-de-celui-de-son-pere-en-2002.htm>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CAMUS, J. ; FRANÇOIS, S. L'extrême-droite en France et la violence politique. **Revue des Sciences Sociales**, n° 46, 2011.

CARTA, G. A xenofobia cresce na Europa. **Carta Capital**. 21 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/831/a-xenofobia-em-fermento-4240.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CARVALHO, L. F. **O recrudescimento do nacionalismo catalão**: Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2016.

CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**: dos trabalhadores convidados às migrações globais. Trad. Frederico Ágoas. Lisboa: Fim de século, 2005.

CASTLES, S. MILLER, M. J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. London: Macmillan Press, 1998.

CASTLES, S. Understanding Global Migration: a social transformation perspective. **Journal of ethnic and migration studies**. vol. 36, pp. 1565-1586, jun. 2010.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. 4. ed. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009.

CASTRO, A. G. de. Abordagens teóricas da migração internacional. **Revista Eletrônica da Univar**, n.5 p.23-29, 2011.

CHOMBEAU, C. Les campagnes de Le Pen. **Le Monde**. 24 nov. 2006. Disponível em : <https://www.lemonde.fr/a-la-une/article/2006/11/24/les-campagnes-de-le-pen_838586_3208.html>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CLASSEN, A. **Meeting the foreign in the Middle Ages**. London: Routledge, 2002.

COGGIOLA, O. **Islã histórico e islamismo político**. 2007. Disponível em: <http://www.icarabe.org/sites/default/files/pdfs/o_mundo_arabe_contemporaneo_-_aula_6_anexo_2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

COLE, A. Old right or new right? The ideological positioning of parties of the far right. **European Journal of Political Research**, nº44, p.203–230, 2005.

CONNELL, C. W. **Foreigners and Fear in the Middle Ages**. New York: Routledge, 2004.

COURTOIS, G. Gérard Courtois: “43% des électeurs de Macron on voté pour exprimer leur opposition à Le Pen. **Le Monde**. 8 mai. 2017. Disponível em :<https://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2017/article/2017/05/08/gerard-courtois-43-des-electeurs-de-macron-ont-vote-pour-exprimer-leur-opposition-a-le-pen_5124455_4854003.html>. Acesso em: 24 mar. 2018.

COUTO, C. Vozes do Rio da Prata: consciência histórica e nacionalismo no grupo da Marcha. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC. VIII. 2008. Vitória - ES. **Anais...** Vitória – ES, 2008.

CRISTELE, P. La performance électorale du FN à l'épreuve des chiffres. **Polémia**. 17 jul. 2017. Disponível em :<<https://www.polemia.com/la-performance-electorale-du-fn-a-lepreuve-des-chiffres/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

DELRUE, M. SÉNÉCAT, A. Immigration et terrorisme. **Le Monde**. 18 abri. 2017. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2017/04/18/immigration-et-terrorisme-marine-le-pen-multiplie-les-intox_5113168_4355770.html>. Acesso em: 15 jul. 2017.

DEZAN, M. D. de S. **Impactos da Imigração Japonesa Sobre a Diversidade Cultural na Organização do Espaço Geográfico Piracicabano-SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2007.

DORNEL, L. **Les étrangers dans la grande guerre**. Paris : Musée de l’Histoire de l’Immigration, 2017.

DUGUET, M. Législatives: pourquoi malgré ses huit sièges, le FN est passé très loin de son objectif initial. **France TV INFO**. 11 jun. 2017. Disponível em :

<https://www.francetvinfo.fr/elections/legislatives/legislatives-pourquoi-le-fn-est-en-train-de-passer-tres-loin-de-son-objectif-initial_2224143.html>. Acesso em 22 mar. 2018.

DUNAI, M. Hungarian hard right launches new anti-liberal, racist movement. **Reuters**. 8 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-hungary-politics-farright/hungarian-hard-right-launches-new-anti-liberal-racist-movement-idUSKBN19T12A?il=0>>. Acesso em 16 mar. 2018.

DURAND, A. Ce que propose Marine Le Pen dans son programme. **Le Monde**. 23 mar. 2017. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2017/04/23/ce-que-propose-marine-le-pen-dans-son-programme_5115963_4355770.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

EDMISTON, W ; DUMÉNIL, A. **La France contemporaine**. Boston: Cengage Learning, 2015.

ERSLAND, B. H. L. L. **One step further to the right: right-wing extremism in Greece and the rise of Golden Dawn**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Paz e Estudos de Conflitos) – Universidade de Oslo, Oslo, 2014.

EUROSTAT. Migration and migrant population statistics. 2018. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics>. Acesso: 10 jun. 2018.

FAIST, T. Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture. **Ethnic and Racial Studies**. vol. 23. n° 2, p. 189–222. mar. 2000.

FARAH, P. D. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, São Paulo, n°114, pp. 11-30. jul/ago/set. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Líder conservador faz acordo e leva extrema direita ao poder na Áustria. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1943902-lider-conservador-faz-acordo-na-austria-e-poe-extrema-direita-no-poder.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FOUQUET, C. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808-1824-1974)**. São Paulo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais, 1974.

FRANÇOIS, S. Marine Le Pen, Le Front National et la laïcité : une référence à géométrie variable. **Revista Terra Nova**, p. 1-10, out. 2013.

FRONT NATIONAL. **144 Engagements Présidentiels Marine 2017**. 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. **A Cidade Antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GALÁN, J. Redes de ingerência russa alimentam extrema-direita na Europa. **El País**, Madri, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/29/internacional/1514571739_505859.html>. Acesso em: 22 mar. 2018.

GALLEGO, F. El Frente Nacional francés: de la reagrupación de la extrema derecha a la alternativa nacional-populista (1972-2014). **Revista de Historia Actual**, nº1, pp.5-38, abr. 2017.

GÉRIN, L. La première tentative de colonisation française en Amérique. **Journal Report of the Annual Meeting**. vol. 10, nº 1, pp. 49–60, 1931.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBO. Partido de Macron vence eleição legislativa francesa marcada por abstenção recorde. 18 jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/partido-de-macron-vence-eleicao-legislativa-francesa-marcada-por-abstencao-recorde.ghtml>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

GÓIS, P. et al. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. In: PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), **Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina**, Lisboa, n.º 5, pp. 111-133, out. 2009.

GOMBIN, J. **Le Front National** : Faut-il avoir peur de l'avenir?. Paris: Eyrolles, 2016.

GOTTCHALK, P.; GREENBERG, G. **Islamophobia: making muslims the enemy**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

GOVERNEMENT FRANÇAIS. La Reforme Territoriale. 4 out. 2017. Disponível em: <<https://www.gouvernement.fr/action/la-reforme-territoriale>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GRAÇA FILHO, A. A. **História, região e globalização**. São Paulo: Autêntica editora, 2013.

HAINÉ, W. S. **The History of France**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2000.

HARGREAVES, A. G. **Immigration, 'Race' and Ethnicity in Contemporary France**. London: Routledge, 1995.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis. **The American Economic Review**, v.60, n. 1, pp.126-142. 1970.

HEIN, J. France: The melting pot of Europe. In: TORO-MORN, M. I.. ALICEA, M. **Migration and Immigration: a global view**. London: Greenwood Press, 2004.

HEURTEBISE, J. Pourquoi tant de FN en France ? Genèse d'un néo-radicalisme majoritaire. **Revue Internationale Sens Public**. mai. 2014.

HEYWOOD, A. **Politics**. 4. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

HICKS, J. R. **The theory of wages**. London: Macmillan, 1932.

HOBBSBAWN, E. **Nations and nationalism since 1780**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HOLBROOK, D; TAYLOR, M. **Extreme right wing political violence and terrorism**. New York: Bloomsbury Publishing, 2013.

HOPWOOD, D. **Syria 1945-1986: politics and society**. London: Unwin Hyman, 1988.

IGNAZI, P. **The re-emergence of the extreme right in Europe**. Institut für Hö here Studien Reihe Politik wissen schaft, 1995.

INGLEHART, R. NORRIS. P. 2009. **Muslim Integration into Western Cultures: Between Origins and Destinations**. HKS Faculty Research Working, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2009.

INSTITUT NATIONAL D'ESTUDES DEMOGRAPHIQUES. Combien y a-t-il d'immigrés en France ?. 26 jun. 2017. Disponível em : <<https://www.ined.fr/fr/tout-savoir/population/memos-demo/faq/combien-immigres-france/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ETUDES ECONOMIQUES. Canton définition. 13 out. 2016. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definition/c1566>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Les immigrés récemment arrivés en France. 28 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1281393>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Population française, étrangère et immigrée en France depuis 2006. 13 out. 2015. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1410693>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO DATAFOLHA. Lula lidera, e Bolsonaro disputa com Marina segundo lugar em cenários para 2018. São Paulo, 26 jun. 2017. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2017/06/1896223-lula-lidera-e-bolsonaro-disputa-com-marina-2-lugar-em-cenarios-para-2018.shtml>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATA FOLHA. Lula lidera intenção de voto; sem petista, Bolsonaro assume liderança. 31 jan. 2018. São Paulo. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/01/1954686-lula-lidera-intencao-de-voto-sem-petista-bolsonaro-assume-lideranca.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

JACKSON, E. B. **Islamophobia in Britain: the making of a muslim enemy.** Huddersfield: Palgrave Macmillan, 2017.

JENISSEN, R. **Economic theories of international migration and the role of immigration policy.** 2007.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 20. ed. atual. Petrópolis: Vozes, 1997.

KUMAR, D. **Islamophobia and the politics of empire.** Chicago: Haymarket Books, 2012.

KUREKOVA, L. **Theories of migration: conceptual review and empirical testing context of the EU East-West flows.** 2011.

L'OBS. **Le Pen répand son programme.** 27 abr. 2002. Disponível em: <<https://www.nouvelobs.com/politique/20020426.OBS5166/le-pen-repand-son-programme.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

LACHMANN, R. Nationalism in a Post-Hegemonic Era. **Review (Fernand Braudel Center)**, vol. 34, n° 3, pp. 259-283, 2011.

LARQUIER, S. 1995-2015 : l'opération ripolinage du FN. **Le Point**. 13 nov. 2015. Disponível em : <http://www.lepoint.fr/politique/decryptage-1995-2015-l-operation-ripolinage-du-fn-13-11-2015-1981328_20.php>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LE MONDE. Crise des réfugiés: l'Europe vit un moment historique. 26 fev. 2016. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/02/26/crise-des-refugies-l-europe-vit-un-moment-historique_4872353_3232.html>. Acesso em: 5 mai. 2017.

_____. Présidentielle 2017 : les résultats du second tour ville par ville. 7 mai. 2017. Disponível em :<http://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2017/article/2017/05/07/presidentielle-2017-retrouvez-les-resultats-du-second-tour-dans-votre-ville_5123842_4854003.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. **The Manchester School of Economic and Social Studies**. pp. 139-191. 1954.

LIMOUSIN, Alain. L'histoire de l'immigration en France : une histoire impossible. **Revue française d'études constitutionnelles et politiques**, n°47, pp.5-21. 1988.

LORENTE, J. R. Discrepancias em torno al uso del término islamofobia. In: GROSFOGUEL, R.; MUÑOZ, G. M. (Eds.). **La islamofobia a debate: La genealogía del miedo al islam y la construcción de los discursos antiislámicos**. 1ª ed. Madrid: Casa Árabe-IEAM. pp. 167-189, 2012.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Revista de Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, pp. 652-664, out./dez. 2015.

MAIDMENT, J. Ukip manifesto for general election 2017: key points, policies, and summary. **Telegraph**. 7 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/politics/0/ukip-manifesto-general-election-2017-key-points-policies-summary/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MAM-LAM-FOUCK, S. **Histoire générale de la Guyane française: des débuts de la colonisation à l'aube de l'an 2000, les grands problèmes guyanais, permanence et évolution**. Matoury: Ibis Rouge, 1996.

MANGERONA, S. **Esquerda-direita: uma dicotomia atual ou anacrônica?**. pp. 67-75. 2011.

MARINUCCI, R. A diáspora muçulmana para além dos estereótipos. **Revista IHU**. Porto Alegre, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/552774-a-diaspora-muculmana-para-alem-dos-estereotipos>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MASSEY, D. S. A missing element in migration theories. **Migration Letters**, vol.12, nº3, pp. 279-299. 2015.

MASSEY, D. S. et al. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, pp. 431-466, set. 1993.

MATHIOT, C. Immigration: le FN ne connaît pas son sujet. **Libération**. 1 mai. 2017. Disponível em: <http://www.liberation.fr/politiques/2017/05/01/immigration-le-fn-ne-connaît-pas-son-sujet_1566584>. Acesso em: 3 jun. 2018.

MAYER, N. Le mythe de la dédiablemisation du FN. **La vie des idées**. 4 dez. 2015. Disponível em : < <http://www.laviedesidees.fr/Le-mythe-de-la-dediabolisation-du-FN.html>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

MEYER, D. C. **France: an outline of history**. Hong Kong: The University of Hong Kong, 2008.

MIJARES, L.; RAMÍREZ, A. **Mujeres, pañuelo e Islamofobia em Espanha**: un estado de la cuestión. Madrid: Anales de Historia Contemporánea, 2008.

MINISTÉRIO DO INTERIOR ALEMÃO. Becoming a German citizen by naturalization
Disponível em:
<https://www.bmi.bund.de/SharedDocs/faqs/EN/themen/migration/staatsang/Erwerb_der_deutschen_Staatsbuergerschaft_durch_Eingbuergung_en.html>. Acesso em: 14 mai. 2018

MONZAT, R. Le Front National et les droits populistes xénophobes européennes. **Recherches internationales**, nº 92, pp. 13-30, oct-déc, 2011.

MOTET, L ; SÉNÉCAT, A. Législatives : cinq chiffres qui montrent l'échec relatif du Front national. **Le Monde**. 12 jun. 2017. Disponível em : <https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2017/06/12/legislatives-cinq-chiffres-qui-montrent-l-echec-relatif-du-front-national_5143199_4355770.html>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MUDDE, C. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester: Manchester University Press, p.31-59, 2000.

MUNIZ, O. **A Terra - Os Sete Povos da Criação**. São Paulo: Editora Baraúna, 2015.

MUÑOZ, T. La transformación de la opinión pública ante el resurgimiento de los nacionalismos. **Revista Mexicana de Opinión Pública**, nº 23, pp. 63-80, jul/dici. 2017.

NOIRIEL, G. **Atlas de l'immigration**. Paris : Editions Autrement, 2002.

NOLASCO, C. Migrações Internacionais: conceitos, tipologias e teorias. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, nº 434, Universidade de Coimbra, mar. 2016.

NORTE, D. B. Saiba quais são e o que querem os principais grupos terroristas. **Veja**. 22 mar. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/saiba-quais-sao-e-o-que-querem-os-principais-grupos-terroristas/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

OLIVEIRA, A; ONUKI, J. Razões e consequências da ascensão da ultradireita no cenário global. **GAUCHAZH**. 25 mar. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/03/razoes-e-consequencias-da-ascensao-da-ultradireita-no-cenario-global-9756184.html>>. Acesso em 18 mar. 2018.

OLIVEIRA, T. “Sai do meu país!”: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 4 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 13 jan. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos avançados** nº 20, pp. 07 – 24. 2006.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrossociológicas**. Lisboa: SOCIUS Working Papers. nº 11/2004.

PEQUITO, J. P. **Políticas de Imigração, estado de bem-estar e população imigrante me Portugal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia e Política Social) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa-Portugal, 2009.

PERALVA, A. França: Imigrantes, estrangeiros, estranhos. **Lua Nova**. n° 33. pp. 59-77. 1994.

PEW RESEARCH CENTER. Euroskepticism Beyond Brexit. 7 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/06/07/euroskepticism-beyond-brexit/>>. Acesso em 16 fev. 2018.

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor in industrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979.

PORUMBESCU, A. Defining The New Economics of Labor Migration Theory Boundaries: A sociological-level analysis of international. **RSP**. n° 45. pp.55-64. 2015.

QUENTIN, F. Battu, Le Pen garde ses électeurs. **RFI**. 6 MAI. 2002. Disponível em: <http://www1.rfi.fr/actu/fr/articles/029/article_14488.asp>. Acesso em: 14 mar. 2018.

RAMBERG, I. **Islamophobia and its consequences on young people**. Budapest: Council of Europe, 2004.

RAVESTEIN, E. G. **The Laws of Migration**. 1885.

REIS, R. R. **Migrações Internacionais e identidade nacional no contexto da globalização: o caso francês**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1997.

REYNIÈ, D. “Populismo de tradição” e a Frente Nacional da França. **Journal of Democracy**, vol 27, n° 4, out. 2016.

ROBERT, P. Immigration: pourquoi Marine Le Pen a tort de dire qu’elle nous coûte cher. **Capital**. 3 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.capital.fr/economie-politique/immigration-marine-le-pen-a-tort-de-dire-qu-elle-nous-coute-cher-1225019>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

ROUBAN, L. Le Front national 2002-2017 : du vote de classe au vote de classement. **La Tribune**. 8 mai. 2017. Disponível em :<<https://www.latribune.fr/opinions/tribunes/le-front-national-2002-2017-du-vote-de-classe-au-vote-de-classement-707695.html>>. Acesso em 23 mar. 2018.

ROUSSET, A. ; MAZUIR, V. Présidentielle : ce qu'il faut savoir sur la défaite de Marine Le Pen. **Les Echos**. 8 mai. 2017. Disponível em : <<https://www.lesechos.fr/elections/dossiers/0211690187842/0211690187842-presidentielle-2017-marine-le-pen-son-projet-sa-campagne-2058159.php>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental**. 21 ed. S o Paulo: Nova Fronteira, 2017.

RYGIEL, P. Les politiques d'immigration en France des années 1970 aux années 1990. **Cahiers de l'institut CGT d'histoire sociale**, 2013, pp.22-26. 2013.

SADER, E. A antiglobaliza o entre ultradireita e esquerda. **247**. 9 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/264586/A-antiglobaliza%C3%A7%C3%A3o-entre-ultradireita-e-esquerda.htm>>. Acesso em 19 mar. 2018.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como inven o do Ocidente. Trad. Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAMPAIO, D. P. **Muçulmanos e França: forma o de uma minoria e desafios para sua integra o**. 2010. Disserta o (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SAYAD, A. **A imigra o ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHONEMANN, J. **The stereotyping of Muslims: An Analysis of The New York Times' and The Washington Times' Coverage of Veiling and the Muhammad Cartoon Controversy**. 2013. Disserta o (Mestrado em Literatura) – Faculdade de Humanidades, Universidade de Oslo, Oslo, 2013.

SCHOR, R. **Histoire de l'immigration en France de la fin du XIXe si cle   nos jours**. Paris: L'Hamarttan, 1996.

SCHURSTER, K.; BORBA, L. O *Front National* e a luta pela "Liberdade" na França. **Boletim Historiar**, n. 10, jul./ago. 2015, p. 03-12. 2015.

SERVICE PUBLICQUE. Quelles sont les dates des prochaines élections?. 26 jun 2018. Disponível em: <<https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F1939>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SJAADSTAD, L. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**. n° 70, pp. 80-93. 1962.

SONN, T. **Islam: a brief history**. 2. ed. West Sussex: Blackwell Publishing LTD, 2010.

SPIELVOGEL, J. J. **Western civilization: a brief history**. 7. ed. Boston: Cengage Learning, 2011.

STARK, O. Tales of Migration without Wage Differentials: Individual, Family, and Community Contexts. In: **CONFERENCE ON AFRICAN MIGRATION IN COMPARATIVE PERSPECTIVE**, Johannesburg, South Africa, June, 2003.

STARK, O. **The migration of labor**. Oxford: Blackwell publishing, 1991.

TANSEY, S. D. **Politics: the basics**. 2. ed. London: Routledge, 2000.

TAYLOR, E. J. The new economics of labor migration and the role of remittances in the migration process. **International Migration**. vol. 37, n°1, pp 63-88. 1999.

THIERRY, X. Évolution récente de l'immigration en France et éléments de comparaison avec le Royaume-Uni. **Population**. vol. 59, p. 725-764. 2004.

THIMONIER, O. **La France coloniale d'hier et d'aujourd'hui**. 2006.

THOBIE, J. **La France Impériale 1880-1914**. Paris: Megrelis, 1982.

TRIBALAT, M. How many people in France are of foreign descent?. In: **Population: An English Selection 4**, pp. 55-73, 1992.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Xenophobia**. 2013. Disponível em: <<https://nhri.ohchr.org/EN/Themes/Racial/Documents/Xenophobia.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

VAN HEAR, Nicholas. Refugees in Diaspora: from durable solutions to transnational relations. **Journal Refugee**, v. 23, n° 1, 2010, pp. 9-14, 2010.

VANTHEMSCHE, G. **Belgium and the Congo 1885-1980**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

VELEVERT, S. Áustria freia o avanço populista e elege um presidente progressista. **El País**, Viena, 5 dez. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/04/internacional/1480847969_741970.html>. Acesso em: 15 jun. 2017.

VILAVERDE, C. As oito maiores religiões do mundo. **Super Interessante**. 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/superlistas/as-8-maiores-religoes-do-mundo/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

WALLERSTEIN, I. **The modern world system**. New York: Academic Press, 1974.

WIDFELDT, A. **Extreme Right parties in Scandinavia (extremism and democracy)**. New York: Routledge, 2015.

WIEVIORKA, M. **Le Front National** : entre extrémisme, populisme et démocratie. Paris : Maison des Sciences de l'Homme, 2013.

XENOPHOBIA. In : Dicionário online MERRIAM-WEBSTER, 14 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/xenophobia>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

YAKUSHKO, O. Xenophobia: Understanding the roots and consequences of negative attitudes toward immigrants. 2009. **The Counseling Psychologist**, vol. 37, nº 1. Jan, 2009. pp.36-66. Disponível em: <<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1089&context=edpsychpapers>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ZANOUN, L. A Comparative History of Immigration: European and non-European Immigrants in France, 1918-1981. **Association of European Migration Institutions Journal**, pp. 58-65 2013.

ZÚQUETE, J. P. **Era uma vez o populismo...** Relações Internacionais, nº50, jun 2016, pp. 11-22, 2016.

ZUQUETE. J. P. Novos tempos, novos ventos? A extrema direita europeia e o Islão. **Análise Social**. vol. 201, pp. 653-677, 2011.